

Pobreza aumenta com a globalização

A Convenção sobre os Direitos da Criança, considerada um marco na legislação internacional de direitos humanos, foi aprovada por unanimidade a 20 de Novembro de 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Passada uma década, não só as boas intenções consagradas na Convenção continuam por cumprir como se agravaram as profundas desigualdades existentes no mundo.

■ Anabela Fino Págs. 24 e 25

De 1894 em Chicago a 1999 em Seattle

Ilustrações da democracia à americana

Os protestos de Seattle podem significar uma primeira tentativa de resposta global aos desígnios do grande capital por parte de todos aqueles que são, desta ou daquela forma, vítimas da sua política, e para contrapor à globalização do capitalismo a internacionalização de práticas e valores que respeitem o direito de cada povo ao progresso sem perda da sua independência.

■ Pina Gonçalves Pág. 23

Cem anos de lutas de classe

■ Manoel de Lencastre Págs. 26 e 27



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 30 de Dezembro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1361 • Director: José Casanova

Por um sistema fiscal eficaz e justo

Contra a evasão e a fraude

Pág. 5

O grupo parlamentar do PCP acusa o Governo de não estar interessado em proceder a qualquer reforma fiscal que combata a evasão e a fraude. E avança com dez propostas concretas, essenciais para a concretização desses objectivos.

Onde há trabalhadores sujeitos à exploração do capital a luta de classes é inevitável. Por isso, onde estão os trabalhadores tem de estar o seu partido de classe, para que as inevitáveis lutas tenham um sentido. Neste número, em vésperas do ano 2000, o «Avante!» dedica boa parte das suas páginas ao tema. Com uma extensa entrevista a dois camaradas, responsáveis pelas duas maiores organizações do PCP – Lisboa e Setúbal –, António Andrez e Jorge Pires, membros da Comissão Política; com um artigo de António Lopes, também da Comissão Política, que nos fala das lutas no distrito de Braga; com artigos sobre a situação social que vivem os trabalhadores em empresas onde a sua influência, bem como a força do PCP, é considerável.

Págs. 11 a 22



O PARTIDO E OS TRABALHADORES

EDITORIAL

Simples como a água que corre

Num tempo em que o conceito dominante de democracia a reduz, na prática, exclusivamente à sua expressão política – e mesmo esta cada vez mais desvirtuada, deturpada e aviltada – é necessário insistir e persistir na luta por um sistema democrático que o seja de facto; que, sem subterfúgios nem esquemas mistificatórios, respeite todos os direitos de todos os seres humanos. Um sistema baseado na

exploração e na opressão, gerador de injustiças e desigualdades, conducente à acumulação da maior parte da riqueza colectiva nas mãos de uma escassa minoria de privilegiados e sonogando à esmagadora maioria direitos humanos fundamentais, um sistema com tais características só através do recurso a uma monumental manipulação e hipocrisia pode ser considerado democrático – mesmo que esconda a sua essência antidemocrática por detrás de um manto bordado de aparentes ou mais ou menos reais liberdades políticas.

Por isso, a democracia avançada definida no Programa do PCP, ou seja, englobando complementar e simultaneamente as vertentes política, económica, social e cultural, constitui um projecto inovador, revolucionário e susceptível de atrair à luta pela sua concretização sectores muito amplos da sociedade portuguesa. Com efeito, não é difícil entender que só com a aplicação daquelas quatro vertentes, e tendo sempre como referência essencial a soberania e a independência nacionais, é possível falar de democracia plena.

Num dos seus vários e assinaláveis trabalhos sobre a América Latina, Eduardo Galeano, debruçando-se sobre o conteúdo da democracia naquela região, escrevia há uns anos: «O pior inimigo da democracia não é o exército, apesar de ele fazer tudo para parecer que assim é. O pior inimigo da democracia é toda uma

estrutura de impotência, que o exército alimenta e vigia, e que tem a sua base no sistema económico. Este sistema é parte integrante de um sistema maior, de um mecanismo internacional de poder (...) e um dos instrumentos desse vasto e complicado mecanismo chama-se *democracímetero* e tem como função medir o grau de democracia existente em cada país». Acrescenta o autor que, naturalmente, esse «*democracímetero*» é comandado e funciona nos centros internacionais de poder – isto é, «nos países cuja crescente riqueza, em grande medida resultante da crescente pobreza dos restantes, torna possível a existência de uma liberdade política interna a salvo de sobressaltos de maior». Feitas as «medições», de acordo com os critérios e as regras que melhor servem os interesses dos donos do «*democracímetero*», a comunicação social dominante, que fabrica a opinião no Mundo e é propriedade dos mesmos donos, difunde, depois, os seus resultados transformados em «veredictos inapeláveis do Ocidente». O esquema é simples e eficaz, como se vê.

Aplicando este «*democracímetero*» dos donos da «democracia» à realidade portuguesa, é óbvio que ele detecta de imediato a existência no nosso País de uma democracia plena e exemplar. Olhando essa realidade com os olhos da verdade verifica-se, facilmente, que não é assim. Longe, muito longe disso.

O conjunto de textos contidos no espaço que esta edição do «Avante!» dedica ao tema «O PCP e os trabalha-

dores», exemplifica de forma irrefutável as graves limitações e amputações de que padece a democracia em Portugal. Mais: a entrevista de António Andrez e Jorge Pires, o texto de António Lopes e os trabalhos sobre a situação e a luta na Sorefame, na Quimigal (Cuf, neste regresso ao passado...), na TAP e na Norporte não só trazem a lume o estado da democracia no nosso País como sublinham, muito justamente, o papel do PCP enquanto partido necessário, indispensável e insubstituível para os trabalhadores, para a democracia, para o povo português, para Portugal.

«Costumamos dizer que o 25 de Abril não chegou a muitas empresas», observa António Andrez reportando-se a concretas violações de liberdades políticas em empresas do distrito de Lisboa; e António Lopes, referindo-se ao distrito de Braga, denuncia «as desigualdades económicas, geradoras de desemprego e de miséria, em contraste flagrante com a mais opulenta riqueza»; e nas quatro empresas acima citadas milhares de trabalhadores sentem sobre si o peso pesado, asfixiante, antidemocrático das ameaças ao seu posto de trabalho, aos seus direitos, ao seu futuro – e todas estas situações, aliás generalizáveis a todo o País, configuram afrontamentos à democracia e à liberdade, típicos de uma «democracia» comandada pelo grande capital e satisfeita com o veredicto do tal «*democracímetero*».

Os trabalhadores aqui referidos e centenas de milhares de outros por todo o País podem dizer como aquele trabalhador argentino também citado por Eduardo Galeano: «Nós estamos com a democracia mas a democracia não está connosco».

Milhares de trabalhadores sentem sobre si o peso pesado, asfixiante, antidemocrático das ameaças ao seu posto de trabalho, aos seus direitos, ao seu futuro.

Na situação actual, a luta por uma democracia avançada passa pela luta contra a política de direita, em defesa do regime democrático, por uma política de esquerda. Pode dizer-se, assim, que a luta que os comunistas travam pela democracia tem as suas raízes mais profundas na sua prática permanente de defesa dos interesses e direitos da classe operária e de todos os trabalhadores. Daí a importância dada pelo Partido – e, nos casos das organizações regionais de Lisboa e de Setúbal, bem expressa nesta edição do «Avante!» – à organização nos locais de trabalho, ou seja no espaço onde a luta de classes assume a sua expressão mais marcante.

Os obstáculos ao desenvolvimento desse trabalho são, naturalmente, muitos e decorrem todos eles do conteúdo de classe da política que tem vindo a ser praticada pelos sucessivos governos do PSD e do PS – uma política que, ao serviço do grande capital, elegeu como seus favoritos os grandes grupos económicos e financeiros e definiu como alvos preferenciais dos seus ataques os trabalhadores, o seu partido e as suas associações de classe. No entanto, dos relatos aqui produzidos sobre a evolução da situação em Lisboa, em Setúbal e em Braga, emerge não só a firme determinação de superar esses obstáculos como a confirmação de que é possível superá-los sempre que, colectivamente, se encontram os meios e medidas adequadas.

No reforço da ligação às massas – fonte de força essencial do Partido – a estreita ligação aos trabalhadores desempenha um papel primordial. Por isso, Jorge Pires afirma a dado momento da entrevista: «Não vejo como é que um partido comunista, revolucionário, que pretende transformar a vida e a sociedade, poderá intervir se não tiver como primeira prioridade a sua ligação aos locais de trabalho».

Simples como a água que corre.



A Assembleia da República não dá razão a Barrancos

RESUMO

22
Quarta-feira

Não passam na Assembleia da República os dois projectos de lei apresentados pelo PCP e PS que permitiam os touros de morte em Barrancos ■ O Ministério da Educação comunica à Fenprof a intenção de diminuir a actividade escolar de 35 para 30 semanas e a passagem de três para dois períodos de avaliação ■ A CM de Lisboa anuncia o envio de dez mil contos para ajudar as vítimas do desastre natural na Venezuela ■ O presidente indonésio afirma que o seu país «não quer um tribunal internacional para julgar Wiranto», considerando o assunto de «soberania nacional» ■ As forças armadas namibianas lançam um ataque a posições da UNITA em território angolano ■ A Federação Internacional de Jornalistas revela que a guerra e a violência mataram 96 jornalistas em 1999.

23
Quinta-feira

António Guterres afirma, após uma audiência com o líder do Partido Socialista Operário Espanhol, desejar que Jorge Sampaio se recandidate e que o apoia «sem qualquer reserva...» ■ O oficial russo Igor Petrovich afirma que o assalto a Grozni terá obrigatoriamente de ocorrer e defende que «...o melhor era arrasar a cidade...» ■ Na Alemanha é anunciada a intenção do Ministério Público de Bona abrir um inquérito a Helmut Kohl e retirar-lhe a imunidade parlamentar ■ O ministro do Interior espanhol, Mayor Oreja, anuncia que o veículo da ETA interceptado ontem continha 750 quilos de explosivos ■ A Renamo oficializa o seu descontentamento pelos resultados eleitorais com um pedido de impugnação ao Tribunal Supremo de Moçambique.

24
Sexta-feira

O presidente da Costa do Marfim, Henri Bédié, é deposto após uma rebelião por parte das forças armadas do país ■ A Nato prende um oficial sérvio acusado de alegados crimes de guerra na Bósnia ■ Registam-se novos confrontos no sul do Líbano entre o Hezbollah e as tropas israelitas, pondo em perigo o cessar-fogo anunciado no passado dia 22 ■ Júlio Anguita, Coordenador Geral da Izquierda Unida, sai do hospital após uma bem sucedida intervenção cirúrgica ao coração ■ Um avião da Indian Airlines é desviado à saída de Catmandu (Nepal) por piratas talibãs.

25
Sábado

Ramos-Horta anuncia, em entrevista ao «DN», a sua intenção de abandonar a vida política após a aprovação de uma constituição timorese ■ O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, confirma a existência de 11 portugueses entre as vítimas das tempestades da Venezuela, tendo seis falecido em consequência da queda do helicóptero onde viajavam ■ Os assaltantes do Airbus da Indian Airlines desviado ontem exigem, depois de terem morto

um passageiro, a libertação de Maulana Masood Azhar, muçulmano preso na Índia ■ O general Guei, responsável pela deposição do Presidente da Costa do Marfim, exige que este seja expulso do país.

26
Domingo

Chegam a Timor 20 toneladas de livros fornecidos pelo Ministério da Educação e por uma ONG ■ A deputada da Costa Rica Sónia Picado, presidente de uma comissão de peritos das Nações Unidas para investigar os crimes em Timor, afirma que estes «não podem ficar impunes» e que a comunidade internacional e Portugal «não podem abandonar Timor» ■ Familiares indianos dos reféns dos piratas que desviaram o avião da Indian Airlines acusam o governo indiano de «falta de transparência» e exigem cedências por parte da Índia ■ É confirmada a tomada da Jamba pelas forças governamentais, que foi durante anos o lugar do comando operacional da UNITA ■ Uma tempestade abate-se no centro da Europa e provoca cerca de cinquenta mortos, tendo 27 falecido em França ■ Vinte e duas pessoas morrem devido à queda de um avião cubano a cerca de 150 quilómetros de Caracas, na Venezuela, o segundo acidente em menos de uma semana.

27
Segunda-feira

O presidente do Partido Nacionalista de Timor (PNT), Abílio Araújo, afirma-se contrário à criação de um Tribunal Internacional para julgar os crimes em Timor ■ A Índia começa as negociações com os sequestradores, tendo o ministro dos Negócios Estrangeiros talibã, Wakil Ahmad Mutawakel, ameaçado os raptos com uma intervenção dos comandos ■ O general Guei, responsável pelo golpe que depôs o presidente da Costa do Marfim, convida membros de todos os partidos para formarem um governo provisório que deverá ser constituído por elementos civis e militares ■ Continuam as tempestades na Europa e aumenta o número de vítimas para 82 mortos.

28
Terça-feira

Portugal e Indonésia assinam na ONU um documento que restabelece as relações diplomáticas entre os dois países, cortadas desde a invasão de Timor em 1975 ■ O ministério da Agricultura anuncia a suspensão da produção de milho transgénico e a proibição da sua venda em Portugal ■ Os sequestradores do avião da Indian Airlines aumentam as suas reivindicações, pedindo em troca dos 160 passageiros a libertação de 35 militantes islamitas detidos na Índia e 200 milhões de dólares ■ O parlamento do Turcomenistão, república da Ásia central, aprova o fim de qualquer limite para o mandato do presidente Saparmurat Niyazov ■ Continua o mau tempo na Europa, subindo o número de vítimas para cerca de 123 mortos e várias infra-estruturas danificadas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soares Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 21 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soares Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 21 781 31 90 - 21 781 71 91.
Fax: 21 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47038.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87 / 21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. 21 815 34 87 / 21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Lint6 — 2710 Sintra
Telef. 21 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lx. 227 — 4470 Maia
Telef. 22 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef. 21 815 34 87 / 21 815 35 11 — Fax: 21 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef. 21 815 34 87 / 21 815 35 11 — Fax: 21 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Depósito legal nº 205/95

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	
Morada _____	Telef. _____
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	

O ovo de Guterres

Quem, por deliberada intenção ou por mero acaso, viu e ouviu o Primeiro-Ministro a representar a sua «Mensagem de Natal», há-de ter dado por bem empregue o tempo gasto. Na verdade, António Guterres superou-se, ultrapassou-se, excedeu-se: o seu discurso foi mais redondo e fofo do que nunca, os lugares comuns a que recorreu sucederam-se a um ritmo jamais visto e pelo seu rosto desfilarão inigualáveis expressões de alegria, de mágoa, de esperança, de dor, de certeza – expressões impecavelmente sincronizadas com as palavras, o tom de voz e os gestos produzidos. Creio, mesmo, que Guterres logrou libertar-se de todo daquele seu habitual gesto inútil de repetidamente ajeitar a madeixa sempre ajeitadinha.

Que por detrás de tudo aquilo havia tarimba, havia ensaio, havia treino, havia trabalho de casa, é coisa que a ninguém oferece dúvidas. Que, por isso mesmo, tudo aquilo foi tremendamente divertido é também indubitável.

Depois de nos alertar para as exigências que os «novos tempos» nos colocam – nomeadamente o combate a esses terríveis «inimigos tradicionais do desenvolvimento e do progresso» que são três

e apenas três, a saber: «a indiferença, o egoísmo e a inveja» – o Primeiro-Ministro procedeu à distribuição das prendas natalícias, as quais constituíram a grande surpresa da «Mensagem». Constatavam as ditas prendas de uma informação sobre as abundantes bem-aventuranças que bafejam este nosso Portugal, agora «mais empreendedor, mais desenvolvido e mais coeso, com mais estabilidade e melhor qualidade de vida, menos desemprego, mais conhecimento, mais informação e mais cultura», enfim um Paraíso quase. Entenda-se este «quase»: Portugal e os portugueses chegaram a todos estes «mais» e «melhores» por obra e graça do engenheiro Guterres e será pela via da mesma obra e da mesma graça que, segundo o mesmo engenheiro, se atingirá o «grande desígnio nacional» de «vencer, no espaço de uma geração, o atraso estrutural que ainda nos separa dos países mais evoluídos da Europa». O «espaço de uma geração» há-de corresponder a um tempo, a um tempo que, infelizmente, o Primeiro-Ministro não nos disse qual era e que, estou em crer, só ele e Deus sabem.

De qualquer forma, Guterres desvenda o segredo para vencer o atraso: «sabermos mais»

para «fazermos melhor e vivermos melhor». Um verdadeiro ovo de Colombo! E, quando a «Mensagem de Natal» nos exhibe a informática e o conhecimento por ela prodigalizado como solução para todos os problemas e dramas que afligem a Humanidade, e um Guterres iluminado e luminar nos desvenda, como via para alcançar o sonhado paraíso terrestre, «a generalização da sociedade da informação e do conhecimento, o acesso de todos aos computadores, à Internet»... é já de um ovo de Guterres que se trata.

Confesso que esta espécie de hino ao futuro de António de Oliveira Guterres me trouxe à memória um tal Oliveira de Figueira, que Tintin encontrou no Congo, no interior da selva, a vender computadores... perdão, electrodomésticos, aos africanos. Confesso, ainda, que este hino ao futuro se me afigura ridículo, coitadinho, miudinho... daquela família miudinha de que fala Jorge de Sena dirigindo-se a Virgílio Ferreira:

«Tem uma letra tão miudinha, tão miudinha, tão miudinha que as suas cartas do futuro cabem numa estampilha de correio.»

■ José Casanova

Macau em horas de adeus

Há vezes em que apetece não ter ouvido ou visto o que sons e imagens nos transmitem em directo.

Nas cerimónias solenes de transmissão de poderes em Macau entre Portugal e a China, transmitidas em directo pela televisão, houve dois momentos de que discordei como português: uma frase do Chefe de Estado e uma atitude do Primeiro-Ministro.

Disse o Presidente da República (e cito de cor) que a transmissão da soberania em Macau decorreu de forma dignificante, ao contrário do que acontecera com a descolonização em África.

Aproveitando a oportunidade, houve quem dissesse (e leu-se nos jornais): «Pelo menos aqui nos redimimos de África».

A história do colonialismo português está por acabar e ainda marca de forma profunda a nossa sociedade. Mas confundir Macau com as ex-colónias africanas é dar um grande tropeção histórico e político. Macau nunca foi colónia portuguesa no sentido estrito e exacto da palavra. Macau existiu como entreposto permitido pela China – pelo qual se deviam taxas aos mandarins, o chamado «chá de foro». E quando a China quis, a chamada transmissão de poderes foi diplomaticamente – e bem – aceite por Portugal.

Contrapor a transferência de soberania de Macau, à descolonização em África é um afastar de história que ignora séculos de colonialismo português. Já sem falar do Brasil ou de Goa (a segunda colónia caída do império após quase 150 anos do grito do Ipiranga) por quê se quer redimir, em complexo freudiano, o colonialismo português, tornando «exemplar» o retorno de Macau à sua terra?

Nas ex-colónias africanas, a independência foi conquistada em armas, contra um regime totalitário fascista.

Desvirtuar e atacar a descolonização feita com o 25 de Abril é não só injusto como constitui contrafacção histórica. A restituição dos territórios africanos aos seus povos realizada após o 25 de Abril não foi menos digna

do que a transferência de Macau para a China e também ela dignificou o Estado português. O que não foi digno foi o colonialismo e a guerra colonial. Honroso para o povo português foi ter derrotado o fascismo que impôs a guerra colonial e depois (em luta contra os que como Spínola pretendiam continuar o colonialismo com outras roupagens) ter imposto o reconhecimento da independência desses povos. Os problemas e dramas que nesses novos países depois ocorreram não se devem ao reconhecimento da sua independência, mas sim a outros factores, como as intervenções estrangeiras e às tentativas de lhes impor novas formas de colonialismo, através de mobutus ou savimbis ao seu serviço.

Outra das últimas imagens que nos chegaram da despedida portuguesa em Macau foi a do Primeiro-Ministro acolitando sermão em missa de catedral.

O Primeiro-Ministro estava em Macau enquanto tal. Não como católico, que tem todo o direito de ser. Mas a República, uma senhora de quase 90 anos que ganhou o direito de separação entre Igreja e Estado, não pode deixar de estranhar a transmissão oficiosa da leitura de uma epístola evangélica feita por ele na missa, terminando seraficamente em frase ritual: «Palavra de Deus». Não estava o Primeiro-Ministro a dar a César o que é de Deus?

Ao vê-lo ali fiquei de súbito com medo de me ver envolvido numa globalização divina, com anjos da Internacional Socialista zumbindo-me à volta em voo de moscardo.

Ao ouvir e ver palavras e gestos inadequados a tão digna solenidade, achei que faltava ali Camilo Pessanha, o poeta que escolheu aquele canto do mundo para viver e morrer. Pedir-lhe-ia para declamar apenas dois versos da «Clepsidra», essa grande medida do tempo: «Encontrei-te um dia no caminho/Em procura de quê nem eu o sei».

Porque Macau foi um encontro a merecer a hora de um lindo adeus, medido no grande relógio da água dos oceanos que nos aproximaram.

LIÇÕES de uma efeméride

Fez este mês trinta anos uma poderosa bomba explodiu numa agência bancária no centro da cidade italiana de Milão: 16 mortos e 87 feridos. Foi o início duma série de atentados terroristas que, nos anos sucessivos, haveriam de provocar centenas de mortos e contribuir para inverter o curso político da Itália. O juiz Salvini, que instruiu um processo do atentado de Milão, afirmou: «Os autores dos atentados, a mão-de-obra, eram militantes da extrema-direita, auxiliados e apoiados pelos serviços secretos italianos e estrangeiros. Para desviar as investigações, o então Ministro do Interior patrocinou uma 'pista anárquica'. Havia uma estratégia política organizada e posta em prática para evitar uma viragem à esquerda na cena política» (*La Repubblica*, 2.12.99). O mesmo juiz havia já referido a existência duma «ligação de organizações de Serviços Secretos estrangeiros numa operação de infiltração dos grupos de extrema direita italianos, com objectivos aparentemente não exclusivamente informativos», falando explicitamente em «redes CIA-NATO» e esclarecendo que os comandos americanos dessas redes eram militares sediados nas bases americanas da NATO existentes em Itália. (*Liberazione*, 12.12.96).

Sergio Flamigni foi deputado do Partido Comunista Italiano entre 1968 e 1987 e, nessa qualidade, membro das Comissões Parlamentares de Inquérito sobre o Caso Moro, a Loja Maçonica P2 e a Mafía. Algumas citações, extraídas do seu livro *Convergências paralelas - As Brigadas Vermelhas, os Serviços Secretos e o delito Moro*, ajudam a enquadrar o significado do atentado de há 30 anos, e dos que se lhe seguiram. «Victor Marchetti (ex-agente de alto nível na CIA, com o cargo de assistente executivo do vice-chefe) declarou numa entrevista televisiva: 'A Itália sempre foi considerada um país chave pela CIA. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA financiaram a Democracia Cristã e quem quer que estivesse disposto a colaborar com eles, (...) A mafía, por natureza anti-comunista, é um dos elementos em que se apoia a CIA para manter a Itália sob controlo'» (pg. 63). «Num documento do *National Security Council* [órgão que detém a responsabilidade máxima pela política militar dos EUA] de 19.1.61 e dedicado à política americana em relação a Itália, está escrito: 'Caso os comunistas estejam para alcançar, ou tenham já alcançado, o controlo do governo nacional italiano, ou uma parte deste, quer por métodos legais, quer por métodos ilegais, os Estados Unidos deverão estar prontos, à luz das condições na altura existentes, a empreender qualquer acção possível e apropriada, sozinhos ou em conjunto com os outros aliados, para assistir qualquer elemento italiano que procure prevenir ou derrubar o domínio comunista'» (pg. 63). «O *Field Manual 30-31, Suplemento B*, um documento 'top secret' dos serviços secretos americanos datado 18 de Março de 1970, definia o terrorismo um 'factor interno estabilizador' ('desestabilizar com o objectivo de estabilizar')» (pg. 64). «O poderoso Ministro dos Negócios Estrangeiros americano [Kissinger] estava muito preocupado com a situação política italiana, em particular após a Revolução dos Cravos do 25 de Abril de 1974 em Portugal (...). [O dirigente da DC] Moro tinha avançado, de forma cautelosa, mas clara, a hipótese de 'contactar' a oposição comunista; então Kissinger reiterou com dureza a Moro, no decurso dum colóquio muito tenso, a absoluta oposição do Governo americano a qualquer abertura ao PCI (...), na prática, o MNE ameaçava também a Itália com uma saída de tipo chileno» (pg. 61). Aldo Moro patrocinaria mesmo essa abertura. Acabou por ser raptado e assassinado.

O «grande perigo» italiano era que um Partido Comunista, com raízes históricas na classe operária, e sob o impulso do grande movimento de luta operário e estudantil que varreu a Itália após 1969, pudesse chegar ao poder, mesmo que por «métodos legais», e levar a cabo uma política alternativa. Enquanto em Portugal, em 1975, alguns amigos de Frank Carlucci justificavam os assaltos às sedes do PCP e a violência contra-revolucionária, alegando ser o PCP anti-democrático, e contrapondo um «PCP mau» a um «PCI bom», em Itália outros amigos de Carlucci estavam empenhados em impedir, através do terrorismo, da morte e da violência, que o «PCI bom» chegasse ao poder por via legal e democrática. Os amigos de Carlucci são assim.

■ Jorge Cadima



Foto: Jorge Carra

SEMANA

Temporais na Europa central provocam mais de 70 mortos

Violentas tempestades, acompanhadas de rajadas de vento na ordem dos 200 quilómetros/hora, atingiram esta semana o centro da Europa causando mais de 70 mortos, na sua maioria vítimas de desabamentos de árvores em estradas e de equipamentos sobre residências. A França foi o país mais atingido, com Paris a ser fustigada com rajadas de vento de 160 quilómetros/hora, enquanto nos jardins de Versalhes os temporais arrancaram mais de 10 mil árvores. Estradas cortadas, interrupções de fornecimento de energia, comboios parados, aeroportos imobilizados e portos fechados foi o panorama generalizado. França, Suíça,



Áustria, Alemanha, Inglaterra e Bélgica foram dos países mais fustigados pelas tempestades, já classificadas de «uma violência histórica». Em países montanhosos como a Áustria e a Suíça perfila-se também a ameaça de avalanches de neve, tendo-se já atingido em várias regiões destes países o nível de peri-

go de grau três, numa escala de cinco. Na costa oeste de França, as tempestades precipitaram o desastre ecológico nas praias da zona ao arrastarem as milhares de toneladas de crude derramadas ao largo por um petroleiro, na semana passada, e que as autoridades procuravam desesperadamente cir-

cunscrever. Espera-se a melhoria do tempo para a passagem do ano, embora os prepa-

rativos para as celebrações em vários destes países tivessem ficado comprometidos.

Fundamentalistas islâmicos sequestram avião indiano

Um avião Airbus das linhas aéreas indianas foi sequestrado e desviado para o Afeganistão por cinco fundamentalistas armados, levando 160 passageiros a bordo. Os sequestradores exigem a libertação, pela Índia, do religioso muçulmano sunita Maulana Masood Azhar, de 31 anos, detido no passado dia 30 de Fevereiro na Caxemira indiana. Masood Azhar pertence a um grupo de extremistas paquistaneses que lutam pela integração total de Caxemira no Paquistão e o seu irmão Ibrahim é um dos cinco assaltantes do aparelho. Os terroristas já assassinaram um elemento da tripulação e ameaçam executar os passageiros se as autoridades indianas não acederem às suas exigências. A maioria dos 160 passageiros são de nacionalidade indiana, mas também se

encontram a bordo quatro suíços, quatro espanhóis, dois franceses, um canadiano, um belga, um norte-americano, um italiano e um japonês. Os terroristas já libertaram algumas mulheres e crianças e um passageiro que sofria de diabetes, mas ameaçam executar os outros se as autoridades indianas continuarem sem responder às suas exigências. O regime dos talibã, que domina 80% do Afeganistão, insiste, entretanto, com a Índia e a ONU para que resolvam rapidamente a questão, ameaçando «expulsar» o avião sequestrado do aeroporto de Kandahar, a Sul do Afeganistão, onde se encontra estacionado. Na Índia, sobem os protestos contra o Governo pela sua lentidão em resolver o problema e salvaguardar as vidas dos passageiros e tripulantes.

Continuam as mortes nas estradas portuguesas

Feito o balanço provisório da Operação «Vida 2000» montada pelas autoridades para prevenir e evitar, o mais possível, os acidentes rodoviários em Portugal nesta quadra natalícia, verificou-se que o número de mortos diminuiu ligeiramente em relação a igual

período do ano passado (17 mortos este ano, menos quatro que no ano passado, durante os cinco dias da operação), enquanto os acidentes «subiram» em algumas centenas e o número de feridos estabilizou. Apesar da ligeira melhoria em alguma medida atribuível ao enor-

me esforço de vigilância e dissuasão desenvolvido pelas autoridades policiais -, os números dos acidentes rodoviários e das vítimas continuam trágicos e assustadores no nosso país, que mantém a sinistra liderança comunitária nesta matéria. Entretanto, aguarda-

-se com apreensão o resultado da passagem do ano, período para o qual a GNR montou igual dispositivo de vigilância em todo o território nacional envolvendo a totalidade dos meios técnicos e humanos de que dispõe e colaborando estreitamente com a PSP.



Mais de 100 pessoas morrem de frio em Moscovo

Segundo dados oficiais, já ascendem a, pelo menos, 105 as vítimas mortais do frio que se tem registado este Inverno em Moscovo. A maior parte das vítimas é de idosos ou pessoas sem abrigo que vagueiam pela capital russa. As temperaturas em Moscovo atingiram nos últimos

dias os 10 graus negativos, temperatura vulgar nestas paragens. Todavia, a profunda crise em que toda a Rússia e a própria capital se encontram, com milhões de desempregados e multidões a vaguear sem casa nem quaisquer recursos ou protecção governamental, está a abrir

caminho a uma autêntica catástrofe, dado que o Inverno russo só agora começou e não se vislumbram medidas que atalhem a tragédia, dando pelo menos um tecto aos incontáveis sem abrigo que se arrastam na capital russa e noutras grandes cidades do país.



Exército angolano combate na Jamba

No quadro da ofensiva militar em curso contra as forças da UNITA, as Forças Armadas angolanas cercaram a Jamba, onde se desenrolam fortes combates. A Jamba era a antiga praça-forte da UNITA, que a considerava a sua «capital». Instalada no vasto planalto central e situada perto da fronteira namibiana, a Jamba foi durante anos uma alegada zona «inexpugnável» das forças de Savimbi, que serviu de placa giratória não apenas para os abastecimentos militares vindos através da fronteira da Namíbia, como para a entrada de reforços mercenários. A actual ofensiva das Forças Armadas angolanas conta com a colaboração da autoridades da Namíbia, que admitiram operações militares dentro do seu território para erradicação completa da UNITA. A par destas operações militares para controlar a longa fronteira com a Namíbia, as Forças Armadas angolanas avançam também para as Lundas, a zona diamantífera que tem permitido a Savimbi sustentar o seu exército.



“Pina Moura diz-se traído por João Salgueiro”

(Título de primeira página no *Expresso*, 24.12.99)

“Saloia é Lisboa”

(Nuno Cardoso, presidente da Câmara Municipal do Porto, *idem*)

“Neste último Natal de Novecentos, fica um apelo: cidadãos, revoltam-se como há dois mil anos!”

(João Amaral, *idem*)

“Revejo-me cada vez menos neste PS”

(Alfredo Barroso, *idem*)

“Em parte nenhuma do mundo se combate a corrupção sem acesso às informações bancárias, fiscais e ao património. Nunca se consegue provar que alguém pagou por determinado favor”

(Rodrigues Maximiano, inspector-geral da Administração Interna, *idem*)

“É natural que neste país travestido de Pai Natal consumista, onde a justiça encalha na burocracia e nas ambições de poder pessoal, seja necessário como pão para a boca o regurgitamento da velha tradição medieva da clemência através de amnistias, indultos e perdões”

(Francisco Moita Flores, *Diário de Notícias*, 27.12.99)

“Nesta época de balanço e de promessas para o novo ano, seria interessante ouvir muito dinossauro da vida política nacional bater no peito e, como Kohl, confessar os seus pecados no financiamento dos respectivos partidos políticos (...) Muitos pais da democracia podiam evitar, assim, não só os pesadelos como um triste fim da sua vida política. Como o pobre Kohl”

(António Ribeiro Ferreira, *Diário de Notícias*, 28.12.99)

“Por mim, já cá estariam [as tropas portuguesas em Timor]. Seria uma grande honra comandá-los. Eles têm muito boa reputação”

(General Peter Cosgrove, comandante da INTERFET em Timor-Leste, *Jornal de Notícias*, 28.12.99)

Contra a evasão e a fraude

Por um sistema fiscal eficaz e justo

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo do PS de não estar interessado em proceder a qualquer reforma fiscal que, designadamente, combata a evasão e a fraude fiscal. A demonstrá-lo está o sucessivo envio para a gaveta de todos os relatórios e propostas feitos sobre esta matéria nos últimos anos. O que o País carece não é de estudos, diagnósticos ou propostas sobre a grave situação do sistema fiscal. O que falta, o que tem faltado, como sublinhou o deputado comunista Lino de Carvalho, é «vontade política para confrontar os interesses estabelecidos e fazer reformas que necessariamente abalam os interesses instalados».

Esta questão, objecto em múltiplas ocasiões de denúncias e propostas concretas da bancada comunista, voltou a concitar a atenção dos deputados. Foi na passada semana, em interpelação desencadeada pelo BE. Do debate emergiram sobretudo, uma vez mais, as iniquidades do actual modelo, bem como a necessidade de mudanças profundas que garantam um sistema fiscal mais eficaz e socialmente mais justo.

Só trabalhadores é que pagam

A síntese que melhor traduz o quadro actual no que respeita à fiscalidade, ajudando a compreender tudo o que se passa neste domínio, deu-a Lino de

Carvalho: «em Portugal, só os trabalhadores por conta de outrem pagam impostos».

Exagero? Os números falam por si: com base nos dados do Orçamento do Estado para 1999, o IRS é responsável por 46,3 por cento das receitas fiscais do Estado, enquanto o IRC contribui com apenas 29,6 por cento do total daquelas receitas.

Mas é partir de uma leitura desagregada da informação, como fez Lino de Carvalho, que melhor se entende a extensão das injustiças. Dentro do IRS, as declarações dos rendimentos do trabalho por conta de outrem e pensões de reforma correspondem a 88,4 por cento dos rendimentos declarados, enquanto que os rendimentos do trabalho independente não ultrapassam os 3 por cento e os rendimentos comerciais e

industriais se ficam pelos 4,1 por cento.

Significa isto que, em média, os trabalhadores por conta de outrem e os pensionistas e reformados declaram um rendimento médio anual de 2000 contos, enquanto que as profissões liberais não vão além dos 900 contos e no comércio e indústria o valor médio situa-se nos 635 contos.

«Não é por isso de estranhar – observou o parlamentar do PCP – que cada trabalhador assalariado pague, em média, 195 contos/ano de IRS e os empresários em nome individual tão somente 33 000\$00».

Tais valores não podem deixar de suscitar perplexidade, a mesma que perpassa nas palavras do reputado fiscalista Medina Carreira, citado por Lino de Carvalho: «Há perto de 700 000 empresários em nome individual. Conjuntamente com muitos outros contribuintes sujeitos a regime similar, como foi possível que produzissem 8% a 10% de IRS liquidado? Existindo quase 80 000 gerentes e administradores de sociedades conhecidos na Segurança Social, número aliás inverosímil face às 150 000 ou 200 000 sociedades existentes, como é possível que todos eles, em conjunto com muitos milhares de quadros superiores de empresas, produzissem 1665 agregados com rendimentos superiores a 10 000 contos?»

Empresas fogem ao fisco

No que se refere ao IRC, cujo diagnóstico está também desde há muito traçado, a situação não é menos escandalosa. Segundo Lino de Carvalho, dois terços das empresas não pagam em geral um tostão de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Mais: 143 000 empresas, muitas vezes sempre as mesmas, não pagam sistematicamente IRC.

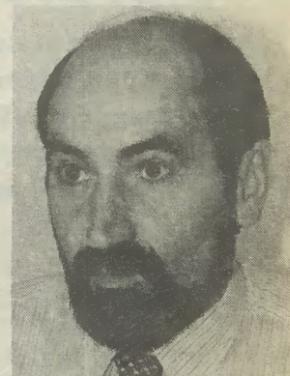
Recordado pelo deputado do PCP, ainda neste capítulo, foi o facto de o número de sociedades a declarar prejuízo ter triplicado em sete anos, merecendo igual registo a circunstância de 64 por cento das empresas não serem colectadas. Acresce ainda que de entre o universo de 150 000 a 182 000 pessoas colectivas sujeitas a IRC, 1786 produzem mais de 70 por cento da colecta total. As empresas públicas são, entretanto, responsáveis por mais de 70 por cento do IRC cobrado, sendo que, quando privatizadas, muitas delas deixam de pagar impostos.

Absolutamente vergonhosa é ainda a tributação das instituições financeiras. De acordo com o último relatório do Banco de Portugal, os bancos obtiveram, em 1998, 338 milhões de contos de lucros antes de impostos. Como sublinhou Lino de Carvalho,

se tivessem pago os 36 por cento de IRC tal corresponderia a 122 milhões de contos de impostos que o Estado deveria arrecadar. Mas não foi isso que sucedeu. Só pagaram 69,2 milhões de contos, o que equivale a uma taxa de tributação efectiva de 20,2 por cento.

«E isto já depois de descontadas as amortizações e provisões do exercício que, como qualquer técnico sabe, são um armazém “legal” para onde se stockam grande parte dos lucros», esclareceu Lino de Carvalho, antes de concluir: «Porque se a análise fosse feita unicamente com base no cash-flow, então, o valor dos resultados líquidos positivos montaria a 693,4 milhões de contos. Isto quereria dizer que a taxa de tributação efectiva em IRC pelo imposto que foi pago corresponde tão somente a uma taxa de tributação efectiva de 9,8 por cento».

Os benefícios fiscais, o off-shore da Madeira, os alegados prejuízos fiscais, e a evasão em sede de IVA no comércio intracomunitário e nos impostos especiais de consumo, são assim, em suma, quatro dos principais factores que concorrem para o quadro de evasão e fraude fiscal, atingindo valores brutais, relativamente ao qual, nenhum governo, até agora, mostrou vontade efectiva de querer alterar.



As propostas do PCP

Firmemente empenhada em ver incrementado no nosso país um sistema fiscal socialmente justo, a bancada comunista, pela voz de Lino de Carvalho, deu a conhecer no decorrer do debate dez propostas concretas, essenciais, do seu ponto de vista, para a concretização daquele objectivo:

- Revisão, alteração ou supressão dos benefícios fiscais concedidos em sede de operações financeiras e cambiais, em processos de privatização de empresas, em planos de poupança em acções e em operações contratualizadas que não obedeçam a estritos critérios de apoio ao investimento produtivo criador de emprego, designadamente em regiões carenciadas.
- Revisão das mais significativas componentes negativas da base tributável, em especial, das variações patrimoniais negativas, das mais valias não tributadas, do reporte de prejuízos fiscais.
- Alteração do regime de provisões constituídas pelas empresas financeiras e seguradoras contribuindo para a tributação efectiva do sistema financeiro.
- Tributação mais substancial, a uma taxa de 66%, das despesas confidenciais ou não documentadas das empresas.
- Fiscalização efectiva com inversão do ónus da prova para as empresas que sistematicamente apresentem prejuízos.
- Tributação efectiva dos rendimentos das profissões liberais e dos empresários em nome individual com recurso, sempre que necessário, aos métodos indirectos.
- Modificação profunda do regime jurídico da zona franca (off shore) da Madeira com redução substancial (ou até mesmo supressão) dos benefícios fiscais concedidos.
- Ampliação substancial das possibilidades de acesso da Administração Fiscal às informações protegidas pelo sigilo bancário com respeito pelos direitos e garantias dos cidadãos afectados.
- Criação de um imposto sobre a riqueza (ou sobre o património) que tribute as grandes fortunas.
- Reforço substancial dos meios técnicos e humanos à disposição da Administração Fiscal.



Em Portugal só os trabalhadores por conta de outrem pagam impostos

Garantido em projecto de lei do PCP Subsídio de desemprego aos professores contratados

Visando dar resposta às aspirações dos docentes contratados dos estabelecimentos de educação e ensino público, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na Assembleia da República um projecto de lei que garante a esse grupo profissional o direito a subsídio de desemprego.

Trata-se de uma medida da mais elementar justiça destinada a pôr cobro à indigna situação em que se encontram os educadores e professores da Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, que, quando no desemprego, não têm direito nem ao subsídio de desemprego, nem a assistência médica.

Calcula-se em cerca de 30 mil os docentes nesta situação,

contratados ano a ano em escolas e regiões diferentes, na sua grande maioria há mais de três anos, sem que esse facto lhes confira qualquer vínculo ao Ministério da Educação.

A situação é de tal modo escandalosa que, por exemplo, quando uma professora termina o seu contrato e se encontra em licença de parto tem que a interromper, uma vez que perde o direito à assistência na

maternidade, consagrado na Constituição.

Com este diploma, a banca comunista vem ao encontro das denúncias insistentemente feitas por associações representativas dos professores e das inúmeras lutas levadas a cabo pelos docentes contratados e desempregados.

Recorde-se que também a FENPROF, entre as várias acções por si protagonizadas sobre esta questão, ainda recentemente entregou na Assembleia da República uma petição com cerca de 35 mil assinaturas, solicitando a elaboração de legislação que garanta a estes professores o acesso ao subsídio de desemprego e à assistência social.



A luta dos docentes contratados e desempregados tem assumido as mais diversas formas (na foto, marcha em direcção ao Conselho de Ministros no dia 22.09.1999)

Calamidade na Venezuela Oposição acusa PS de aproveitamento partidário

O PS e o Governo foram acusados de aproveitamento partidário a propósito da calamidade que atingiu a Venezuela. A questão foi suscitada na sequência da apresentação de votos de solidariedade com as vítimas das recentes inundações naquele país do continente sul-americano. A aprovação dos votos de pesar, como era de esperar, foi pacífica. O mesmo não sucedeu, porém, com a análise que as bancadas da oposição fizeram do comportamento dos socialistas. Tudo porque o deputado do PS Caio Roque, eleito pelo cír-

culo de fora da Europa, integrou a comitiva do secretário de Estado das Comunidades, José Lello, em deslocação à Venezuela, sem que qualquer outro representante dos restantes grupos parlamentares tivesse tido idêntica oportunidade.

António Capucho, do PSD, depois de se interrogar sobre «a que título» se justifica uma tal discriminação, considerou a situação «um absurdo total».

Aludindo à mesma questão, Octávio Teixeira, líder da bancada do PCP, acusou o Governo e o PS de «estarem a tentar apro-

veitar um drama que afecta milhares de pessoas para fins partidários». E acrescentou: «se há uma viagem de um membro do Governo, o convite para integrar a comitiva tem que ser feito a todos os grupos parlamentares».

No voto subscrito pelos deputados comunistas exorta-se o Governo a «intervir activamente nas acções de ajuda humanitária e de solidariedade em curso, bem como a dar resposta eficaz às necessidades de apoio à comunidade portuguesa aí residente».

Atrasos na Comissão de Ética

O Grupo Parlamentar do PCP manifestou a sua preocupação quanto ao atraso nos processos pendentes na Comissão Parlamentar de Ética nos quais é pedida a autorização para que deputados sejam ouvidos como arguidos em processos judiciais.

Esse atraso no processo levou os deputados comunistas António Filipe e Agostinho Lopes a enviarem uma carta ao presi-

dente da Comissão de Ética, o deputado socialista António Reis, em que solicitam a intervenção deste no sentido de acelerar o processo, diligenciando, designadamente, junto dos deputados a quem foram distribuídos relatórios para que os aprontem com urgência. Visando por essa forma, explicam, «habilitar a Assembleia da República a decidir com prontidão relativamente a todos os pedidos de autoriza-

ção formalizados pelos tribunais competentes».

Para os deputados comunistas, que reconhecem que a Comissão procedeu com celeridade à nomeação dos relatores, a «demora na elaboração dos relatórios» é susceptível de «fazer recair sobre a Assembleia da República a suspeita de pretender obstaculizar a realização da Justiça quando estesjam deputados em causa».

Aveiro Impõe-se valorizar o trabalho

Da capacidade de iniciativa e de reivindicação da população de Aveiro e das suas instituições junto do poder central pode depender a possibilidade de uma «evolução significativa» do distrito no sentido do progresso e da elevação de qualidade de vida dos que nele vivem e trabalham ou a «continuação da subalternização» a que Aveiro tem sido votado nas últimas décadas.

Assim considera a Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, para quem o desenvolvimento harmonioso do distrito não pode resultar de «duas ou três obras mais ou menos vistosas e muito menos de fogachos parlamentares sem qualquer ligação à realidade», como foi a proposta do PSD de criação de uma Área Metropolitana de Aveiro.

Aliás, quando da discussão do projecto de lei para a criação desta Área Metropolitana, o deputado comunista Honório Novo, enumerando algumas necessidades prementes do distrito, considerou que os aveirenses merecem melhor, «merecem que se olhe com atenção para os seus problemas em vez de jogos políticos, feitos de forma preci-

pitada e inadequada», como foi o caso daquele projecto.

O PCP entende, pois, que é necessário que a política do Governo e o Orçamento de Estado para o ano 2000 tenham como «referência central» a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, colocando-se aos comunistas como prioridade da sua acção política «a exigência de medidas concretas de valorização do trabalho» em condições de «liberdade, igualdade, segurança e dignidade humanas».

A DORAV sublinha ainda que uma política de defesa e afirmação das potencialidades do distrito tem de passar, necessariamente, pela promoção e valorização das riquezas naturais, do património ambiental e das potencialidades turís-

ticas da região mas também pela «defesa intransigente» dos interesses das suas principais actividades produtivas – agricultura e actividade associadas, pescas, têxteis e calçado, velocípedes, etc.

Tendo em vista esses objectivos, os comunistas de Aveiro apresentaram um conjunto de propostas de investimento a concretizar nos próximos anos e a incluir no Plano de Investimentos do Orçamento do Estado para 2000.

As propostas vão dos investimentos em infra-estruturas e equipamentos, como a construção da Barragem do Vouga em Ribeiradio ou a valorização do porto de Aveiro, às acessibilidades e transportes, ao ambiente, à saúde, à educação ou a outras necessidades, como a preservação dos elementos de valor histórico ou artístico ou a construção de uma marina que sirva o turismo e o desporto.

Em relação a algumas situações concretas de interesse para o concelho, o PCP, sem prejuízo de uma tomada de posição posterior, havia já tomado a iniciativa de as lançar para discussão na opinião pública.

Évora Instabilidade na Siemens

A Comissão Concelhia de Évora do PCP está «preocupada» e «indignada» com o clima de incerteza e medo em que estão a viver muitos trabalhadores da Siemens em Évora.

Desde Janeiro de 1999, foram despedidos cerca de 300 trabalhadores e dezenas de outros estão a ser pressionados pela Administração no sentido de rescindirem o seu contrato de trabalho, sendo remetidos para a «prateleira» caso não aceitem a rescisão. Enquanto isto, para poder corresponder ao volume de encomendas em carteira, a administração pressiona trabalhadores a fazerem horas extraordinárias.

Ou seja, «contrariando todas as operações de marketing por parte do Governo e do PS» relativamente à nova unidade instalada em Évora, 90 por cento dos trabalhadores estão contratados a termo e laboram na

maior precariedade, enfrentando uma «disciplina» ditatorial».

Esta é uma situação tanto mais grave, quanto a Siemens recebeu milhões de contos do Estado português com a promessa de investir na criação de mais emprego estável. A realidade é, porém, de desinvestimento e indefinição relativamente ao futuro e da venda da Siemens de Évora a uma multinacional norte-americana Tyco, sediada nas Bermudas e cuja administração ninguém conhece.

O PCP está, pois, solidário com a luta dos trabalhadores da Siemens e compromete-se a desenvolver um conjunto de iniciativas que levem a administração, o Governo e o PS a cumprir os compromissos que assumiram com os trabalhadores e a população de Évora.

Coimbra Situação laboral exige intervenção

A presente situação laboral do distrito de Coimbra exige a intervenção activa dos cidadãos e das organizações sociais, no sentido da defesa dos direitos dos trabalhadores, considera a Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, alertando para a perda de postos de trabalho, direitos ameaçados, salários em atraso e insegurança em relação ao futuro que constitui o quotidiano dos trabalhadores do distrito.

Concretamente em relação à Mondorel, o seu valioso património, fruto da riqueza produzida pelos trabalhadores, está a ser alvo de cobiça dos especuladores imobiliários, com total desprezo pelos direitos dos trabalhadores. Entretanto, apesar das promessas do ministro Pina Moura de resolver a situação e pagar os salários em atraso, os trabalhadores continuam sem saber do seu futuro.

«Uma vergonha» é também o que se passa na Blazer onde, em Assembleia de Credores, se decidiu a venda da empresa com a «condição» de eliminar a antiguidade dos trabalhadores que, assim, deveriam rescindir os seus contratos e celebrar novo contrato a partir de Janeiro como se fossem «novos» trabalhadores.

Entretanto, na Têxtilândia e na Rifer, com vários problemas de ordem financeira, os trabalhadores vivem a angústia e a incerteza quanto ao futuro; no sector cerâmico prossegue o encerramento de empresas e no sector da indústria naval permanecem os problemas e as dificuldades.

Mas estas situações «não são uma fatalidade», diz o PCP. «É preciso resistir e exigir o cumprimento dos direitos de quem trabalha», cabendo ao Governo, como prometeu, resolver os problemas com que os trabalhadores se debatem.

Por seu lado, o PCP está a cumprir. A deputada Odete Santos já fez um requerimento ao Governo sobre a situação na Mondorel e, recentemente, os deputados António Filipe e Natália Filipe e, ainda, Mário Nogueira contactaram as administrações da Têxtilândia e da Rifer e participaram num plenário de trabalhadores da Mondorel com o objectivo de conhecer melhor as situações e intervir no plano regional e na Assembleia da República no sentido da defesa dos postos de trabalho e dos interesses dos trabalhadores.

Setúbal

PCP quer demissão de Governador Civil

O Governador Civil de Setúbal «não tem condições para exercer o cargo que actualmente ocupa» pelo que deve ser demitido, afirma a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, a propósito dos acontecimentos ocorridos recentemente na Misericórdia do Barreiro, quando a PSP impediu a entrada de sócios na instituição.

O papel de «guarda pretoriana do Provedor da Misericórdia assumido pela PSP, e idêntico ao que havia já tido quando da assembleia geral de Novembro, traduz, na opinião dos comunistas, «uma instrumentalização inaceitável desta força policial por parte do Governador Civil» que, mais uma vez, «confunde os seus cargos partidários com as suas responsabilidades no aparelho de Estado» e contribui para desprestigiar esta corporação junto dos barreirenses.

Mas não se ficam por aqui os

comportamentos «aberrantes» em torno da Misericórdia do Barreiro. «É igualmente preocupante» o que se passa com as acções judiciais interpostas no Tribunal do Barreiro por um grupo de associados da Misericórdia que têm contestado as «diversas ilegalidades» cometidas pelo seu Provedor e restantes órgãos sociais, sendo «significativo» o silêncio que têm mantido sobre a matéria designadamente o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e a União das Misericórdias portuguesas.

Assim, para o PCP, o que importa saber, tal como refere o requerimento apresentado no princípio de Dezembro pelo seu Grupo Parlamentar, é: «Como encara o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social o facto de os dirigentes de uma IPSS desrespeitarem os estatutos da Instituição cujo modelo é referido por lei? Que medidas vão ser tomadas pelo Ministério que tutela a instituição, no sentido de garantir a continuação do insubstituível e inestimável apoio social que a Santa Casa da Misericórdia do Barreiro vem prestando à população?»

Isto porque o arrastamento da situação apenas serve para «pôr em causa a credibilidade e a honorabilidade desta secular instituição do Barreiro» e, eventualmente, afectar a curto prazo «a qualidade do próprio serviço social que vem prestando».

Martins e Rebelo com salários em atraso

A Comissão Concelhia de Vale de Cambra do PCP está solidária com a greve que os cerca de 80 trabalhadores da empresa de laticínios Martins e Rebelo iniciaram a 1 de Dezembro pelo pagamento dos salários em atraso.

Prestes a completar o seu primeiro centenário, a Martins e Rebelo, pela sua produção de queijos, tornou-se uma importante referência para a região, por ela passando sucessivas gerações de trabalhadores.

Agora os trabalhadores não vislumbram qualquer garantia de resolução para os seus problemas, apesar de pela gestão da empresa terem já passado várias administrações que prometeram

sanar o problema, sobretudo o dos salários em dívida, designadamente a do grupo económico ECIF-Espanha, a que a empresa foi recentemente vendida, numa transacção que os trabalhadores consideram «pouco transparente». Os compromissos continuam, contudo, por cumprir.

Através dos seus representantes, os trabalhadores efectuaram já diversas diligências, nomeadamente junto do Governador Civil de Aveiro, da Câmara Municipal de Vale de Cambra e do Ministério do Emprego, no sentido de que exijam do Governo medidas para regularizar a situação, já que o Estado detém 41 por cento do capital da empresa, não recebendo, porém, qualquer resposta.

Assim, os trabalhadores, a viver grande instabilidade financeira e enorme insegurança quanto ao futuro do seu emprego, prometem continuar a luta até verem satisfeitos os seus legítimos interesses. Por seu lado, o PCP, solidário com a luta destes trabalhadores, disponibiliza-se a apoiá-los no que estiver ao seu alcance, tendo já o grupo parlamentar comunista avançado com um requerimento ao Governo exigindo uma resposta quanto às medidas tomadas para solucionar o problema dos salários em atraso, do saneamento financeiro da empresa e da sua viabilização futura, como garantia da manutenção dos postos de trabalho.

População quer eléctrico na Ajuda

Também em Lisboa, os moradores da Ajuda e todos os que lá trabalham e estudam estão em desacordo com a eliminação da carreira 18 do eléctrico, a solução ambiental mais favorável que, ao invés de ser eliminada, deveria ser reforçada como vem acontecendo na generalidade das grandes cidades europeias.

A Comissão de Freguesia da Ajuda do PCP lembra que, para além dos hábitos dos habitantes da Ajuda e das melhores condições de segurança e comodidade que esta solução de transporte representa, particularmente para a população idosa, na análise do problema deve ser tido também em conta o fluxo de turistas que a rede histórica de eléctricos, «verdadeiro ex-libris

da cidade», atrai à freguesia. Por outro lado, a eliminação dos eléctricos traduzir-se-ia em mais estacionamentos de automóveis e, logo, pelo agravamento da circulação.

O PCP não compreende, por outro lado, «o desnorte» da administração da Carris que, depois das avultadas verbas despendidas nos últimos três anos em obras de renovação da linha e dos investimentos na modernização dos eléctricos, vem com esta decisão contraditória comprometer centenas de milhar de contos, tendo mais — como tem — onde utilizar os autocarros, inclusive na freguesia da Ajuda.

Assim, o que se impõe à Carris é que proceda ao alargamento dos horários das carreiras, tanto

dos eléctricos como dos autocarros, para além das 21.30 horas; que suspenda o corte da carreira no Calvário, de forma a evitar penalizar os utentes com incómodos de transbordo e a compra de dois bilhetes; que procure formas de potenciar as possibilidades da carreira 18, estudando eventuais soluções de prolongamento da linha.

Por fim, os comunistas sublinham a importância de a Carris e o Governo se «habitarem a dar prévio conhecimento público» dos objectivos estratégicos da Carris, das medidas que tencionam implementar e respectivas justificações e «terem em consideração» os pareceres das populações e dos seus representantes.

Agricultura

Problemas prosseguem

A agricultura e os agricultores continuam a deparar-se com graves problemas, concluiu a Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP na reunião que recentemente realizou para analisar a situação política e social da região e definir linhas de trabalho futuras.

A provar o que diz, a DORT refere as apreensões manifestadas pelos lagareiros sobre a medida governamental de fixar o prazo máximo de licenciamento dos lagares até amanhã, dia 31, deixando os restantes sujeitos a elevadas coimas, e o protesto de centenas de pastores contra as medidas do Governo que pretensamente visam erradicar a brucelose.

Também as preocupações dos agricultores face ao aumento das doenças do castanheiro (tina e cancro); «a deficiente e burocratizada» aplicação do despacho que prevê apoios e à erradicação do cancro — mas que não permitiu aos agricultores receber até hoje qualquer subsídio; e o baixo preço que está a ser pago pela azeitona são razões que levam a DORT a exigir do Governo «medidas claras, transparentes e eficazes, que ataquem e resolvam os problemas existentes».

Na sua reunião, a DORT chamou ainda a atenção para o III Quadro Comunitário de Apoio e a importância de uma «gestão mais eficaz e transparente» dos Fundos Comunitários que, na aplicação dos quadros anteriores, discriminaram fortemente a região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Assim, para os comunistas, o Governo deve ter em conta a moção aprovada por vários municípios da região (Bragança, Chaves, Mirandela, Régua, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, etc.) que exige «a criação de um organismo suficientemente represen-

tativo, de âmbito regional, para estabelecer as principais prioridades do desenvolvimento e gerir a aplicação dos fundos destinados à região pelo III Quadro Comunitário de Apoio».

Quanto à actividade partidária, a DORT, apelando aos seus militantes para que continuem a contribuir com a sua intervenção para a dinamização



dos movimentos sociais, associativos, culturais e ambientais, definiu um conjunto de iniciativas de reforço da acção do Partido, nomeadamente a realização de reuniões abertas a simpatizantes e apoiantes da CDU e a promoção de debates temáticos com a participação de personalidades e especialistas nas áreas a que digam respeito.

Mourão

Adiada construção da Portucel Recicla

Lino de Carvalho, deputado do PCP, e Alexandre Rodrigues, membro da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, deslocaram-se, no passado dia 20, a Mourão.

Durante a visita, que teve como objectivo acompanhar de perto a situação que se vive na Portucel, em particular no Grupo Gescartão em fase de privatização, e debater a efectiva construção da nova unidade da Portucel Recicla, em Mourão — que vai substituir a actual fábrica a ser submersa pelo regolfo da Barragem —, a delegação do PCP reuniu-se com o administrador delegado e a Comissão de Trabalhadores da empresa.

Tendo em conta que a desactivação da actual unidade está prevista para finais de Fevereiro próximo, a delegação do PCP mostrou-se preocupada com o facto de o prazo para a construção da nova fábrica ter sido adiado para 31 de Dezembro de 2001, temendo que a paralisação da Portucel durante quase dois anos possa constituir pretexto para inviabilizar a construção da nova unidade.

Assim, apesar de o novo accionista, no Caderno de Encargos da privatização, assumir o compromisso da construção da nova fábrica em Mourão, o Grupo Parlamentar do PCP já reclamou do Governo que confirme essa garantia e a absorção dos actuais postos de trabalho.

Também os valores apresentados pelos dois concorrentes à privatização de 65 por cento da Gescartão — nove milhões e um milhão de contos — causaram «perplexidade» à delegação do PCP, por serem «excepcionalmente baixos e díspares», muito inferiores ao valor da avaliação de 43 milhões de contos das três fábricas do grupo.

Em resumo, a delegação comunista não encontra qualquer vantagem na privatização da Portucel mas, mesmo no contexto da opção do Governo, considera que os prazos estão todos ultrapassados e estão a ser sonogados aos trabalhadores a informação e os compromissos escritos que estes reclamam. Razão por que o Grupo Parlamentar do PCP vai continuar a acompanhar o processo.

Transportes Colectivos do Porto

Um serviço deficiente

«É inadmissível» a passividade revelada pela administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto e as autoridades políticas que a tutelam face às reclamações dos moradores nas áreas compreendidas entre o Alto da Maia e a Travagem, relativamente à escassez de autocarros da linha 29 com destino à Travagem.

As organizações do PCP nas freguesias de Ermesinde e Alfena, a quem cabe a denúncia, afirmam que a manutenção desta situação tem acarretado graves consequências para a qualidade de vida da população, especialmente dos trabalhadores(as) que ficam cada vez com menos tempo para si e para as suas famílias.

Entretanto, os abaixo-assinados populares a exigir mais transportes para este trajecto «têm

caído em saco roto», enquanto os motoristas da STCP acabam muitas vezes por ser injustamente responsabilizados por algo de que não têm culpa e trabalham sob uma enorme pressão que já levou a desentendimentos com os passageiros.

O PCP diz ainda que o mesmo acontece com outras carreiras — por exemplo 9, 29 e 59 que servem Ermesinde e Alfena ou a linha 58, na Boavista — em que a passagem de autocarros chega a espalhar períodos superiores a meia hora.

Assim, o PCP, solidário com as populações, exige «maior respeito pelos cidadãos» e a reposição da qualidade nos transportes, «de forma a servir os interesses e necessidades das pessoas e não os cálculos numéricos da administração da STCP».

TRABALHADORES

Inventários são pagos

A Federação dos Sindicatos do Comércio anunciou que vai intensificar neste período a vigilância sobre as grandes superfícies comerciais por forma a combater a fraude e evasão à Segurança Social, fazendo simultaneamente respeitar os direitos dos trabalhadores. Em causa estão os habituais inventários de final do ano, sobretudo nos super, hiper e grandes armazéns, em relação aos quais é prática frequente serem feitos para além do horário normal de trabalho, estendendo-se por noites inteiras, em violação das leis e do contrato colectivo.

Nestes casos, como denuncia a Federação em comunicado, aos trabalhadores não é pago o que lhes é devido, do mesmo modo que à Segurança Social são subtraídos valores a que tem direito.

O caso mais recentemente conhecido ocorreu no Carrefour de Aveiro, apanhado em flagrante pela Inspeção Geral de Trabalho, quando procedia ao inventário sem que, desrespeitando a lei e com o objectivo de não pagar, tenha feito o registo do trabalho suplementar.

A Federação do Comércio recorda que os habituais inventários de final do ano devem ser precedidos do registo de prestação de trabalho suplementar, que posteriormente, deve ser pago, conforme decorre do CCT e da Lei. Além do pagamento, lembra ainda aquela estrutura sindical, deve ser garantido o descanso compensatório.

Salários dos curtumes

Negociações sérias é o que exige dos industriais de curtumes a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles. Em causa está o facto de os salários do sector dos curtumes já vigorarem há 19 meses, sem que os industriais revelem qualquer abertura a conversações dignas desse nome.

Reclamando por justiça, aquela estrutura sindical refere em comunicado que as últimas propostas assumidas pelos industriais de curtumes foram entendidas como «uma grande provocação» e como um gesto que «não dignifica os trabalhadores». Criticada é a proposta de actualização dos salários que não foi além dos dois por cento, bem como a tentativa de alteração das categorias profissionais. Responsabilizando também os serviços do Ministério do Trabalho de Santarém, a quem acusam de inércia e de não ter marcado a continuação das negociações, a Federação recorda que há mais de 40 dias, apesar da sua insistência, não foi marcada qualquer reunião para se encontrar uma resolução para o conflito.

Os informáticos da função pública suspenderam a greve prevista para ontem e que se prolongaria pelos dias de hoje e manhã. Na base desta decisão está o compromisso assumido pelo Governo em matéria de reestruturação das carreiras informáticas, o qual consubstancia uma «alteração qualitativa» que se traduz numa revalorização efectiva das carreiras destes trabalhadores.

Para esta alteração da postura do Governo, na opinião dos sindicatos da Frente Comum, foi decisiva a grande mobilização dos trabalhadores, bem como a firmeza das suas organizações sindicais. Importante foi ainda a última reunião entre as partes realizada na passada segunda-feira. No entender de Paulo Trindade, dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, nessa reunião «verificaram-se avanços qualitativos por parte do Governo que nós consideramos muito positivos», acrescentando que a formulação do compromisso assumido pelo secretário de

Estado leva a estimar que a revalorização da carreira dos informáticos atinja valores entre os 15 e os 20 por cento.

Com efeito, segundo uma nota à imprensa da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, o Governo comprometeu-se com a abertura de um processo negocial a iniciar em Janeiro e a terminar em Março, «tendo por objectivo uma efectiva e significativa valorização remuneratória das carreiras informáticas, incluindo nesta valorização o pessoal já posicionado no índice 900, a fixação de suplementos remuneratórios adequa-



A mobilização dos trabalhadores e a firmeza dos sindicatos foram determinantes para a alteração da postura do Governo no processo negocial

dos, e a revisão e correcção das grelhas indiciárias.

Perspectivada está também a reclassificação e reconversão dos funcionários que exercem funções de informática e não

estão inseridos nessas carreiras, devendo igualmente encontrar-se soluções adequadas quanto às matérias de aposentação, regime de turnos e risco. Assumida pelo Governo foi também

a aceitação do princípio das dotações globais dos quadros de pessoal e a aceitação das propostas sindicais como base de trabalho para as negociações a desenvolver.

Sindicato denuncia ilegalidades na Brisa Porto

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte (SESNORTE) denunciou no final da passada semana, no Porto, a existência de «um grande conjunto de ilegalidades» na Brisa, acusando a administração da empresa de «prepotência».

Não cumprimento do descanso mínimo entre jornadas de trabalho e desrespeito pela lei das férias são duas das ilegalidades

apontadas pelo Sindicato, que considera ainda que a empresa concessionária das auto-estradas tem concretizado «autênticos atentados à actividade sindical». «Ao contrário do que está previsto na lei, não paga sequer uma hora aos delegados sindicais», afirmou António Vieira, dirigente do SESNORTE, presente na conferência de imprensa realizada na baixa portuense para denunciar as ilegalidades na Brisa.

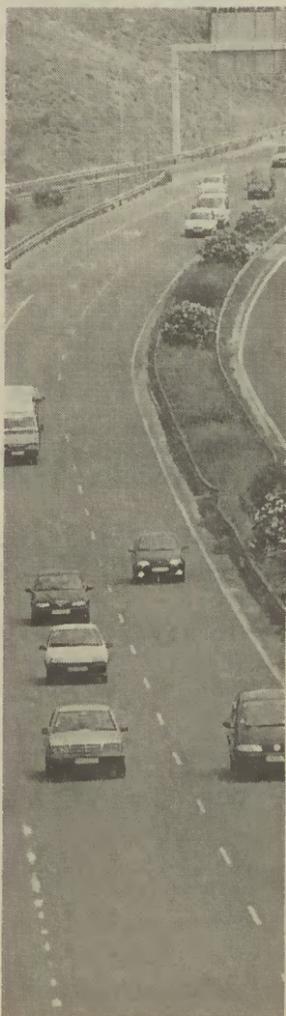
Preocupações há também quanto à situação de um delegado sindical que tem sido alvo, acusam, de perseguições. «Ele está a ser alvo de processos disciplinares verdadeiramente persecutórios, o que é um sinal do ambiente de perseguição que se vive na empresa», frisou António Vieira, salientando que a empresa moveu recentemente um novo inquérito, o oitavo, àquele dirigente sindical, o que

«confirma o ambiente de perseguição e de falta de diálogo».

«Vamos denunciar esta situação ao Provedor de Justiça», afirmou António Vieira, acrescentando que as denúncias sobre as ilegalidades ocorridas na Brisa já foram comunicadas aos grupos parlamentares, à Inspeção de Trabalho e ao secretário de Estado das Obras Públicas.

Segundo o sindicalista, a

«próxima fase da luta dos trabalhadores da Brisa» será enquadrada nas negociações salariais para o ano 2000, criticando o aumento de dois por cento proposto pela empresa. «Numa empresa com milhões de contos de lucro, esta proposta só vem confirmar a sua inflexibilidade nas relações com os trabalhadores e com os seus legítimos representantes», frisou António Vieira.



Na Vimeca

Prepotência da administração obriga a nova greve

Os trabalhadores da Vimeca Transportes marcaram uma nova greve para os dias 16 e 17 de Fevereiro e decidiram entregar na Assembleia da República uma petição sobre o conflito existente na empresa no que respeita às condições de trabalho. Os trabalhadores avançarão para a greve, a quinta desde o início do conflito, se o Governo não se pronunciar até 15 de Fevereiro.

A decisão foi tomada na passada segunda-feira no decorrer de um plenário que contou com a participação de 85 por cento dos trabalhadores e que determinou uma paralisação entre as 03.00 e as 12.00 horas.

Pretendendo reunir cerca de quatro mil assinaturas, sobretudo entre os profissionais do sector, a petição deverá ser entregue no Parlamento até final de Janeiro.

Para a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU), o Estado «deve ser responsabilizado pelas ilegalidades que a administração da Vimeca tem vindo a praticar», tanto pelas sanções aplicadas aos trabalhadores que aderiram às quatro greves realizadas este ano, como pela recusa de mais negociações com a aplicação de uma proposta não negociada.

Na base desta posição da FESTRU está o entendimento de que a Vimeca, apesar de ser uma empresa privada, presta um serviço público a cerca de 70 mil utentes dos concelhos de Lisboa, Cascais, Amadora, Sintra e Oeiras, afectados com a diminuição de algumas carreiras e consequente frequência com que se realizam.

Os trabalhadores da Vimeca exigem a igualdade de condições de trabalho entre os que transitaram da ex-Rodoviária Nacional e os que já se encontravam ao serviço da empresa.

Recorde-se que os trabalhadores exigiam a negociação de um novo Acordo de Empresa, materializado em proposta da FESTRU, que a administração considerou inviável, decidindo aplicar a todos os funcionários o Contrato Colectivo de Trabalho da Associação Nacional dos Transportes Rodoviários de Passageiros (ANTROP), em vigor desde 1 de Dezembro.

Interpretando-a como uma proposta unilateral, os trabalhadores recusaram-na, e a FESTRU exige agora que passe a vigorar o Acordo de Empresa da ex-Rodoviária Nacional por ser «globalmente mais vantajoso».

Costa do Marfim

Militares convidam civis a formar governo

O general Robert Guei, dirigente da Comissão Nacional de Salvação Pública (CNSP) da Costa do Marfim que na véspera de Natal derrubou o presidente Henri Konan Bédié, anunciou esta semana a intenção de formar um governo transitório com civis, até à realização de eleições «livres e transparentes».

A junta militar que tomou o poder na Costa do Marfim afirmou-se disposta a entregar o governo do país às forças políticas, com excepção de quatro pastas reservadas aos militares. A CNSP pretende ficar com o controlo da pasta da Defesa (para o general Guei), da Segurança, do Interior e dos Negócios Estrangeiros.

Segundo a Lusa, o antigo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Robert Guei, durante um encontro com os representantes de 38 partidos costa-marfinenses, pediu aos dirigentes políticos que lhe apresentassem nomes de «homens convictos, homens decididos» para integrarem o novo executivo, bem como outros para a formação «de uma comissão que vai trabalhar para apresentar rapidamente ao país «textos sãos» para gestão da vida política. Os militares confirmam assim a sua pretensão de levar a cabo uma reforma constitucional.

O general anunciou igualmente que vai ser efectuada «uma auditoria a todos os sectores económicos do país», sublinhando que a boa gestão dos fundos públicos, nomeadamente das ajudas internacionais, deve constituir «preocupação permanente» das autoridades.

«Quando em conjunto conseguirmos que a casa esteja arrumada, e que aquilo que fizermos tenha a aprovação do povo costa-marfinense, então retiraremos depois de termos arbitrado eleições livres e transparentes», afirmou o general.

O líder da junta militar assegurou ainda que a existência dos partidos não seria posta em causa, e reiterou que o Partido Democrático da Costa do Marfim (PDCM, do ex-presidente Bédié), no poder desde a independência, está convidado a participar no processo. «Não acho útil dissolver os partidos políticos», declarou Guei, que fez questão de sublinhar que os militares contam com os políticos «para evitar problemas».

Reacções

Apesar de ter decorrido sem derramamento de sangue e com o aparente apoio da população, o golpe de Estado na Costa do Marfim foi condenado de imediato por diversos países africanos, pela França (antiga potência colonial) e pelos EUA.

A Organização de Unidade Africana (OUA), num comunica-

do divulgado em Addis Abeba no início da semana, condenou «firmemente» o golpe de Estado e «pede o regresso rápido à ordem constitucional». O derrube de um governo eleito constitui «um sério e inaceitável passo atrás na marcha de África em direcção a uma maior democratização e a um maior respeito por um Estado de direito», refere o comunicado, que apela ainda aos estados membros e à comunidade internacional para que condenem este «golpe de força».

Entretanto, em Dacar, a Liga Democrática/Movimento por um Partido do Trabalho (LD/MPT, oposição senegalesa), afirmou que o golpe de Estado costa-marfinense é «um acto salutar susceptível de salvar o país de um desastre maior». Segundo um comunicado daquele partido, citado pela Lusa, «a prisão e condenação a penas pesadas dos dirigentes do RDR, partido de Alassane Ouattara (...), a proliferação de discursos xenófobos por responsáveis do regime acabaram por colocar a Costa do Marfim à beira de uma implosão com consequências incalculáveis para o povo costa-marfinense e para o povo da sub-região». «A corrupção, os desvios de dinheiros públicos e as desigualdades gritantes alimentaram as tensões sociais e as frustrações em todas as áreas da sociedade costa-marfinense, à excepção da minoria no poder», refere o comunicado.



O presidente deposto, Henri Bédié, refugiou-se no Togo

Promessa de paz

Até ao passado dia 23, a Costa do Marfim era considerado um modelo de estabilidade na conturbada região oeste-africana. A sublevação militar, que acabou por se transformar num golpe de Estado, veio no entanto confirmar até que ponto se agravaram nos últimos meses as tensões no país.

Com eleições presidenciais agendadas para 2000, o deposto presidente Henri Konan Bédié, que muitos acusam de ter «arruinado o país», começou a perder o controlo da situação: não só se manifestou incapaz de dar resposta às reivindicações dos militares - que se sublevaram por terem os salários em atraso e contra a degradação das suas condições de vida, como pretendeu impedir que a União dos Republicanos (RdR), o partido do antigo primeiro-ministro Alassane Dramane Ouattara, concorresse às eleições presidenciais, alegando que Ouattara é burkinabês.

Vários dirigentes da RdR encontravam-se na prisão, tendo sido libertados pelos militares revoltosos.

Os militares assumiram o controlo do país na sexta-feira, comandados pelo general Guei, que no mesmo dia suspendeu a Constituição, os tribunais e o parlamento. O general nomeou de imediato nove oficiais superiores para a Comissão de Salvação Pública Nacional para gerir o país até à «reposição da democracia», e assumiu-se como seu presidente. Militar de carreira, Guei substituiu o CEMGFA em funções em 1995, numa fase de instabilidade antes das eleições.

Muitos costa-marfinenses saudaram o golpe de estado, na esperança de que os militares ajudem a recuperar o país da sua crise política e económica.

O presidente deposto, Henri Konan Bédié, foi autorizado a sair do país, refugiando-se no Togo.

«Queremos evitar uma caça às bruxas», disse Guei na televisão no domingo à noite.

«Queremos que os costa-marfinenses vivam em paz, unidade e fraternidade africana».

Protestos na Argélia

A União Geral dos Trabalhadores Argelinos (UGTA) considera a nomeação de Soltani Bouguerra para ministro do Trabalho uma «traição» à organização sindical e à democracia no país. A UGTA, a mais forte central sindical da Argélia, admite desencadear a partir de Janeiro um movimento grevista no sector industrial do país para protestar contra a investidora de Bouguerra, ex-membro do partido islamista legal Movimento da Sociedade para a Pax (MSP). A decisão será tomada após o secretário-geral da central sindical, Madjid Sidi-Said, realizar consultas políticas a vários níveis. «A UGTA espera que lhe sejam dadas garantias e adverte que o pacto social acordado com o anterior governo de Smail Hamdani poderá ser rompido se isso não acontecer», afirmou o sindicalista. Recorda-se que vários dirigentes sindicais foram assassinados nos últimos anos por extremistas islâmicos.

Eleições na Croácia

Os croatas vão às urnas a 3 de Janeiro de 2000. Ao contrário do que é usual, os partidos da oposição não fazem promessas de facilidade, antes anunciam uma série de medidas de austeridade para garantir a recuperação económica do país. A aliança dos seis principais partidos da oposição garante que, caso ganhe as eleições, «os primeiros meses serão particularmente difíceis», e que «o novo (eventual) governo funcionará sobretudo como uma célula de crise, encarregada de fazer o inventário (...) e de estabelecer um plano operacional» para «relançar a produção, melhorar a imagem da Croácia no mundo para atrair os investidores estrangeiros e aproximá-la finalmente das instituições europeias». A oposição acusa o partido no poder, a Comunidade Democrática Croata (CDC), de privatizações fraudulentas e de corrupção. Segundo a União dos Sindicatos Independentes Croatas, vivem na pobreza 42,6 por cento dos 4,5 milhões de croatas, com um rendimento inferior a quatro dólares diários.

Testes nucleares

A Rússia vai proceder no próximo ano a uma série de ensaios nucleares em Novaia Zemlia sem utilizar substâncias radioactivas, anunciou esta semana a agência de informações militares AVN. Segundo Moscovo, este género de testes não viola quaisquer compromissos internacionais da Rússia sobre a interdição de ensaios de armas nucleares. Os EUA realizaram igualmente ensaios nucleares subterrâneos não seguidos de explosão no deserto do Nevada, em finais de Setembro, também com o objectivo de «manter a segurança e a fiabilidade das armas nucleares americanas sem ensaio nuclear».

Hungria

Partido dos Trabalhadores comemora X aniversário

O Partido dos Trabalhadores Húngaros assinalou no passado dia 17 de Dezembro o seu X aniversário com um conjunto de iniciativas em que participaram partidos comunistas e outras forças de esquerda da Europa. O PCP esteve representado por Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Das iniciativas promovidas por várias organizações do partido destaca-se a realização de uma sessão pública que encheu o teatro Átila, de Budapeste, em que interveio Gyula Thürmer, presidente do partido.

O Partido dos Trabalhadores Húngaros foi criado em 1989, após a liquidação do PSOH e a sua transformação num partido social-democrata que passou a assumir enormes responsabilidades na condução da Hungria para o capitalismo, e como resposta à necessidade da existência de um partido dos trabalhadores.

Esta opção foi bem evidenciada na intervenção do presidente do partido. Disse Gyula Thürmer: «Como muitos outros nós podíamos ter seguido a corrente. Nós podíamos ter adoptado os epítetos da moda. Nós podíamos criar um

jornal em vez de um partido, como alguns nos propuseram. Nós podíamos organizar um movimento frouxo em vez de um partido disciplinado, ou simplesmente nós podíamos ter ficado em casa e criado uma SARL.» ...«Nós, vós, milhares juntos, escolhemos outra via. Nós quisemos ter um partido porque precisávamos dele. Nós criámos o partido porque muitos homens honestos o exigiram. Nós criámos um partido, o partido dos trabalhadores húngaros.»

O empenho com que foi assinado o aniversário do PTH é significativo das opções tomadas, do propósito da sua afirmação e reforço futuro.

Um partido em crescimento

O Partido dos Trabalhadores Húngaros passou na última década por muitas dificuldades, com todo o tipo de discriminações, a que se associa a inaceitável proibição que ainda se mantém de uso dos seus símbolos e da organização partidária nas empresas, mas conseguiu desenvolver ao longo destes dez anos uma actividade que o coloca com um papel único na Hungria.

Foi o PTH quem alertou para as consequências do caminho para o capitalismo, denunciou o saque dos bens do Estado, estimulou o combate em defesa da terra e dos interesses dos camponeses húngaros. Foi o PTH que desenvolveu uma ampla acção contra a adesão à NATO e promoveu uma linha de acção de oposição aos bombardeamentos contra a Jugoslávia, com visíveis resultados na consciência da população.

O Partido dos Trabalhadores Húngaros tem actualmente 17 000 membros e conheceu um significativo número de adesões nos últimos anos. Este ano foi criada a Frente da Juventude. Começam também a

desenvolver-se os contactos com associações sindicais e as relações com outros sectores.

Nas últimas eleições gerais o PTH obteve 4,1 por cento dos votos, reforçando-se, embora não ultrapassando ainda a barreira dos 5 por cento que é condição para alcançar representação parlamentar. A nível autárquico conta com a presidência de vários municípios.

No quadro de uma situação nacional em que as marcas do regresso ao capitalismo são bem visíveis - saque dos bens públicos e domínio da economia pelas multinacionais, exploração, pobreza, acentuação das

desigualdades sociais, corrupção, ataque aos direitos sociais, envolvimento na NATO e na sua estratégia de agressão -, o Partido dos Trabalhadores Húngaros propõe uma alternativa baseada nos interesses dos trabalhadores e, manifestando a consciência de que a luta não será fácil, afirma-se com coragem política e disposição de intervenção para a concretizar.

As comemorações do X aniversário do Partido dos Trabalhadores Húngaros foram também uma oportunidade para o reforço das relações de amizade e solidariedade internacionalista entre o PTH e o PCP.

Voto de protesto

Os partidos comunistas e outras forças de esquerda presentes nas comemorações do X aniversário do Partido dos Trabalhadores Húngaros aprovaram um voto de protesto contra a condenação em tribunal de representantes políticos da extinta República Democrática Alemã e do Partido Socialista Unificado, entre os quais se conta Egon Hrenz, o último secretário-geral daquele partido. Como refere a declaração aprovada, as sentenças aprovadas pelos tribunais alemães, para além de constituírem uma «violação do tratado de unificação da Alemanha», «violam a Constituição da República Federal Alemã e dificultam o debate político sobre o passado dos dois Estados alemães».

A declaração exige ainda a anulação imediata das sentenças e manifesta o seu apoio ao apelo de Egon Krenz para o Tribunal Europeu de Justiça.

Subscvem o protesto os partidos comunistas da Áustria, República Checa e Morávia, Chipre, França, Alemanha, Grécia e o Partido Comunista Português, bem como o Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, o Partido dos Trabalhadores Húngaros, o Partido da Refundação Comunista de Itália, a Esquerda Unida de Espanha e o Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu.

Professores contratados Luta recomeça em Janeiro

Os professores e educadores contratados e desempregados vão desenvolver, a partir de Janeiro, um conjunto de acções de luta contra a situação precária que lhes é imposta, e que se iniciará dia 18 com uma ocupação simbólica de vários centros de emprego do país. Uma luta que tem como objectivo geral garantir a estabilidade de emprego e profissional dos docentes. Porque «sem direitos fundamentais assegurados não há exercício pleno da cidadania e a democracia será meramente virtual e não, decididamente, uma democracia plena».

A primeira grande reivindicação dos professores contratados é a do direito ao trabalho. No documento divulgado pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, quando do acampamento de protesto junto às instalações do Ministério da Educação (ME), dias 9 e 10 de Dezembro, foi denunciada uma *contradição evidente*: «o Estado, através das leis laborais do país, obriga as empresas privadas a integrar nos quadros qualquer trabalhador após 3 anos de serviço. Inexplicavelmente o Estado não aplica esta norma jurídica quando se trata dos seus próprios quadros. Isto é, o Estado obriga terceiros a cumprir com aquilo que ele próprio não cumpre».

Uma situação absurda que permite manter por tempo indefinido, em situação de emprego temporário ou de desemprego, cerca de 20 000 professores e educadores.

Outras questões fundamentais

deste movimento de protesto são o subsídio de desemprego e os direitos sociais fundamentais, como o direito elementar de assistência à saúde quando se encontram em situação de desemprego.

A luta alarga-se ainda à qualidade de ensino e ao digno exercício da profissão.

De entre as acções agendadas para o próximo ano, no quadro do movimento de protesto, destacam-se, de par da prevista ocupação simbólica de Centros de Emprego por todo o país, iniciativas permanentes de sensibilização da opinião pública e a presença de contratados e desempregados em deslocações oficiais do ministro ou do secretário de Estado a locais públicos.

Está igualmente prevista a realização de iniciativas de mobilização de todos os professores articulando o «direito ao emprego, direito à qualidade de ensino e o direito a condições

dignas do exercício da profissão docente», nomeadamente um encontro/debate subordinado a esse tema.

No quadro da presidência portuguesa da UE, os professores irão participar na *Marcha pelo Emprego*, uma iniciativa do movimento sindical que terá lugar em Lisboa, estando ainda prevista uma vigília de 24 horas, com acampamento junto ao Centro Cultural de Belém.

Os docentes não excluem a hipótese de avançar para uma

passado dia 22 com o Ministério da Educação (ME), para uma primeira apreciação do Projecto de Revisão Curricular do Ensino Secundário.

A Fenprof regista como positivo o reconhecimento dos Sindicatos de Professores como parceiros negociáveis em matéria de política educativa e sublinha que as virtualidades que o novo projecto curricular possa conter «só poderão ser concretizadas no quadro de uma verdadeira autonomia das escolas, que



A luta dos professores contratados vai prosseguir, sob diferentes formas, já em Janeiro

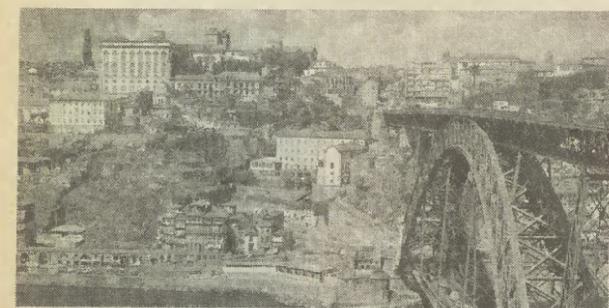
greve, que deverá ser decidida pelas estruturas sindicais, após uma reunião nacional de professores contratados, a realizar no final do 2.º período lectivo, para avaliação da situação negocial.

Revisão curricular

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) reuniu no

passado dia 22 com o Ministério da Educação (ME), para uma primeira apreciação do Projecto de Revisão Curricular do Ensino Secundário.

A Fenprof alerta ainda o ME para a necessidade de articular o novo modelo com «a revisão das habilitações para a docência e com a formação de professores».



CDU/Porto reprovava Plano de Actividades e Orçamento

A CDU reprovou o Plano de Actividades e Orçamento para 2000 da Câmara Municipal do Porto. Em causa está, quer a metodologia utilizada, que na prática impediu os vereadores de analisarem os documentos em causa, quer os conteúdos desses mesmos documentos.

Em comunicado divulgado em conferência de imprensa, a CDU/Porto começa por criticar a não distribuição atempada do Plano de Actividades e do Orçamento do Município, para centrar depois as suas observações críticas em torno dos conteúdos.

Em primeiro lugar o documento da CDU refere o facto de o orçamento apresentado estar inflacionado, não se sabendo «quais são as obras que se irão concretizar, nem as verbas que efectivamente se vão despendar em cada uma durante o ano 2000».

As verbas inscritas na área da habitação, são outra das questões abordadas. Considerando como positivo o peso dessas verbas no que respeita à construção de habitações de carácter social, a CDU sublinha, entretanto, uma «preocupante diminuição de verbas canalizadas para a recuperação e reabilitação dos Bairros Camarários, onde vive pelo menos 1/5 da população da cidade e onde, reconhecidamente, se vivem situações sociais de elevada gravidade».

Como um dos aspectos negativos dos documentos em causa, a CDU indica a importância das verbas inscritas como transferências para as diversas Fundações e Associações em que a Câmara intervém.

Por último o documento assinala a incoerência entre as preocupações manifestadas nos documentos *Quadro de Referências da Intervenção Municipal e Intervenção Sectoriais para o ano 2000*, o *Plano de Médio Prazo 1999-2002* e os valores das obras inscritas no *Plano de Actividades*.

Uma situação que «confirma a forma pouco cuidada como o Orçamento foi elaborado e que o transforma num mero somatório de intenções com estimativas de custos muito pouco rigorosas», conclui o documento da CDU.

Carta da IPPF em portuguêsês

A Secção das Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM) editou recentemente a Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, numa versão reduzida e adaptada para a língua portuguesa.

Esta Carta, da International Planned Parenthood Federation (IPPF), com tradução em portuguêsês da responsabilidade da Associação para o Planeamento

da Família (APF), tem como objectivo fundamental a promoção e protecção dos direitos e liberdades sexuais e reprodutivas em todos os sistemas políticos, económicos e culturais.

São doze os direitos consignados pela Carta: o direito à vida; o direito à liberdade e segurança da pessoa; o direito à igualdade e o direito a estar livre de todas as formas de discriminação; o direito à privacidade, o direito à liberdade de

pensamento; o direito à informação e educação; o direito de escolher casar ou não e de constituir e planear família; o direito de decidir ter ou não filhos e quando os ter; o direito aos cuidados e à protecção da saúde; o direito aos benefícios do progresso científico; o direito à liberdade de reunião e participação política; o direito de não ser submetido nem a tortura, nem a tratamento desumano ou degradante.

Associações de pais

O último boletim deste ano

A Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais - FERLAP tem em distribuição o seu último boletim informativo deste ano que inclui, entre outras matérias, as Conclusões do XVII Encontro Regional de Lisboa das Associações de Pais, realizado em Novembro último.

Em editorial de Vítor Sarmiento, actual presidente da FERLAP, sublinha-se que, aos problemas conhecidos na área da educação, haverá que acrescentar a transferência de compe-

tências para as autarquias locais, uma realidade que se impõe acompanhar «de modo a que sejam garantidas as melhorias que desejamos».

Para o início do próximo ano estão previstas desde já algumas iniciativas. «Para além do debate que iremos realizar no dia 15 de Janeiro sobre a Gestão Flexível dos Currículos e Educação Sexual no Meio Escolar, lançaremos um cartaz e um folheto em larga escala», informa o editorial.

O XVII Encontro Regional de Lisboa das Associações de Pais ocupa parte substancial do boletim. No quadro deste encontro estiveram em debate questões como a implantação da Lei Quadro Pré-Escolar e dos tempos livres e refeições no 1.º Ciclo e a autonomia e novo modelo de gestão das escolas.

Voltou de novo a lume a necessidade de reconhecimento, por parte do Estado, do estatuto de utilidade pública às associações de pais.

Baldios de Viseu exigem mais apoios

O Secretariado dos Baldios de Viseu-Balfloira exigiu ao Ministério da Agricultura (MA) mais apoios e que sejam divulgadas as suas intenções ao criar «no silêncio dos gabinetes» uma cooperativa de interesse público para administrar as florestas comunitárias e públicas.

Em encontro realizado no passado dia 12, em Viseu, com a participação de duas centenas de membros de órgãos de administração de baldios, foi referido pelos participantes um conjunto de *dificuldades, problemas e reclamações*.

Antes do mais, a falta de apoios. Os representantes dos órgãos dos baldios referem o fraquíssimo apoio financeiro dado pelo Estado nos primeiro e segundo quadros comunitários, que põe em causa o aproveitamento das *múltiplas potencialidades e recursos* dos baldios - floresta, ambiente e lazer, turismo e desporto, apicultura e piscicultura, pastorícia, exploração de águas e massas minerais, exploração de rochas, energia eólica -, «no sentido da defesa e desenvolvimento do mundo rural».

No documento da Balfloira refere-se igualmente as dificuldades e problemas criados por muitas juntas de freguesia e o menosprezo de muitas autarquias locais e organismos oficiais pela vontade das populações.

O Secretariado dos Baldios de Viseu manifesta particular preocupação pelo MA estar a preparar, *no silêncio dos gabinetes ministeriais*, «um novo projecto de criação de uma cooperativa de interesse público - uma *régie cooperativa* - para administrar as áreas florestais de propriedade pública e comunitária, depois de ter dado por extinta a Comissão Instaladora de uma empresa pública florestal (criada em 1998)».

Outra das dúvidas que o Secretariado dos Baldios quer ver explicada é a forma como o MA pretende colocar, na mesma *régie cooperativa* para gerir baldios e florestas públicas, interesses tão antagónicos como os dos representantes dos baldios ou associações ambientalistas e os das empresas de celuloses ou das autarquias. Um

facto tanto mais estranho quanto neste tipo de organismos se sabe que o capital social, a capacidade financeira, irá determinar o peso dos cooperantes nas decisões.

A Balfloira reclama que o processo da *régie cooperativa* «seja dado de imediato a conhecer aos órgãos representantes dos baldios para que estes possam discutirlos».

A Balfloira reclama ainda que, no âmbito do terceiro quadro comunitário de apoio se tenham em conta os órgãos de administração dos baldios e sejam disponibilizados fundos financeiros adequados.

Vírus do tomateiro

A insuficiência das medidas de apoio aos agricultores ligados à produção de tomate, é referida pela Hortisete, associação que reúne os horto-fruticultores da Península de Setúbal.

Nos concelhos de Palmela, Montijo e em algumas áreas dos concelhos limítrofes, as explorações de tomate têm sido vítimas do *vírus do bronzeamento do tomateiro*, causando enormes quebras de produção e brutais quebras de rendimento, atingindo em particular a agricultura familiar, com muitos agricultores no limiar da falência.

Fruto dos protestos dos agricultores, o Governo avançou enfim com um protocolo fitossanitário que, entretanto, a Hortisete considera insuficiente.

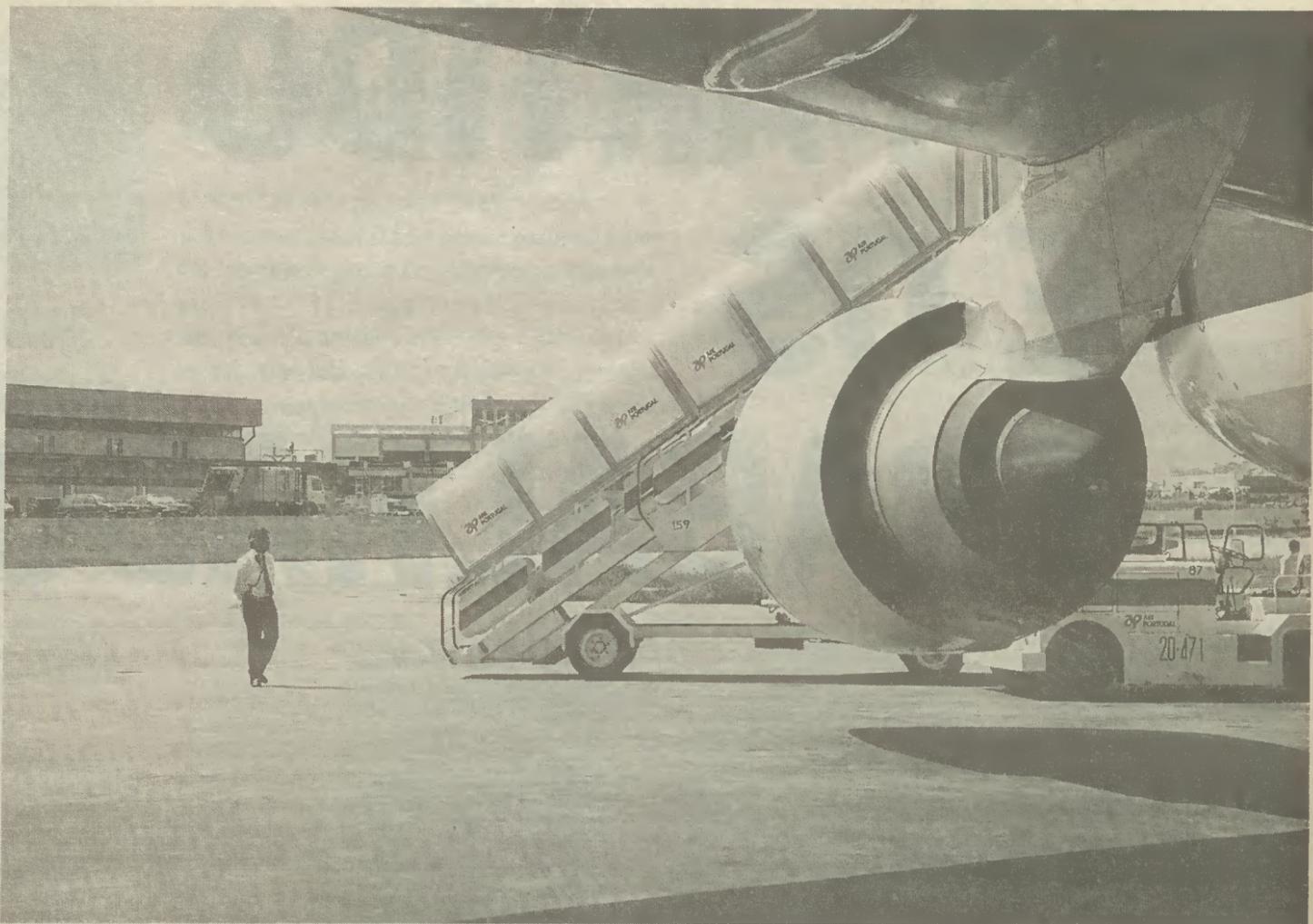
A associação de horto-fruticultores refere, nomeadamente, que o MA não considerou o conjunto de medidas propostas, concretamente a comparticipação do Orçamento de Estado nos anos em que não se pode plantar tomate.

Nesses anos, os agricultores terão apenas direito a candidatar-se às ajudas previstas no âmbito das medidas agro-ambientais para a protecção integrada das culturas hortícolas e ao mercado social de emprego, com a garantia de que poderão ficar nas suas áreas a tratar das suas terras.

O PARTIDO E OS TRABALHADORES



Onde há trabalhadores sujeitos à exploração do capital a luta de classes é inevitável. Por isso, onde estão os trabalhadores tem de estar o seu partido de classe, para que as inevitáveis lutas tenham um sentido. Neste número, em vésperas do ano 2000, o «Avante!» dedica boa parte das suas páginas ao tema. Com uma extensa entrevista a dois camaradas, responsáveis pelas duas maiores organizações do PCP - Lisboa e Setúbal -, António Andrez e Jorge Pires, membros da Comissão Política; com um artigo de António Lopes, também da Comissão Política, que nos fala das lutas no distrito de Braga; com artigos sobre a situação social que vivem os trabalhadores em empresas onde a sua influência, bem como a força do PCP, é considerável.



TAP

«Não cruzaremos os braços»

A principal batalha da célula do PCP na TAP é, hoje, a luta contra a segmentação da empresa e os consequentes despedimentos. «Não estamos nem estaremos contra a procura de uma solução com o Qualiflyer ou outros grupos. Mas somos contra o processo e conteúdo do acordo entretanto assinado pelas duas empresas, porque indicia a absorção da TAP pela Swissair», explica Alberto Lemos, em declarações ao *Avante!*.

Desde cedo, após o primeiro Governo de Mário Soares, que os projectos e as tentativas para desmembrar a TAP e privatizá-la tiveram a oposição do PCP e da sua célula na empresa. «Esta atitude não é fruto de nenhuma teimosia, mas resultado de uma análise fria e objectiva do contexto em que a empresa exerce a sua actividade», afirmou Alberto Lemos, representante da célula da TAP, em declarações ao *Avante!*.

Diversos factores foram levados em consideração: a situação geográfica do país, o grande número de emigrantes portugueses a trabalhar e a residir no estrangeiro, a concorrência de outras firmas do sector, a necessidade de manter os postos de trabalho e defender os direitos e regalias obtidos em muitos anos de luta.

E é por isso que Alberto Lemos afirma que «a TAP só poderá continuar a manter a sua autonomia e dimensão, se se mantiver como empresa nacional ligada ao sector público». «As outras forças políticas nunca entenderam o problema assim, privilegiando antes de mais a política de *lobbies* e interesses partidários e tudo fazendo para hipotecar o futuro da empresa», acusa.

«Nós, comunistas, quer na acção individual quer na acção colectiva,



procuramos esclarecer e mobilizar os trabalhadores no sentido de lutarem pela manutenção de uma TAP independente dos interesses partidários, uma empresa coesa nas suas diferentes esferas de acção, seja no transporte de passageiros e carga, no serviço de manutenção da frota

e de terceiros ou nos serviços de escala», diz Alberto Lemos. O fim da TAP é um perigo com que o PCP sempre se preocupou. «Nos órgãos unitários, sejam eles sindicatos ou comissão de trabalhadores, sempre discutimos e tudo fazemos para que tanto o poder político como a generalidade dos portugueses entendessem que o caminho que vem sendo traçado levará ao fim da empresa», lembra Lemos.

Parcerias

Os acordos e a associação da transportadora aérea a outras empresas não é posta em causa pela célula do PCP, que considera que «perante a intensificação da globalização da economia, a TAP teria de encontrar no mercado internacional outra empresa a que se pudesse associar em parceria».

«Não estamos nem estaremos contra a procura de uma solução com o Qualiflyer ou outros grupos de empresas. Mas somos contra o processo e conteúdo do acordo entretanto assinado pelas duas empresas, porque indicia a absorção da TAP pela Swissair», explica a célula do PCP. «A segmentação da empresa será um facto objectivo e com isso muitos postos de trabalho serão postos em causa», acrescenta.

«Nesse sentido, temo-nos esforçado por alertar os trabalhadores e mobilizá-los para a luta, na defesa dos seus direitos e do interesse nacional. Não cruzaremos os braços», afirma Alberto Lemos.

A célula do PCP na TAP está a preparar diversas iniciativas tanto no sentido da mobilização dos funcionários da transportadora, como junto aos órgãos institucionais como a Assembleia da República, o Governo e a Presidência da República.



Norporte

Do sucesso à falência

Depois de anos de lucros, a empresa têxtil Norporte (antiga Helly Hansen) fechou em 1998 por má gestão. Os seus 480 trabalhadores não baixaram os braços e tudo fizeram pela viabilização da empresa de Alhos Vedros. Carolina Medeiros e Guilhermina Varela contam-nos como se desenrolou o processo e falam-nos do papel do PCP e dos seus eleitos. «Os trabalhadores têm uma grande confiança no Partido», afirma Carolina.

A têxtil Helly Hansen foi implantada em 1972 em Alhos Vedros, concelho da Moita, e durante muitos anos foi uma empresa estável, apresentando altos lucros. Com uma mão-de-obra qualificada, exportava para toda a Europa e o seu trabalho foi reconhecido inclusivamente com um certificado de qualidade a nível mundial.

Os seus funcionários eram conhecidos pelas muitas reivindicações, tendo conseguido que os seus salários fossem dos mais elevados do sector no distrito de Setúbal. Além disso, foram os primeiros a verem implantada a lei das 40 horas de trabalho semanal. Bem sucedidas foram também as lutas contra a lei da flexibilidade e polivalência.

Apesar de só em 1994 a Helly Hansen ter tido 500 mil contos de lucro, a empresa foi vendida em 1996 e transformada em Norporte. Hernâni Ferreira, o novo dono, era conhecido na região por ter estado à frente de duas outras fábricas que faliram por má gestão. «Os trabalhadores ficaram

foram mandadas para casa. Mais tarde receberam uma carta da administração dizendo que não havia trabalho, mas que receberiam o salário completo, o subsídio de almoço e o prémio. «Estavam a tentar que as trabalhadoras saíssem da empresa», afirma Carolina Medeiros. A Comissão de Trabalhadores considerou que as funcionárias não deveriam permanecer em casa, para não correrem o risco de mais tarde verem os seus postos de trabalho extintos. «Daí para a frente, as trabalhadoras foram todos os dias para a empresa cumprir o seu horário de trabalho de forma a pressionar a empresa a reinseri-las.

Assim foi durante 42 dias», diz Carolina.

«Ao mesmo tempo, o número de encomendas não diminuía, tanto que faltava gente para dar vazão ao trabalho e responder às necessidades da secção de produção. O pessoal do corte tinham muitas vezes de lá ficar até à meia-noite, a receber horas extraordinárias. As costureiras começaram a ficar paradas uma, duas, três

semanas, um mês, dois meses... e as coisas começaram a piorar», explica.

Guilhermina Varela, delegada sindical, recorda que, durante esse período, Carlos Carvalhas visitou Alhos Vedros e se encontrou com os trabalhadores. «O patrão veio ao portão e disse-lhe que a empresa estava a ser mal gerida no tempo da Helly Hansen e que havia pessoal a mais.» Quando regressaram da semana de férias do Natal, as trabalhadoras foram colocadas nos seus postos.

Bandeiras negras

«Começámos a ficar com falta de trabalho. Havia costureiras sem trabalhar durante cinco ou seis meses, devido à diminuição de encomendas e à falta de pessoal noutras secções. Durante esse tempo, não nos deixavam ler uma revista, nem sequer olhar para trás. O objectivo era pressionar-nos e levar-nos a demitir-nos», acusa Carolina Medeiros.

Em 1998, a empresa acabou por fechar.



Texto
Isabel
Araújo
Branco
Fotos
Sérgio
Morais

Algum tempo antes, Hernâni Ferreira anuncia ter vendido a fábrica a um dos gerentes, Soares Machado.

Defendendo a viabilização da Norporte, os operários não baixam os braços e multiplicaram-se em iniciativas de protesto contra o encerramento e exigindo o apoio das entidades oficiais. Durante dois meses mantiveram-se junto ao portão da fábrica, empunhando bandeiras negras. A estrada junto à fábrica foi cortada mais do que uma vez. Chegaram mesmo a deslocar-se a Lisboa e a serem recebidos no Ministério da Economia.

«Em todas as lutas que desenvolvemos ao longo destes anos, a única em que não conseguimos resultados foi a última. O mérito está nos trabalhadores que lutavam, firmes. Se fosse necessário ficar em plenário quatro ou cinco horas, ficavam. A pressão sobre a administração era tal que eles eram obrigados a ceder. Houve ali grandes vitórias e hoje tenho uma grande tristeza ao ver o estado em que a fábrica está», afirma Carolina.

Fome e subsídios

Em Junho deste ano foram pagos os subsídios de férias aos funcionários, no valor de 25 mil contos. Hoje recebem uma parte

dos salários, ao abrigo de um subsídio previsto na lei 17. Contudo, muitas foram as dificuldades por que alguns trabalhadores passaram. «Havia pessoas - umas solteiras, umas divorciadas, outras em que tanto marido como mulher eram aqui empregados - que já estavam a passar fome, não tinham pão para comer. Muitos deles não comiam no refeitório para levar a comida para os filhos. As mais desesperadas chegavam a pedir às amigas um bocadinho de pão», diz Carolina.

Cerca de 25 pessoas passaram então a receber um subsídio social da Câmara Municipal da Moita (onde o PCP tem a maioria) e alguns particulares ligados ao PCP e que seguiram de perto a situação entregaram alimentos. «Foi uma prova que podem contar com os comunistas para o bem e para o mal. As pessoas dizem inclusivamente que nós não fizemos mais porque não podíamos.»

Opinião contrária têm das entidades ligadas ao Governo, entre elas a Secretaria de Estado da Economia, a Inspeção do Trabalho, a Segurança Social e o Governador Civil de Setúbal. «Muita coisa foi prometida no sentido da viabilização da empresa. Na altura estávamos em campanha eleitoral para as legislativas e as portas estavam todas abertas», declara Carolina.

Novos militantes

«Fiquei fascinada...»

Foi Guilhermina Varela, militante há 19 anos, que convidou Carolina Medeiros a inscrever-se no Partido em 1996. «Os camaradas da célula da Norporte achavam que eu estava muito próxima das ideias do PCP», diz Carolina, que em Novembro de 1998 abandonou a empresa e se tornou funcionária do Partido.

«Os trabalhadores sabiam que eu sou comunista e, por isso, acreditavam muito em mim. Têm uma grande confiança no Partido. Nos últimos tempos da empresa, quando eu acabava de falar nos plenários, havia colegas que me diziam: "Vê-se mesmo que estás no Partido Comunista!". Eu já falava de outra forma, reivindicava as coisas de outra maneira», conta.

«Quando vim para o Partido passei a ter mais consciência de classe. Antes de me tornar militante pensava: "Será que eles quando estão sozinhos se preocupam com os trabalhadores como mostram?" Mas quando comecei a vir às reuniões da célula, fiquei fascinada porque não há reunião onde não se fale dos problemas dos trabalhadores. O que o PCP faz transparecer para fora - para

mim, na altura - corresponde à realidade. Está de corpo e alma, preocupado com as pessoas», afirma.

Para Carolina, o Partido granjeia um grande prestígio entre os operários da Norporte por ter acompanhado todo o processo através de funcionários, dos deputados, dos vereadores da Câmara Municipal da Moita e da presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros. «Todos os comunistas que estavam nas autarquias aqui do concelho deram-nos uma grande força. Quando os trabalhadores viram um grupo enorme de jovens da JCP vir dar o seu apoio, até choraram», lembra Guilhermina.

Carolina não esquece que, após ter entrado no Partido, um dos seus grandes prazeres foi fazer com que uma delegada sindical filiada no PS abandonasse as suas ideias próximas do patronato e começasse a lutar, de facto, pelos trabalhadores.

Mas Carolina não foi a única a entrar no PCP através da célula da empresa. Outras tomaram o mesmo caminho e, como Guilhermina conta, muitos foram os que não votavam no Partido e que começaram a votar



«O mérito está nos trabalhadores que lutavam, firmes. Houve ali grandes vitórias e hoje tenho uma grande tristeza ao ver o estado em que a fábrica está.»

preocupados, porque já conheciam a gestão daquele senhor. Havia funcionários que inclusivamente tinham trabalhado nas empresas já administradas por ele», conta Carolina Medeiros, antiga operária e actualmente funcionária do PCP.

«A partir daí começaram a surgir problemas graves», lembra. Entre eles falta de trabalho, falta de material (como fêchos e linhas) e dívidas aos fornecedores, ao serviço do refeitório, à segurança social e ao IRS. Todos eles devido a má gestão.

O princípio do fim

Grande parte da equipa administrativa da fábrica, presente na empresa desde o início, foi substituída por pessoas da confiança do novo dono. Entretanto, a situação económica foi-se agravando e os equipamentos começaram a ser hipotecados. Em Dezembro de 1997, 22 trabalhadoras da secção de corte foram retiradas dos seus postos de trabalho. Consideradas sedentárias,

Braga

Aumento do desemprego em contraste com riqueza opulenta

Infelizmente, não faltam nem faltarão razões para o desenvolvimento e aprofundamento da luta dos trabalhadores e do Partido no distrito de Braga. Em poucas regiões são tão visíveis as desigualdades económicas e sociais, geradoras de desemprego e de miséria, em contraste flagrante com a mais opulenta riqueza, não rara ostensiva e ofensivamente exibida e apresentada como símbolos de uma política de sucesso.

Num distrito onde a deliberada e hipócrita confusão entre a enorme disponibilidade, capacidade e sacrifício de milhares de trabalhadores para conseguirem um nível de vida mais digno e, a sua brutal utilização para a mais desenfreada exploração, constituiu e promete continuar a constituir a principal fonte de inspiração das políticas de direita no plano económico e social para esta região, não é difícil deixar de ver que não faltam nem faltarão, infelizmente, razões mais que legítimas e justas para o prosseguimento, desenvolvimento e aprofundamento das lutas dos trabalhadores do distrito de Braga. Que não faltam nem faltarão razões para um forte impulso na intervenção e afirmação do PCP como força essencial e determinante na defesa das reivindicações, aspirações e interesses das classes trabalhadoras desta importante concentração operária.

Apesar das grandes e importantes lutas dos trabalhadores do distrito nos últimos anos terem consagrado importantes vitórias, na defesa e reconhecimento dos seus direitos, na defesa do emprego contra os despedimentos, na redução do horário de trabalho para as 40 horas semanais, por aumentos de salários, etc., o distrito de Braga continua a mostrar-se sobretudo, como uma região onde permanecem, se agravam e reproduzem conhecidos problemas económicos e sociais, cuja matriz fundamental radica num modelo de crescimento e competitividade económica, sustentado essencialmente na voragem da acumulação capitalista, baseada nas mais valias escandalosas, obtidas através da exploração do trabalho mal remunerado, no saque do rendimento de outras camadas e sectores – agricultores, PME's (em especial as subcontratadas) e comércio tradicional – e na absorção de vultuosos fundos públicos, nacionais e comunitários. Uma análise à situação social e económica mostra que no distrito existe a média salarial mais baixa do País; a elevada duração do tempo de trabalho, não obstante a aprovação da Lei das 40 horas; o elevado índice de acidentes de trabalho que configura o mais infame desrespeito pela vida humana; o não cumprimento das obrigações contratuais, a par da repressão e do silenciamento dos trabalhadores e dos seus representantes; a vergonha do trabalho infantil e do trabalho clandestino; a liquidação de vastos sectores produtivos, o atraso tecnológico e a desorganização empresarial, concomitante com a estratégia de mão-de-obra barata; a economia paralela, a fuga aos impostos e aos pagamentos para a segurança social; as falências fraudulentas, o uso e abuso das regalias concedidas pela Segurança Social por parte de certo patronato; a

descapitalização e o uso para fins privados dos bens das empresas.

Desigualdades flagrantes

Em poucas regiões como o distrito de Braga são tão visíveis e inaceitáveis as



■ António Lopes

produtividade, o distrito mostra claramente que são os baixos salários que criam as condições para baixas produtividades, por desincentivo à qualificação profissional, longas jornadas de trabalho (trabalhos extraordinários, duplo emprego e «biscate»), amiúde geradoras de acidentes de trabalho e de reduzidas disponibilidades físicas e psicológicas dos trabalhadores, para uma eficiente actividade laboral.

Mais justiça social

Perante o quadro traçado, tal como reafirmamos no nosso programa eleitoral para o distrito, são questões nucleares da nossa luta e acção no plano social, económico e para o desenvolvimento desta região:

desenvolvimento do distrito, nos seus mais diversos sectores e áreas, nomeadamente na modernização, reestruturação e diversificação do seu tecido produtivo, cada vez mais vulnerabilizado economicamente pela crescente liberalização dos mercados em sectores determinantes para a economia do distrito como é o caso particularmente relevante nos têxteis, vestuário e calçado.

Denunciar e combater

A situação económica e social no distrito coloca pois ao Partido fortes exigências à sua organização e intervenção junto dos trabalhadores. A eleição do deputado da CDU nas últimas eleições, reflectindo, de uma forma clara, a justeza e o reconhecimento do papel do Partido na



desigualdades económicas e sociais, geradoras de desemprego e de miséria, em contraste flagrante com a mais opulenta riqueza, não rara ostensiva e ofensivamente exibida e apresentada como símbolos de uma política de sucesso. Contrariamente às teses oficiais, partilhadas pelo PS, PSD e CDS/PP, de mãos dadas com o grande capital, não é falta de mão-de-obra qualificada no distrito e na região a principal responsável pela baixa produtividade e, muito menos, pelos escandalosos salários praticados. As estatísticas oficiais sobre o distrito mostram que não são só os trabalhadores sem qualificação a serem mal pagos e a terem que sofrer os custos das crescente precarização e desvalorização do seu trabalho, mas também os quadros e outros trabalhadores qualificados. Não será certamente por acaso que cada vez mais trabalhadores qualificados do próprio distrito procuram outras paragens para exercer as suas profissões, ou dedicam-se a actividades abaixo das qualificações que adquiriram, para além de muitos que estão no desemprego ou vivem em condições de extrema precariedade de trabalho. Contrariamente à ideia de que a baixa qualificação é a responsável pela baixa

Uma política que passe do elogio populista e demagógico à capacidade de trabalho do distrito, para uma efectiva dignificação e valorização dos trabalhadores, distribuindo de uma forma mais justa os rendimentos e melhorando os seus salários e condições de trabalho. Uma política que deixe de utilizar a riqueza demográfica da região e a sua forte componente juvenil como inesgotável e disponível exército de mão-de-obra barata e assuma a defesa do emprego com direitos, com formação e qualificação adequadas, promovendo o aumento da produtividade e o crescimento da qualidade. Uma política que não aproveite oportunisticamente a enorme capacidade de trabalho instalada na região e a pluriactividade familiar, como «almofada social» – que amortece o descontentamento face aos baixos salários e ao desemprego –, mas encara como uma força de imenso valor na criação de riqueza e bem estar para todos. No distrito de Braga, o desenvolvimento da luta social e política em volta destas questões centrais é uma exigência não só de uma maior justiça económica e social, mas ainda uma necessidade objectiva ao

luta social do distrito, constitui um forte incentivo ao seu prosseguimento e reforço. Só a organização do Partido, juntamente com as organizações e estruturas dos trabalhadores, estão em condições de criar e desenvolver um amplo e forte movimento reivindicativo social e político que denuncie, combata e ponha fim à escandalosa e inaceitável situação da exploração de milhares de trabalhadores do distrito às portas do novo milénio. Este é o nosso objectivo prioritário. A mesma força que, ao fim de muitos meses de luta, vergou o grande patronato do distrito e o Governo a aceitar para os têxteis e o vestuário a redução efectiva do horário de trabalho para as 40 horas, será capaz também, com redobrado empenhamento no distrito, de impor uma mais justa distribuição dos rendimentos de trabalho, corrigindo e diminuindo as crescentes desigualdades sociais que marcam de forma vergonhosa o distrito de Braga. Este será um passo decisivo para abrir caminho a uma nova situação política e social no distrito, de progresso, desenvolvimento e de um futuro mais feliz para os seus trabalhadores.

Entrevista com
António Andrez e Jorge Pires

conduzida por Carlos Nabais e Margarida Folque Fotos Sérgio Morais

Onde a classe operária está tem de estar o Partido

As organizações regionais de Lisboa e de Setúbal do PCP realizaram recentemente encontros de quadros em que se debateu fundamentalmente a organização do Partido nos locais de trabalho, linha que foi considerada prioritária na intervenção do colectivo partidário. António Andrez, responsável pela ORL, e Jorge Pires, responsável pela ORS, ambos membros da Comissão Política, falam sobre o porquê desta prioridade.

«Na luta de classes o embate fundamental é aquele que se concretiza no dia-a-dia no local de trabalho. É aí que se confrontam as duas classes antagónicas da sociedade portuguesa e é a partir deste confronto que se clarifica a coincidência de interesses entre o grande patronato e aqueles que, no poder, desenvolvem políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores e do nosso povo». (A citação é extraída da intervenção de Jorge Pires, no encontro de Quadros de Setúbal, realizado em Novembro passado). É a partir desta premissa que foi definida como primeira prioridade o reforço da organização nos locais de trabalho?

Jorge Pires - Não vejo como é que um partido comunista, revolucionário, que pretende transformar a vida e a sociedade, poderá intervir se não tiver como primeira prioridade a sua ligação aos locais de trabalho.

Mas a decisão de colocá-la como «primeira prioridade» tem significado, tanto mais que a ligação à classe operária e às massas trabalhadoras foi sempre o objectivo do Partido.

Jorge Pires - Sim. Mas nem sempre houve condições em todo o lado para concretizar essa prioridade, verificando-se até experiências diferentes de trabalho de acordo com as condições concretas. Porém, constatamos que é exactamente nos concelhos onde não conseguimos concretizar essa primeira prioridade que as organizações têm maiores dificuldades.

É no local de trabalho que se aprofunda a consciência de classe?

Jorge Pires - Sim. E é a partir desse aprofundamento da consciência de classe que podemos ir mais longe no aprofundamento da consciência política e até na influência eleitoral. Os resultados das últimas legislativas mostram isso.

Todo o trabalho de esclarecimento que fizemos nos últimos dois anos, todo o conjunto de acções viradas exclusivamente para os locais de trabalho - acompanhando as lutas pelas pequenas e grandes causas, quer reivindicativas quer em defesa do posto de trabalho, contra o encerramento das empresas -, levou a que alguns secto-

res que normalmente não votariam no PCP tivessem optado pelas nossas propostas e posições. Esta é a primeira das avaliações que fazemos dos resultados das últimas eleições. No encontro de quadros procurámos mostrar experiências em que, com medidas concretas, com audácia, foi possível obter resultados.

Esse foi também o objectivo do encontro quadros de Lisboa?

António Andrez - O nosso encontro realizou-se para discutir exclusivamente a intervenção nos locais de trabalho e fazer o balanço desde a última assembleia da ORL, depois de em Janeiro e Fevereiro de 1998, já se ter tomado um conjunto de medidas para reforçar o trabalho do Partido nas empresas.

Em 1987 fizemos um encontro na Voz do Operário sobre a intervenção do Partido no distrito, onde dedicámos a parte principal à intervenção nos locais de trabalho, tendo em conta as grandes alterações em curso - empresas a serem destruídas e o desaparecimento de grandes concentrações de trabalhadores.

Esse encontro definiu os locais de trabalho como a primeira linha da nossa intervenção, mas já nessa altura mais de metade dos militantes estavam organizados nos sectores profissionais.

A Assembleia da ORL de 1990 aprofundou esta orientação. Depois tivemos em 1991 um Encontro de Quadros que avançou novas perspectivas, incluindo a criação dos sectores de empresas em cada concelho, onde a acção do Partido estava mais virada para as questões locais.

Havia a necessidade de chegar a novos locais de trabalho. Por isso, em 1998, decidimos dar corpo à perspectiva traçada em 1991 e tomar a medida excepcional de constituir sectores de empresas em cada concelho.

Como passaram a funcionar esses sectores?

António Andrez - Cada um destes sectores passou a ter um camarada funcionário responsável, que era acompanhado a partir do executivo da Direcção da ORL. No último encontro de quadros considerámos que estavam reunidas condições para pôr fim a esta situação excepcional e os sectores de empresas, entretanto constitui-



dos em todos os concelhos, passaram para a responsabilidade das concelhias do Partido.

Os sectores de empresas tiveram um importante papel nas próprias campanhas eleitorais, mostrando que a força organizada nos locais de trabalho conduz não só ao reforço orgânico, ideológico, político e social, mas também eleitoral do Partido.

O Encontro de Setúbal aprovou como objectivo criar células em todas as empresas do distrito com mais de 200 trabalhadores. Em Lisboa, foi referido que tinha sido estancado o recuo na intervenção do Partido nas empresas do distrito. Que exemplos concretos podem referir?

António Andrez - O nosso objectivo em Lisboa é diferente do que o que foi traçado para Setúbal. Neste momento, a par do reforço e alargamento dos sectores existentes queremos chegar ao máximo de locais de trabalho, nem que seja com um membro do Partido. Não falamos de células. Isso será a fase seguinte.

Jorge Pires - No distrito de Setúbal sempre optámos por responsabilizar as organizações concelhias pelo acompanhamento das empresas, independentemente da sua complexidade e dimensão, que por vezes obriga a uma articulação pluriconcelhia e distrital. Por exemplo, a Célula da Quimigal, que nos anos 80 tinha 1600 militantes, foi sempre da responsabilidade da Comissão Concelhia do Barreiro. Isso permitiu-nos articular com maior rigor o trabalho de massas e institucional, nomeadamente no poder local.

O reforço da organização do Partido nos locais de trabalho e da intervenção em termos sociais deu-se também no trabalho

institucional e vice-versa. Os concelhos onde não somos maioritários no poder local são exactamente aqueles onde sempre tivemos maior fragilidade na organização por local de trabalho. Temos grandes concelhias onde 70 por cento dos militantes pertencem a organizações de freguesia e só os restantes 30 por cento integram organizações por local de trabalho.

É evidente que isto resulta também, tal como aconteceu em muitas regiões, do facto de o sector secundário ter sido completamente ultrapassado pelo terciário. Hoje há mais gente a trabalhar nos serviços do que na indústria transformadora e é natural que nos sectores onde temos mais dificuldade em organizar as nossas células, como os grandes hospitais e grandes escolas, os militantes procurem os locais de residência.

Mas não é um problema menor, porque são trabalhadores como os outros que intervêm todos os dias. Penso que as organizações por local de residência não devem substituir-se às organizações por local de trabalho, na preparação política e ideológica desses camaradas.

O objectivo de criar células em todas as empresas médias é realista?

Jorge Pires - Esse objectivo significa que vamos dar prioridade às empresas com mais de 200 trabalhadores, mas temos consciência de que não é possível formar hoje células em todas, até pela simples razão de que, para as criar, é preciso ter lá militantes do Partido. E isso não se verifica certamente em todas elas.

Estamos também a tomar medidas em relação aos sectores do Ensino e da Saúde, não para criar células de professores, ou de médicos, mas células do Partido, onde estejam organizados também os administrativos, os auxiliares, etc.

As células do Partido reforçam o trabalho unitário

Qual é o papel que está reservado a uma célula do PCP numa empresa em que já funcionam órgãos representativos dos trabalhadores, nos quais frequentemente os militantes comunistas já têm um grande peso? Referimo-nos às comissões sindicais e comissões de trabalhadores.

Jorge Pires - Penso que não há incompatibilidades. O Partido tem uma função, a comissão de trabalhadores tem outra e o sindicato ainda outra. Acho mesmo que se complementam. Digo isto partindo da minha experiência pessoal. O Partido tem como prioridade aprofundar a consciência política dos trabalhadores, primeiro através da consciência social de modo a que se perceba quem, do ponto de vista político, está com eles e quem está com as classes dominantes.

É este aprofundamento da consciência política que mais tarde se transforma em consciência eleitoral (embora a experiência também mostre que isso nem sempre acontece), e que facilita o trabalho na luta reivindicativa.

A intervenção dos comunistas nos órgãos unitários não prejudica a afirmação do Partido?

Jorge Pires - Cheguei a ser membro do Conselho Geral de Trabalhadores da CUF ao mesmo tempo que era responsável no Partido pelo sector dos químicos da empresa. Toda a gente conhecia a minha condição de militante do PCP e isso não impedia que fosse ao mesmo tempo o seu representante nas organizações de trabalhadores.

Certo, mas a pergunta era se não existe a tendência de as células do Partido se diluírem nos órgãos unitários?

Jorge Pires - O problema é que por vezes as células do Partido permitem que o seu papel seja desempenhado pelas organizações de trabalhadores. Ou seja, acontece que por vezes a célula discute problemas importantíssimos dos trabalhadores e

depois não toma posição pública, deixando isso para a comissão de trabalhadores ou para a comissão sindical. Creio que isso está errado.

O Partido ajuda a aprofundar o carácter unitário das estruturas; os comunistas dão uma contribuição importante para o seu funcionamento, mas elas não podem nem devem substituir o trabalho político do Partido.

A luta pelas 40 horas mostrou que a articulação entre o trabalho político e institucional do Partido e a luta da CGTP-IN pode dar resultados extremamente positivos para os trabalhadores.

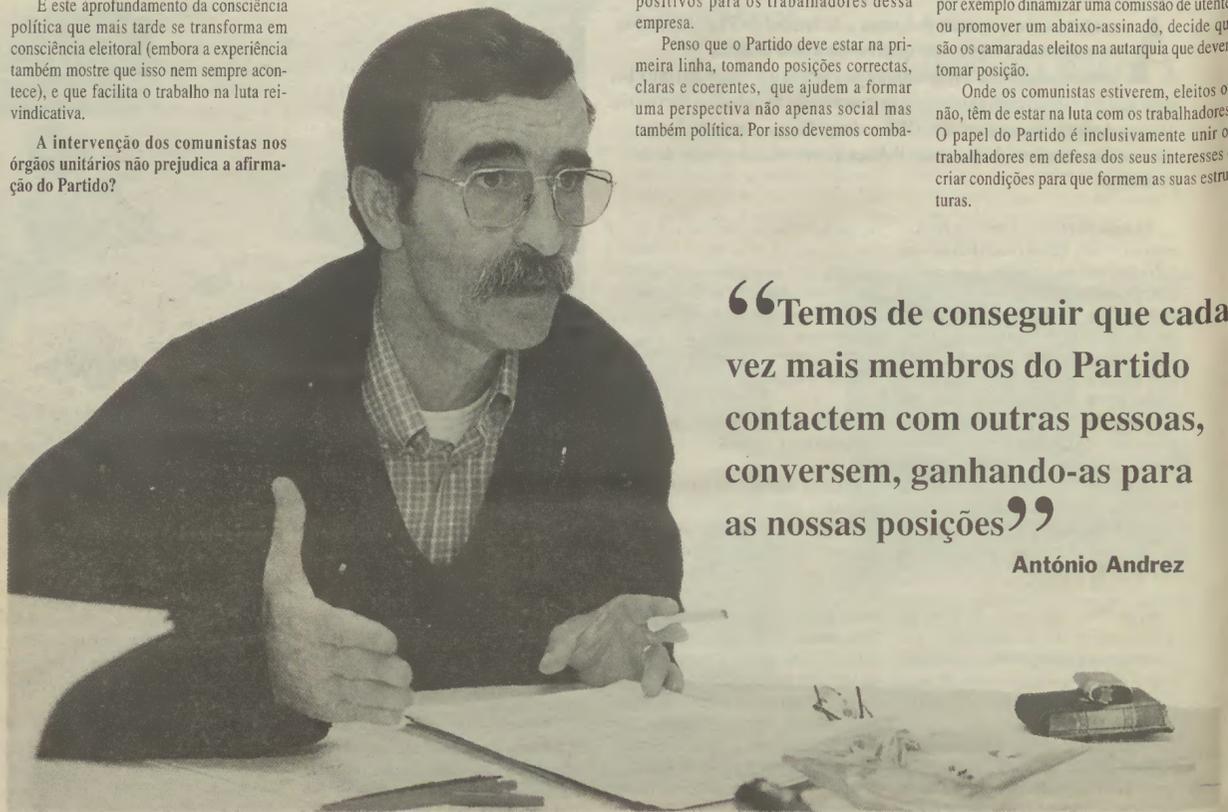
Nas empresas isto também é assim. A articulação entre a actividade da célula e os membros do Partido que estão nos ORT's leva em primeiro lugar a resultados positivos para os trabalhadores dessa empresa.

Penso que o Partido deve estar na primeira linha, tomando posições correctas, claras e coerentes, que ajudem a formar uma perspectiva não apenas social mas também política. Por isso devemos comba-

ter a tendência segundo a qual o Partido não deve tomar posição pública, reservando essa função para o sindicato ou comissão de trabalhadores.

António Andrez - Em Janeiro de 1998, e depois no Comité Central de Fevereiro, uma das questões que colocávamos era a necessidade de reforçar a organização e a afirmação política do Partido. Constatávamos que as nossas posições eram de facto vertidas ou diluídas nas posições de órgãos unitários onde os comunistas participavam, fossem de trabalhadores ou das autarquias. Em Lisboa, embora já se verifique uma grande inversão que foi assinalada no encontro, temos ainda células fortes que reúnem semanalmente, discutem os problemas mas não divulgam as suas posições. Ou, por exemplo, uma comissão de freguesia discute a falta de um centro de saúde e, em vez de tomar iniciativas, como por exemplo dinamizar uma comissão de utentes ou promover um abaixo-assinado, decide que são os camaradas eleitos na autarquia que devem tomar posição.

Onde os comunistas estiverem, eleitos ou não, têm de estar na luta com os trabalhadores. O papel do Partido é inclusivamente unir os trabalhadores em defesa dos seus interesses e criar condições para que formem as suas estruturas.



“Temos de conseguir que cada vez mais membros do Partido contactem com outras pessoas, conversem, ganhando-as para as nossas posições”

António Andrez

Os jovens estão disponíveis para a luta

Existem experiências recentes de organização nas empresas?

Jorge Pires - Sim, por exemplo, no complexo da Auto Europa, que é um dos maiores pólos industriais do País, com perto de oito mil trabalhadores espalhados por cerca de 16 empresas. Neste momento, só existe uma célula, mas pretendemos criar uma estrutura que possa organizar os trabalhadores de todas as empresas a funcionar naquele espaço.

Essa célula já existe há muito tempo?

Jorge Pires - Praticamente desde o início do complexo. É uma célula com militantes jovens, o que corresponde à média etária da empresa, entre 23 e 24 anos. Muitos deles ainda intervêm na JCP. Mas não é só o Partido que começa a ter peso neste complexo. Em termos europeus, a Auto Europa apresenta uma taxa de sindicalização que é o dobro da média europeia no sector automóvel, tendo ultrapassado já os 20 por cento. E continua a crescer.

Pelo exemplo que deste da Auto Euro-

pa pode concluir-se que os jovens estão mais receptivos às mensagens políticas?

Jorge Pires - As teorias de que os jovens são menos sensíveis às mensagens políticas nunca fizeram grande sentido para mim. O caso da célula do Arsenal do Afeite é esclarecedor: durante anos os camaradas queixavam-se de que os jovens não queriam saber do Partido, sentiam-se derrotados e sem perspectivas.

Foi então tomada a decisão de chamar ao secretariado um conjunto de jovens quadros e hoje a célula é uma das que mais se destaca no distrito, não só pela sua dimensão, como pelo funcionamento e articulação com o trabalho unitário.

Falamos muitas vezes neste exemplo porque é a demonstração de que temos de responsabilizar os jovens, ajudando-os, orientando-os mas deixando-os trabalhar.

A proliferação dos vínculos precários tem aumentado as dificuldades de organização?

António Andrez - A precarização do

emprego afecta mais de 30 por cento dos trabalhadores, e em muitas empresas não há liberdade. Costumamos dizer que o 25 de Abril não chegou a muitas empresas. Por isso, concluímos que se em situações mais difíceis, o Partido encontrou soluções e a sua principal força sempre foi nas empresas, nós, onde fosse necessário, aproveitaríamos essa experiência. Em muitas empresas novas, onde temos organização, os militantes do Partido não são conhecidos.

Isto é uma vergonha para o Partido Socialista e para os grandes empresários que apresentam Portugal como um país plenamente democrático. Para haver liberdade e 25 de Abril nessas empresas tem de haver alguém que comece a intervir. Os trabalhadores, por serem precários, não deixam de ser trabalhadores, portanto temos de organizá-los nessa situação.

É evidente que a precarização dificulta a intervenção do Partido e do movimento sindical. Quando se manda um trabalhador para casa aos 48 anos e se contrata um jovem, o Governo e o capital estão a fazer um investi-

mento político. Mas pode-lhes sair o tiro pela culatra, porque sentimos que há uma predisposição nestes jovens para alterarem este estado de coisas e para lutarem por direitos que outras gerações conquistaram.

O recrutamento de jovens é um preocupação das organizações?

António Andrez - Na ORL funcionam grupos de trabalho em cada sector profissional para as novas gerações de trabalhadores. Dos 501 novos militantes recrutados até 15 Dezembro, cerca de 42 por cento têm menos de 30 anos; cerca de 70 por cento são operários industriais e empregados. A grande massa é constituída por jovens trabalhadores.

Jorge Pires - Trata-se de facto de uma tendência que mostra afinal que o discurso do PCP consegue atrair muitos jovens, ao contrário do que muitos dizem. Isto significa que temos espaço para recrutar e alargar o Partido.

Esses jovens trabalhadores têm consciência de classe?

Jorge Pires - Posso contar um episódio para

Jorge Pires - O carácter democrático de uma estrutura unitária aprofunda-se com a afirmação clara e inequívoca das posições do Partido. Onde está o Partido, onde ele funciona, onde os membros do Partido se assumem como tal, estando sempre na primeira linha do combate político e ideológico, onde as organizações se unem à vida do meio onde estão inseridas, com os comunistas a assumirem a defesa dos trabalhadores e das populações e a serem porta-vozes dos seus anseios, os resultados aparecem, são positivos e motivadores.

Isto já foi afirmado na reunião de quadros distrital e penso que responde a esta questão. São membros do Partido que discutem os problemas e ajudam a as estruturas unitárias a desenvolver a sua actividade. Depois consideram que como a comissão de trabalhadores já tomou posição, o Partido não deve fazê-lo. É preciso contrariar esta tendência não só nos ORT's mas em outras estruturas unitárias onde os comunistas estão.

Ainda existe sectarismo?

Jorge Pires - É evidente que aqui ou acolá ainda existem certas manifestações de sectarismo que têm a ver com a própria natureza das pessoas, embora muitas vezes também se confunda com sectarismo a defesa mais impulsiva

de certas posições. Mas creio que, se ainda existe alguma dose de sectarismo nalguns camaradas e organizações, não está aí a nossa principal dificuldade na ligação aos outros.

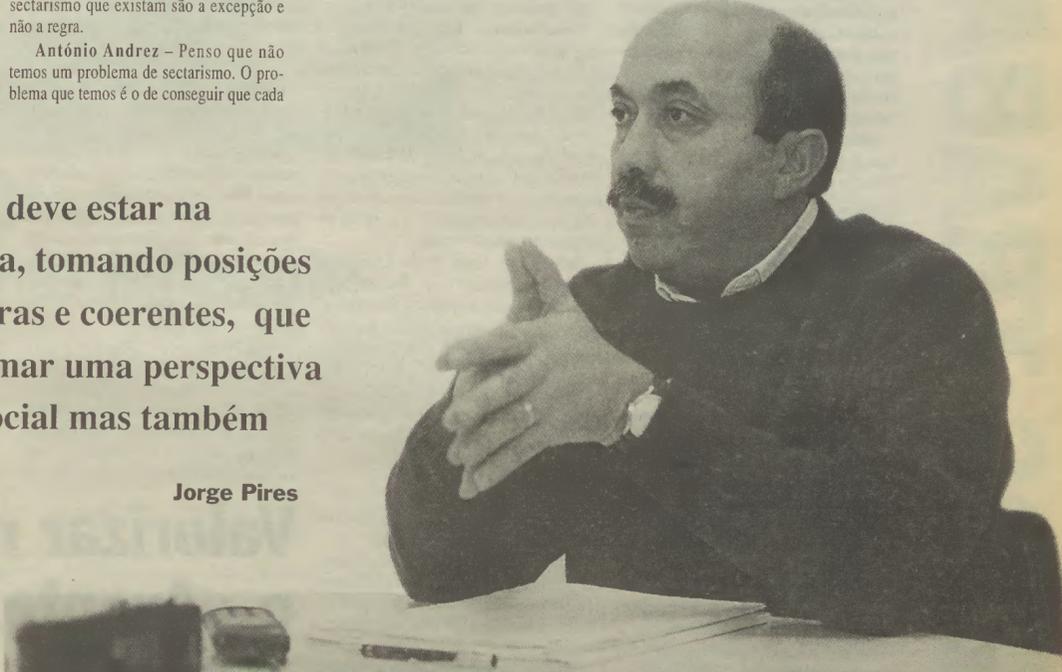
Por vezes isso está relacionado com dificuldades de funcionamento das próprias organizações, que se fecham em si próprias em vez de saírem para fora. Já referi o caso da Célula do Arsenal do Alfeite, onde camaradas com muitos anos de Partido estavam fechados por não encontrarem soluções para os problemas que tinham. Hoje têm uma célula dinâmica, que até promove iniciativas públicas, como a que recentemente teve lugar sobre o futuro do Arsenal. Isto é produto de um conjunto de quadros muito jovens e que têm já uma qualidade de trabalho que faz inveja, nalguns casos, a muitos de nós que andamos aqui há muitos anos. E é bom que assim seja.

O que caracteriza o Partido é a sua ligação à vida, às pessoas; é uma estrutura muito aberta e não o contrário. Situações de sectarismo que existam são a excepção e não a regra.

António Andrez - Penso que não temos um problema de sectarismo. O problema que temos é o de conseguir que cada

“O Partido deve estar na primeira linha, tomando posições correctas, claras e coerentes, que ajudem a formar uma perspectiva não apenas social mas também política”

Jorge Pires



Responder às novas realidades do mundo do trabalho

Que orientações segue o Partido no trabalho com as microempresas?

António Andrez - Neste momento, a nossa preocupação é dinamizar o associativismo desses empresários, que hoje, com toda esta ofensiva do grande capital, estão a ser vítimas da exploração dos grandes grupos económicos. Temos microempresários que são tão explorados pelo grande capital como os trabalhadores. Na prática, são trabalhadores por conta própria.

No distrito de Lisboa, temos quase dois mil empresários militantes do Partido e a orientação é para que estes camaradas defendam o melhor que forem capazes os interesses dos pequenos e médios empresários.

Jorge Pires - As microempresas são para nós uma questão central. Uma parte importante dos membros do Partido que saíram das grandes empresas, Lisnave, Setenave, Siderurgia Nacional, estabeleceu-se por conta própria, criando as suas empresas.

vez mais membros do Partido contactem com as outras pessoas, conversem com elas sobre os seus problemas e sobre as formas de os resolver, ganhando-as para as nossas posições.

É isso que se chama abrir o Partido à sociedade, conversar com pessoas?

António Andrez - Há certos termos que utilizamos no Partido que são por vezes utilizados com outros sentidos por outras pessoas. No distrito de Lisboa nós não utilizamos esse termo. A nossa tarefa prioritária, decisiva e determinante para o reforço orgânico, político, social e eleitoral do Partido é o contacto directo com os que trabalham e vivem no distrito de Lisboa. Conhecer e lutar com essas pessoas na defesa dos seus interesses. Se uns chamam a isto abertura à sociedade...

Jorge Pires - Essa é uma questão interessante. O que é isso de abrir à sociedade?

O que caracteriza o Partido é a sua ligação à vida, às pessoas; é uma estrutura muito aberta e não o contrário. Situações de sectarismo que existam são a excepção e não a regra.

António Andrez - Penso que não temos um problema de sectarismo. O problema que temos é o de conseguir que cada



Claro que há quem defenda a abertura do PCP para seguirmos o rumo que a sociedade leva neste momento e nos adaptarmos às condições concretas que ela nos oferece. Eu entendo a abertura à sociedade no sentido de compreendê-la, conhecer os anseios e os problemas das pessoas, para onde é que querem ir, mas sempre com a perspectiva de transformá-la e não de ir a reboque ou de nos adaptarmos à tendência que hoje existe.

Há gente que hoje trabalha sem nenhum vínculo contratual e que utiliza o domicílio como local de trabalho. Como se podem organizar estes trabalhadores?

Jorge Pires - Estamos longe de conhecer essa realidade para poder intervir. Sabemos que há muita gente que hoje trabalha em casa. E não é só tele-trabalho. Temos pessoas das profissões liberais, desenhadores industriais, arquitectos. São trabalhadores que neste momento estão organizados em sectores profissionais.

Mas não temos esse levantamento feito, não só porque é uma questão recente como porque não lhe temos dado a atenção devida. Mas o facto é que temos de responder primeiro aquilo que definimos como primeiras prioridades.

António Andrez - Exacto, mas não podemos estar à espera de que estas novas realidades se desenvolvam porque já nos atrasámos em relação a alguns sectores.

Motivar os militantes para a participação

Há um reforço da intervenção geral do Partido?

António Andrez – Há muita coisa a alterar-se, embora tenhamos dificuldade em acompanhar tudo. Mas, em comparação com o ano anterior, o balanço da actividade deste ano mostra que houve um reforço da intervenção do Partido, apesar das grandes dificuldades que ainda temos de ultrapassar.

Jorge Pires – Em alguns partidos, a ideia de que era preciso trabalhar para toda a gente de igual forma levou a que se menosprezassem as células de empresa. É certo que há novos problemas que se colocam hoje a todas as pessoas, independentemente da classe a que pertencem. Mas, na nossa opinião, a classe operária é aquela que é mais consequente na dinamização do processo transformador. E ela está nos locais de trabalho.

O encerramento e desmantelamento de grandes unidades industriais com milhares de trabalhadores levaram o Partido a dar mais atenção a outras formas de organização, por exemplo nos locais de residência, descurando os locais de trabalho. Que balanço fazem hoje dessa solução?

António Andrez – É verdade que descurámos, mas fizemos mal, como sublinhou o Encontro da Voz do Operário de 1987. Mas, na altura, face às alterações que se deram, não encontramos outras soluções.

O enfraquecimento da organização nas empresas deveu-se a causas objectivas e é natural que os militantes tenham procurado os locais de residência para se organizar?

António Andrez – Sim, mas não houve reforço do trabalho local.

Quer isso dizer que houve muitos camaradas que ficaram desligados?

António Andrez – Exacto. Isso ainda recentemente se voltou a constatar. Temos cerca de meio milhar de camaradas que vieram transferidos de outras organizações regionais para a ORL que não têm ainda a situação regularizada. São, na sua maioria classe operária, saídos das empresas que fecharam, da Automática Eléctrica, da Mague, da Sorefame, e que foram perdidos nas transferências. Já decidimos reatar os contactos com estes militantes no primeiro semestre do próximo ano.

Jorge Pires – O problema não foi o descurar. O problema é que as organizações por local de residência não estavam preparadas para motivar um conjunto de pessoas que tinha tido uma participação activa na vida das empresas e de repente confronta-se com um tipo de actividade e dinâmica completamente diferentes. A questão da militância é o gran-

de problema que temos e, resolvendo-o, resolvemos muitos dos outros problemas. Mas só se consegue motivar um militante para a actividade do Partido se ele se sentir que o seu trabalho é útil e reconhecido.

Mas gostávamos de saber se se mantém válida a orientação de organizar por local de residência os camaradas que são despedidos ou saem das empresas, como tem acontecido até aqui.

Jorge Pires – Penso que temos de criar no Partido um espaço próprio de intervenção política dos desempregados que deve ser complementado por um estrutura unitária que intervenha junto dos órgãos de poder. Os sindicatos podiam ter uma preocupação especial nesta área.

Em França há uma experiência extremamente positiva na organização dos desempregados. Hoje há movimentos unitários de desempregados em vários países da Europa que têm um papel importante na luta social e política.

António Andrez – Em Lisboa, reconhecemos que não temos tido força para organizar todos os desempregados, mas decidimos acabar com as transferências administrativas de militantes do Partido especialmente das novas gerações de trabalhadores. Um camarada que deixe de trabalhar numa empresa de um determinado sector, só será transferido depois de encontrar novo emprego noutro local. Enquanto estiver desempregado, o responsável do sector de empresas permanece o mesmo.

Jorge Pires – Quem está no desemprego só se sentirá motivado para a discussão política se o seu problema principal tiver abordagem. Ele até pode estar ligado à última empresa onde esteve, mas aí são discutidos os problemas da empresa, não o dele. Oficialmente, existem no distrito de Setúbal cerca de 40 mil desempregados, embora na realidade sejam muitos mais. Trata-se de uma força social importantíssima que temos de transformar numa força política.

O desaparecimento de células deveu-se só ao encerramento de empresas?

António Andrez – Umhas células desapareceram porque deixaram de ter militantes, por reformas ou encerramento de empresas, e outras porque deixaram de ter actividade.

Mas por que deixaram de ter actividade? Houve «desinvestimento» em quadros?

António Andrez – Em certos casos tal deveu-se a um acompanhamento deficiente. Não estou a falar das grandes células, uma vez que essas mantiveram sempre a sua actividade. Mas quando vinha o trabalho eleitoral, a tendência dos responsáveis era deixar cair as empresas e acompanhar o trabalho nas freguesias.

Com os sectores profissionais que criámos isso deixou de acontecer porque o responsável não tem outras tarefas a nível local.

Houve a dada altura sobrecarga de tarefas?

António Andrez – Houve uma fase em que o núcleo activo era de facto reduzido...

Jorge Pires – Em Setúbal também desapareceram células de empresa e outras baixaram o seu nível de intervenção. É verdade que desviámos quadros importantes das empresas para assumirem cargos de eleitos autárquicos, ou para outras tarefas. Contudo, isso aconteceu porque do ponto de vista ideológico não compreendemos a importância dos locais de trabalho. Hoje estamos a fazer este trabalho na ORS com menos meios do que tínhamos há dez anos.

Claro que nos anos 80 começámos a ter grandes problemas nas empresas. De milhares de militantes que tínhamos num conjunto de células passámos a ter apenas algumas centenas. Isto foi uma grande transformação que teve várias repercussões.

Continua a faltar o trabalho de «sapa», o que permite que muitos camaradas se percam?

António Andrez – O trabalho dos responsáveis dos sectores de empresa é esse trabalho de «sapa». Houve camaradas que pegaram em sectores que só tinham 40 inscritos. Falando com um e com outro, conseguiram juntar as pessoas e hoje alguns já estão perto dos 200 militantes.

O segredo destas medidas é que o responsável do sector de empresas não assume outro trabalho de organização.

Jorge Pires – Entre 1988 e 1993 registámos um decréscimo do trabalho nas empresas. Mas se compararmos o balanço de 1996 e 1999 verificamos um reforço claro: há mais quadros e de 17 células com 17 secretariados eleitos passámos para 36. Fizeram-se contactos com militantes desligados porta-a-porta.

Regularizaram-se as quotas. Começámos a vender mais «Avantes» e «Militantes». Elegeram-se organismos de direcção, etc.

Onde estão hoje os que saíram das empresas?

Jorge Pires – Muito deles têm intervenção, outros são microempresários e outros deixaram de ter actividade. Muitos deles foram para as organizações de freguesia e não se sentiram motivados para aquele tipo de trabalho.

Corremos o perigo de nos tornarmos num partido de inscritos e não se alargar o núcleo activo?

Jorge Pires – Isso liga-se com outro aspecto que me parece importante. Perante a cada vez mais complexa e exigente luta política e ideológica em que estamos envolvidos, vão surgindo opiniões de que o mais importante na nossa intervenção são os conteúdos políticos e não o esforço para aumentar e alargar a participação dos membros do Partido. A participação é um valor intrínseco à nossa ideologia, aos nossos princípios, e está profundamente ligada ao projecto de sociedade que defendemos. Não aceito essa ideia retrógrada e perigosa que o seu desenvolvimento nos levará à divisão entre os que pensam e decidem e os que executam. O que o nosso Partido precisa é de mais camaradas a pensarem e a executarem.

António Andrez – Por vezes há a ideia de que não temos condições para trabalhar mais, de que é impossível pedir mais aos quadros. Então, se não é possível trabalhar mais, temos de trabalhar melhor. Isto responde também à outra questão. Se não trabalharmos melhor abrimos campo a outras ideias. Se não encontrarmos respostas para problemas sérios, teremos em cima da mesa soluções que não estão dentro da perspectiva que temos do Partido. Temos de discutir melhor o nosso estilo e conteúdo do trabalho. Só assim se conseguirá motivar mais camaradas para intervir. Só assim se conseguirá alargar o núcleo activo do partido.

Valorizar mais o «Avante!»

Como vêm o papel e a contribuição do «Avante!» neste trabalho de reforço da organização do Partido?

Jorge Pires – Eu considero da maior importância a contribuição do «Avante!», independentemente das opiniões que o seu conteúdo ou apresentação possam suscitar. Mas acho, também, que o «Avante!» é pouco valorizado na organização do Partido, não só no que respeita à sua venda...

inverteu-se a tendência de baixa consecutiva, que se registava há muito anos...

Temos feito várias experiências de venda organizada do «Avante!» ao fim-de-semana com bancas na rua e nos mercados e verificámos que as pessoas aceitam bem o jornal. Só à porta do Centro de Trabalho da ORS venderam-se em poucas horas 70 ou 80 exemplares.

Contudo, são iniciativas ainda esporádicas que, em geral, coincidem com datas festivas como o próprio aniversário do «Avante!», do Partido, o 25 de Abril, etc.

António Andrez – É, sem dúvida, útil que o «Avante!» divulgue o mais possível a experiência das organizações e que os camaradas, na sua actividade, sintam cada vez mais necessidade de o ler. Não só os militantes de base, mas os próprios quadros.

Por outro lado, é da maior importância transmitir da forma mais viva possível a intervenção do Partido nas mais variadas áreas.

Temos de repetir a experiência das bancas e dos estúdios móveis que têm tido bons resultados sempre que promovem a venda do «Avante!». E criar mais postos de venda para que os militantes se habituem a receber o jornal à quinta-feira nas empresas.

Na ORL, está já agendado um encontro para 26 de Janeiro, para discutir e aprovar um plano de difusão do jornal.

...Que em Setúbal aumentou.

Jorge Pires – Sim. O «Avante!» tem um papel importante, que não está a ser suficientemente aproveitado, na formação política e ideológica e na divulgação da actividade e experiências das organizações.

O aumento que conseguimos ainda não é muito significativo, por isso o encontro de quadros definiu novos objectivos de divulgação. Mas, pelo menos,



Sorefame

Contra o encerramento da fábrica da Amadora



A Sorefame assinou esta semana um contrato de encomendas para os comboios suburbanos do Porto e de Cascais, num total de 34 unidades. No entanto, a administração da empresa prepara-se para transferir a fábrica da Amadora - onde está há 56 anos - para Sines. Os trabalhadores, apoiados pela população, opõem-se e lembram os investimentos de milhões de contos feitos na fábrica nos últimos anos.

Juntamente com a Mague, a SMM, a SGM, a Metalsines, a Sepsa, a Sermagur e a Induplano, a Sorefame integrava o sector da metalomecânica pesada, que, só por si, gerava volumes de investimento na ordem dos 19 milhões de contos, dispunha de enorme capacidade tecnológica e empregava largos milhares de trabalhadores.

Com a reestruturação do sector, entrou em cena a multinacional ABB - de onde inicialmente resultou o grupo Senete (que agrupava a Mague, a IPE e a ABB) -, que supostamente teria como objectivo coordenar e modernizar as empresas de forma a enfrentar a concorrência no mercado único.

Foi assim que, contra a opinião e preocupações então manifestadas pelos trabalhadores, a maior empresa da metalomecânica pesada foi entregue pelo Estado ao capital privado multinacional.

Desde então, a empresa começou a ser desmantelada, a que se seguiu o encerramento de áreas de fabrico, a redução drástica dos postos de trabalho, a grande ofensiva contra os direitos e regalias dos trabalhadores e a institucionalização do trabalho precário.

PCP um partido influente

Hoje são pouco mais de 1500 os trabalhadores da Sorefame, 800 dos quais estão contratados por empreiteiros. Esta situação deve-se à acção dos sucessivos Governos, primeiro do PSD e depois do PS, que levaram ao progressivo desmantelamento da Sorefame e ao afastamento de milhares de funcionários.

Com essa sangria de trabalhadores e o espartilhamento da empresa, a célula do PCP foi enfraquecida: apesar do empenhamento dos camaradas que permaneceram na empresa, foi muito grande a saída de quadros até aí com tarefas relevantes na célula.

O prestígio do PCP não foi, porém, afectado. Como ficou provado com a última eleição para a Comissão de Trabalhadores, o PCP continua a ter um grande influência junto dos trabalhadores da empresa, encabeçando as lutas que entretanto se têm desenvolvido, como é o caso da reivindicação de aumentos salariais, que visa não só os trabalhadores no activo como, solidariamente, os reformados.

A nível laboral, a situação da empresa é, contudo, preocu-

pante. Pois enquanto se reformam antecipadamente, despedem ou transferem trabalhadores para outras empresas associadas, outros são contratados em regime precário ou por empreiteiros.

Face a esta situação, a célula comunista, na sua última assembleia de organização, entre as suas principais prioridades de trabalho, apontou o desenvolvimento da luta em torno dos problemas mais sentidos dos trabalhadores, a reactivação do funcionamento dos núcleos, o reforço da afirmação da célula como organismo vivo e actuante na defesa dos trabalhadores, o recrutamento de novos militantes e a divulgação da imprensa do Partido.

Reafirmando a sua posição, o PCP tem-se desdobrado em iniciativas contra o encerramento da Sorefame, participando na marcha organizada pelos trabalhadores, apresentou na Câmara Municipal da Amadora uma moção nesse sentido aprovada por unanimidade, apresentou nas freguesias do concelho moções de solidariedade e denunciou o caso na Assembleia da República, confrontando o Governo com as suas responsabilidades.

Nova ofensiva

Hoje, mais uma vez à revelia dos interesses da economia nacional e dos trabalhadores, a administração da ADTRANZ-Sorefame anuncia a redução dos postos de trabalho e o encerramento da fábrica da Amadora, apresentando argumentos falaciosos, como o da falta de acessibilidade (a empresa tem uma linha férrea directa aos caminhos-de-ferro e a curto prazo terá ligação à CRIL), que apenas pretendem esconder a intenção da venda dos terrenos da fábrica.

Esta posição é ainda mais estranha, visto, nos últimos anos, a ADTRANZ-Sorefame, ter usado fundos públicos para fazer investimentos de vários milhões de contos na modernização, ampliação e robotização da empresa.

Na opinião dos trabalhadores - que estão frontalmente contra esta decisão, e nesse sentido já se manifestaram, tendo ao lado a população -, a administração tem de desenvolver uma gestão que aproveite os recursos da empresa, de forma a prosseguir com os mesmos padrões de qualidade e prestígio. Exigem também o seu desenvolvimento técnico e tecnológico, a devolução do equipamento que alienou e a reconquista das condições e capacidades para fabricar quase na totalidade os seus produtos. E, naturalmente, manter a empresa na Amadora, onde ela se encontra há 56 anos. As organizações representativas dos funcionários exigem ao Governo que impeça o encerramento da fábrica e que garanta a continuidade dos postos de trabalho e pedem à Câmara Municipal da Amadora que siga o Plano Director Municipal (PDM) e que não permita a especulação imobiliária.



Nova CUF com velhos métodos

Ofensiva na ex-Quimigal semeia inquietação no Barreiro

Em Setembro, foi anunciado o encerramento da produção de adubos compostos na ADP, medida acompanhada por liquidação de 50 empregos, transferências de 130 trabalhadores para Setúbal com graves prejuízos. A luta foi a resposta, não só dos atingidos directamente, como do restante pessoal da Adubos de Portugal, que vê com cada vez maior preocupação o caminho da empresa privatizada no Verão de 1997 a favor de José Manuel de Mello, que agora faz questão de reassumir o nome e a tradição da CUF do tempo do fascismo.

O ponto de vista dos trabalhadores foi exposto à nossa reportagem durante uma conversa com Júlia Gonçalves, empregada de escritório, dirigente do Sindicato dos Químicos (Sinquifa/CGTP) e da Comissão de Trabalhadores da ADP; José Abreu, operário químico na ADP, dirigente do Sinquifa e da federação do sector (Fequimetal/CGTP); Helder Loução, analista químico na Fisipe, dirigente do Sinquifa e da Fequimetal; e António Cangalhas, coordenador químico na ADP e membro da Comissão Intersindical da empresa. No dia 17 de Dezembro, foi noticiada a aquisição, pelo Grupo José Manuel de Mello, da participação de 50 por cento que, para a privatização, em 1997, a Sapec ocupou na ADP. Agora, o negócio dos adubos no País fica, em mais de 90 por cento, nas mãos de um grupo económico que foi um dos pilares do fascismo e cresceu à sua sombra. O PS, após Abril, encarregou-se de criar todas as condições favoráveis para a recuperação do poderio perdido (ver «Avante!» N.º 1237, de 14 de Agosto de 1997, «Uma história de cumplicidades», por Jorge Pires). Agora, ao retomar a velha denominação da CUF, o grupo Mello procura acelerar a liquidação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, caminho fácil para o aumento dos lucros.

Duas décadas para trás

A conversa com os representantes dos trabalhadores começou recordando que, em meados dos anos 80, a Quimigal passou de empresa pública a sociedade anónima e começou a ser desmembrada em 24 empresas. Algumas delas já não existem, outras já não estão neste grupo empresarial. Uma das empresas que resultaram do desmembramento foi a Quimigal Adubos, que após a privatização foi transformada na Adubos de Portugal, SA, cujo capital passou a ser detido em partes iguais pelo grupo José Manuel de Mello e pela Sapec, uma ex-concorrente da Quimigal Adubos. A privatização, que no início foi de algumas empresas desmembradas, acabou por atingir todo o universo da Quimigal, arrastando empresas associadas, como a Fisipe, e outras, inclusive em África.

O desmantelamento levou, através sobretudo de rescisões, ao despedimento de 8 mil trabalhadores do grupo Quimigal. Em 1981 tinha 11 mil trabalhadores e, neste momento, as empresas que resultaram do desmembramento têm, no total, menos de 3 mil.

Apontando um cartaz com a macroestrutura da Quimigal, EP, recordam-nos que no Barreiro existiam então 69 fábricas, das quais restam umas doze ou quinze. Em 1984 ainda trabalhavam cerca de 10 mil pessoas no parque industrial, que agora são cerca de 3 mil – mas, destas, apenas cerca de mil se enquadram no emprego industrial, o

resto é tudo serviços, contando um hipermercado, uma clínica dentária, um restaurante. Há pouco mais de 15 anos os operários fabris eram mais de 9 mil. Para além da Quimigal, estavam aqui as tintas Sotinho (hoje na CIN), a Equimetal (metalomecânica com 900 trabalhadores)...

A Quimiparque, formada para gerir o parque industrial, diz hoje que estão ali instaladas cerca de 300 empresas. Mas a maior parte delas, salientam os nossos entrevistados, não passa de pequenos escritórios e micro-empresas, muitas das quais já funcionavam noutros locais do Barreiro e apenas se transferiram para aquele local, sem qualquer impacto na criação de emprego no concelho. Entre as que verdadeiramente ainda têm importância sobressaem a Adubos de Portugal, a Plasquisa, a Luzol, a ATM, a Atlanport... as que estão ligadas à indústria.

O desmembramento e a privatização da Quimigal provocaram encerramentos de unidades industriais pelo país fora: em Estarreja, em Ansião, em Lisboa...

Produzir ou vender?

A Adubos de Portugal actualmente tem quatro áreas: no Barreiro, a unidade de adubos compostos, que decidiram encerrar e transferir para Setúbal; em Setúbal, funciona a Sapec Adubos, cujo capital pertence totalmente à ADP; no Lavradio, a fábrica de nitratos, alumínio, etc.; e a fábrica de Alverca.

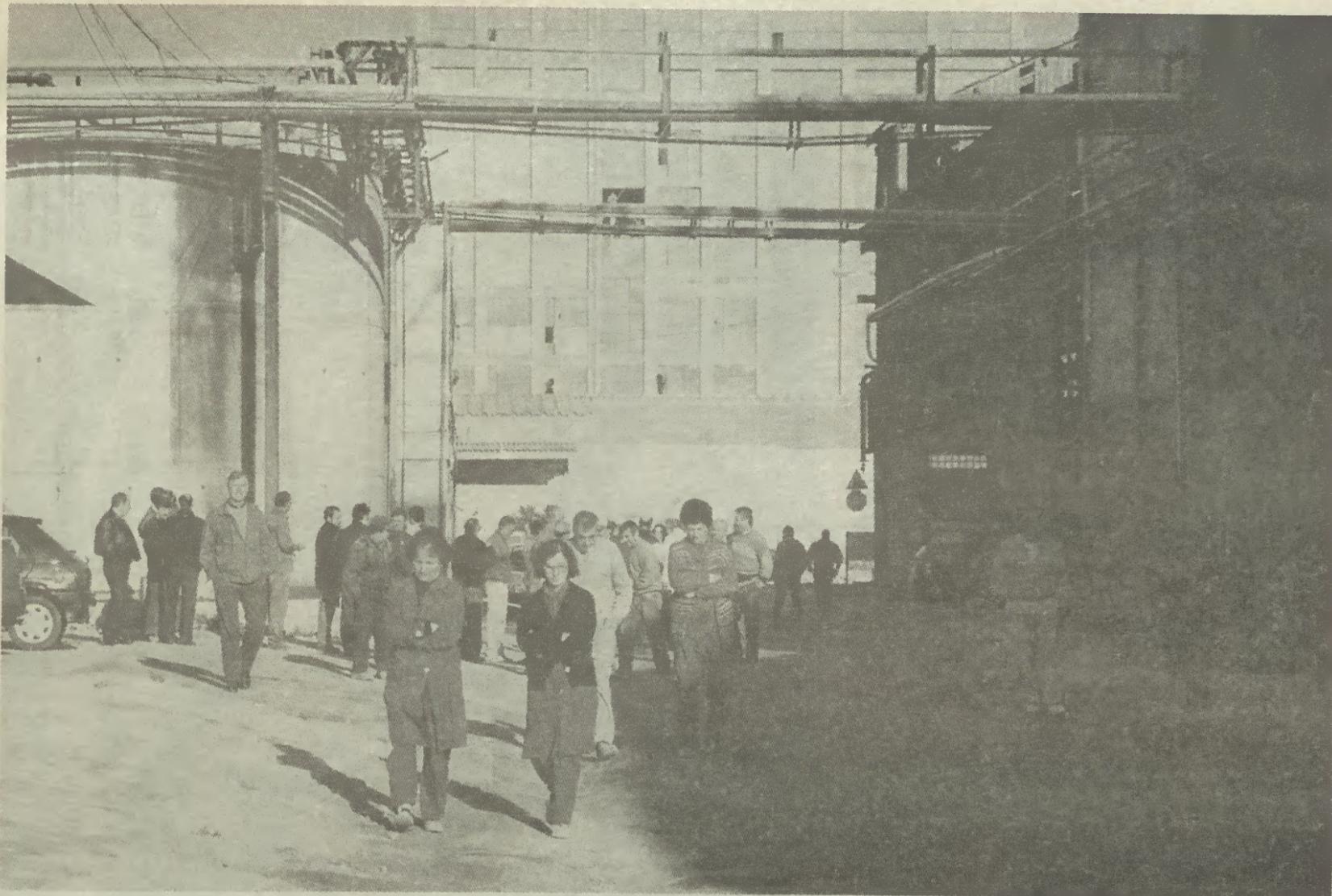
Em 1997, quando da privatização, a Quimigal Adubos e a Sapec Adubos tinham 1020 trabalhadores; neste momento, a ADP tem menos de 800. Tendo em conta os números dos anos 80, pode-se dizer que a venda de adubos diminuiu mais de 50 por cento, pois passou de um milhão e duzentas mil toneladas, na Quimigal Adubos, para



Trabalhadores da ADP após um plenário em que foi analisada a resposta ao encerramento da fábrica



José Abreu, António Cangalhas, Júlia Gonçalves e Helder Loução (da esquerda para a direita) em entrevista ao «Avante!»



Texto:
Domingos
Mealha
Fotos:
Sérgio
Morais
e arquivo

Se aceitarem as condições impostas pela empresa, os trabalhadores são prejudicados em quase 600 contos por ano. Os sindicalistas defendem que, se os funcionários vão para a Sapec, não podem receber os ordenados ao nível da ADP

seiscentas mil, na ADP. Houve diminuição das terras trabalhadas, pelos efeitos da PAC na nossa agricultura; deixou de haver o grande consumo de adubos que se verificava no Alentejo, no tempo da reforma agrária; e há agora o mercado livre de adubos, com empresas a fazer importação em condições que se podem considerar de *dumping* (venda abaixo do preço de custo). A tradição desta casa tem sido produzir adubos, recordam os nossos interlocutores.

Mas logo notam que, desde que o grupo Mello formou a Adubos de Portugal, encerrou armazéns, encerrou entrepostos, agora prevê o fecho da fábrica do Barreiro... Tem sido uma destruição do aparelho produtivo e não só, o que leva a crer que irá vigorar a política da Sapec, que tem vindo a desmembrar todo o seu aparelho produtivo e tem estado a voltar-se mais para a comercialização de adubos importados. Neste momento, salientam-nos, não se vê qualquer interesse do grupo Mello na produção de adubos em Portugal. A primeira medida, após a privatização, foi substituir os quadros da Quimigal Adubos por homens da Sapec Adubos, que tinha apenas uma quota de 20 por cento no mercado nacional, enquanto a Quimigal tinha cerca de 70 por cento. A Sapec Adubos foi, nos últimos 15 anos, o maior cliente da Quimigal Adubos e da ADP. Ou seja, foi diminuindo a sua capacidade produtiva, e vendia adubos importados ou comprados à Quimigal, que manteve a tradição de produção.

Eduardo Catroga, o antigo ministro que tem currículo feito ao serviço dos Mellos, é administrador da Sapec Adubos e da ADP. Logo, o encerramento do Barreiro e a transferência para Setúbal tem a ver com um papel definido para a própria Sapec. Não é convincente o argumento de que a empresa poupará com o aluguer das instalações. É consensual que a filosofia da Sapec foi sempre menos industrial e mais comercial.

Por outro lado, foi noticiado que o Grupo Mello vai fazer um investimento superior

a 4 milhões de contos em Marrocos, para produção de adubos, com mão-de-obra ainda mais barata e matéria-prima ao pé da porta. Fala-se ainda de outros interesses, como a penetração no mercado africano, que também ficará facilitada. Ora com uma fábrica em Marrocos, a ADP poderá então encerrar, parcial ou totalmente, a produção em Portugal. Em Setúbal ficará o porto de mar privado, da Sapec, para receber as importações de Marrocos. Mas sobre esta questão ninguém responde aos representantes dos trabalhadores.

Estes expressam muitas preocupações, sobretudo porque também já ouvem gente responsável falar em projectos imobiliários – um sector que não é novo na actividade do grupo Mello – para locais onde hoje há fábricas. Quando se deu o 25 de Abril, recordam, o grupo CUF tinha 474 empresas com mais de 50 mil trabalhadores, numa grande variedade de sectores. Já nessa altura tinham começado a descapitalizar a CUF para investir em áreas não industriais mais lucrativas. Hoje, os grupos Mello (Jorge e José Manuel) recuperaram e alargaram posições, porque tiveram sempre dentro das empresas, mesmo depois da nacionalização, comissários políticos e homens de mão a defender os seus interesses. Todos esses nomes podem ser encontrados na estrutura actual do já renomeado Grupo CUF.

Tal como antes, o grupo tem em vista obter os maiores lucros pelas formas mais rápidas e mais fáceis. Se isso não exigir que continue a produção de adubos no Barreiro, em Setúbal ou em Alverca, os Mellos não terão qualquer prurido em acabar com ela. Basta haver um poder político que lhes facilite a tarefa.

Os representantes dos trabalhadores da ADP já viram isso suceder recentemente. Desde Setembro de 1998 estão à espera que o Ministério das Finanças lhes dê resposta a uma série de preocupações. Têm presente que o Governo, em 1997, também era do PS e o Primeiro-Ministro também era

António Guterres. E querem que fique clara a responsabilidade pela decisão política de entregar a Quimigal ao consórcio Mello-Sapec que, no concurso público da privatização, até tinha

oferecido um preço mais baixo que o de outro grupo concorrente, formado por quadros da empresa. Nessa decisão está a raiz da inquietação que o grupo Mello semeia hoje no Barreiro.

Trabalhadores respondem com luta e solidariedade

A área dos adubos compostos no Barreiro empregava 130 trabalhadores. Em Setembro foi anunciado que haveria concentração da produção em Setúbal. Dos que estão no Barreiro, haverá 50 ou 60 que têm lugar em Setúbal, uns 20 mantêm-se no Barreiro e Lavradio, menos de 10 irão para Alverca e para cerca de 50 não há qualquer proposta; alguns destes já aceitaram rescindir os contratos, mas há umas 30 pessoas sem colocação, que só têm pela frente a ameaça de um despedimento colectivo como forma de pressão para a rescisão.

Os trabalhadores não se conformaram com este tratamento desumano. No dia 8 de Outubro, fizeram uma greve de duas horas por turno, foi aprovada uma moção que depois foi entregue na Câmara Municipal do Barreiro, de quem tiveram logo toda a solidariedade. Foi também entregue uma cópia a Octávio Teixeira, presidente do grupo parlamentar do PCP, que na altura ali se encontrava e expressou apoio às posições dos trabalhadores.

Para 24 de Novembro foi depois convocada uma greve de 24 horas, em toda a empresa, que foi um êxito, como salientaram ao «Avante!»: pararam totalmente as instalações do Barreiro e Lavradio, com níveis de adesão de 100 e de 85 por cento, não só por parte dos sectores operários, como é habitual, mas mesmo quadros técnicos. Não se tratou de uma greve em que estivessem em causa reivindicações salariais ou outras, mas exclusivamente para defesa dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores, e teve muito forte adesão mesmo nas unidades que não são directamente tocadas pelo encerramento dos adubos compostos.

E a luta, garantem, continuou e vai continuar. Aos trabalhadores não resta outro caminho.

Para além do caso grave dos trabalhadores que ficam sem emprego, esta medida prejudica também aqueles que a empresa quer transferir para Setúbal. O que a empresa propõe é uma mudança de entidade patronal, da ADP para a Sapec, sem qualquer compensação, tal como não são compensados pela deslocação diária de 40 quilómetros. Podem perder algumas regalias e ficam até numa situação tão

estranha quanto injusta: passam para a Sapec, mas mantêm os ordenados da ADP, que em alguns casos são inferiores.

Se aceitarem estas condições, vão ser prejudicados em quase 600 contos por ano, segundo os cálculos das estruturas representativas dos trabalhadores, que vêm tal tratamento como um desrespeito enorme. Defendem que, se os trabalhadores vão para a Sapec, devem ganhar ao nível da Sapec. Se lhes mantêm os ordenados da ADP, também deviam manter o vínculo à ADP e todas as condições hoje previstas no Acordo de Empresa da ADP, que são mais vantajosas que as da Sapec, como anuidades, prémios, subsídio de alimentação.

A empresa quer também aproveitar estas transferências para implementar a **desregulamentação dos horários**. Temos no Barreiro laboração contínua, com 5 equipas que fazem 40 horas de trabalho; em Setúbal pretendem fazer a mesma laboração contínua, das mesmas 40 horas, mas com 4 equipas, cobrindo o restante tempo com trabalho extraordinário. Isto custa menos à empresa, mas é ilegal. A escala não pode prever a prestação regular de trabalho extraordinário.

Querem também retirar aos trabalhadores de turno o direito, reconhecido no AE da ADP, ao pagamento de 14 feriados por ano, independentemente de o trabalhador estar ou não escalado para cada feriado em concreto. Isto pode representar uma acrescida perda de rendimentos de quase 200 contos por ano por cada trabalhador.

Há até uma situação de **discriminação**, neste caso das transferências, porque não dão a quem vai para Setúbal as mesmas condições que oferecem a quem vai para Alverca e que, como compensação, recebe 1500 contos. Só depois da luta dos trabalhadores, é que a empresa admitiu assegurar à sua conta o transporte do Barreiro para a fábrica da Sapec.

Para os trabalhadores que a ADP quer despedir a situação está muito mais complicada: tiram-lhes o direito fundamental, que é o direito ao trabalho. É um problema grave para 30 famílias. Mas quem trabalha como estas pessoas trabalharam não pode ficar desencasado.

EM FOCO

«É dum Partido Comunista mais forte que os trabalhadores, os democratas e o povo português precisam.»

Carlos Carvalhas no discurso de abertura do XV Congresso do PCP

«O desenvolvimento da luta de massas e dos movimentos sociais, conjugado com uma reforçada intervenção do PCP e dos comunistas nas instituições e na sociedade, é factor determinante para assegurar e alcançar conquistas políticas, económicas, sociais e culturais favoráveis às massas populares, para derrotar a política de direita e criar as condições para se atingir uma verdadeira alternativa democrática.»

Resolução Política do XV Congresso do PCP

«A classe operária, pelo seu lugar no processo produtivo, por estar no centro da luta entre o trabalho e o capital, pelo grau de organização e experiência de luta, continua a ser a força dinamizadora e mobilizadora das lutas de classe contra o capital e da vasta frente social de luta contra a política de direita e pelo progresso social.»

Idem, ibidem

«A dificuldade na resposta às novas realidades, o enfraquecimento das células de empresa como principal forma de organização do Partido para a acção junto dos trabalhadores, diminuem a capacidade de organização e de luta dos trabalhadores e sua formação política e ideológica.»

As actuais dificuldades do movimento operário e sindical, embora de longa duração e complexa superação, são temporárias. A própria história do movimento operário e sindical conheceu já, no passado, situações de crise, que todavia vieram a ser ultrapassadas.»

Idem, ibidem

«O agudizar da luta de classes entre o trabalho e o capital é uma realidade inquestionável. As lutas de massas, incluindo formas de luta superiores, abarcam novas camadas de trabalhadores, abrindo sólidas perspectivas ao seu desenvolvimento e à organização dos trabalhadores e do Partido.»

Idem, ibidem

«O desenvolvimento da acção organizada dos trabalhadores, a elevação da sua acção combativa, o reforço da sua unidade e a formação da consciência de classe são inseparáveis do reforço da influência política e ideológica do Partido junto dos trabalhadores.»

Idem, ibidem

«A estreita ligação à classe operária, aos trabalhadores e às massas populares é um elemento constitutivo da sua identidade, razão da sua força, da sua capacidade de influência e de luta.»

Idem, ibidem

«Constituem também elementos centrais da identidade do PCP, que se confirmam na sua acção concreta, a sua natureza como Partido e vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, independente dos interesses, da política e das ideologias das forças do capital.»

Idem, ibidem

«(...)Primeira prioridade estabelecida - o trabalho junto da classe operária e dos trabalhadores em geral, e a acção dos comunistas no movimento sindical, nas comissões de trabalhadores e noutros movimentos unitários de massas(...).»

Idem, ibidem

«As células, e outras organizações e organismos de trabalhadores, devem ser destacadas como um instrumento essencial e decisivo, dada a sua ligação directa às massas, para a participação e a organização políticas autónomas dos trabalhadores na sociedade.»

Idem, ibidem



■ Pina
Gonçalves

De 1894 em Chicago a 1999 em Seattle

Ilustrações

da democracia à americana

Os protestos de Seattle podem significar uma primeira tentativa de resposta global aos desígnios do grande capital por parte de todos aqueles que são, desta ou daquela forma, vítimas da sua política, e para contrapor à globalização do capitalismo a internacionalização de práticas e valores que respeitem o direito de cada povo ao progresso sem perda da sua independência.

Chicago, Junho de 1894. Os trabalhadores da empresa metalúrgica Pullman, construtora de vagões-cama, iniciaram uma greve exigindo melhores salários e em protesto contra as degradantes condições de vida e de trabalho que lhes eram impostas. Em solidariedade, os trabalhadores ferroviários realizaram também uma greve.

Em resposta, as autoridades norte-americanas ordenaram à segurança armada dos caminhos-de-ferro, às tropas federais e à polícia de Chicago que reprimissem o movimento. Da violência repressiva resultaram 30 mortos e 100 feridos.

O pretexto: a acção violenta de "perigosos anarquistas".

Seattle, final do ano de 1999, dezenas de milhar de manifestantes, trabalhadores, agricultores, ecologistas, pequenos e médios empresários e consumidores manifestaram-se nas ruas contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), o trabalho infantil, os baixos salários, o trabalho sem direitos, o desemprego, o subdesenvolvimento para a maioria da população do nosso planeta e contra os atentados cometidos contra o ecossistema pela sede desenfreada de lucro.

Em resposta, as autoridades norte-americanas ordenaram a repressão das manifestações, declararam o estado de emergência, impuseram o recolher obrigatório e proibiram as manifestações no centro da cidade. Tudo isto no final do primeiro dia da conferência da OMC.

O pretexto: o vandalismo praticado por "anarquistas fanáticos".

A burguesia norte-americana mostra-se assim, repetidamente, implacável contra o exercício das liberdades democráticas no momento preciso em que estas deixam de ser apenas letra de forma e passam a ser de facto exercidas pelo povo.

O grau de violência utilizada é diferente e adaptado às circunstâncias respectivas. Em Chicago mataram, sem directos na TV, que na época não existia. Em Seattle agrediram e prenderam, em directo.

A reacção contra as manifestações de protesto, declarando o estado de emergência, o recolher obrigatório e a proibição da continuação das manifestações no centro da cidade, não se pode, na minha opinião, caracterizar como um mero pequeno excesso das autoridades, motivado pelo vandalismo praticado por algumas pessoas, mas sim como uma atitude totalitária do regime norte-americano, cuja máscara democrática caiu mais uma vez perante a grandiosidade das manifestações.

O pretexto utilizado para justificar uma acção repressiva da envergadura daquela a que se assistiu é infantil.

E dizer, como disse em directo, o presidente da Câmara Municipal de Seattle que, a maioria dos manifestantes se tinham manifestado pacificamente mas que, a acção de uma "...minoria de anarquistas fanáticos...", expressão que escolheu usar, é isso sim, um exagero, um excesso que não foi só de linguagem como se viu e que além do mais denota também o nervosismo das autoridades norte-americanas, conscientes de que os directos de televisão, desta vez, chegariam do seu próprio território e não de uma outra cidade de um outro país. O dilema era saber como "lidar" com manifestações daquela grandiosidade sem deixar "cair o poder na rua" e sem, ao mesmo tempo, pôr em causa a imagem de "maior democracia do mundo". Problema difícil de resolver como se viu.

Acções de provocação previstas

As mais de 1000 organizações não governamentais, oriundas de múltiplos países, responsáveis pela convocação e realização

das manifestações em Seattle incluindo sindicatos, recomendaram previamente aos seus membros que estivessem atentos a situações de abuso do álcool, uso de drogas e actos de violência e a respeitarem as orientações dos seus quadros no caso de serem efectuadas prisões ou acções de provocação. Estas recomendações foram tornadas públicas.

Portanto, o receio de acções de provocação preocupava os organizadores das manifestações, ao ponto de terem tomado medidas de carácter organizativo para tentar evitá-las, incluindo a organização de uma equipa de advogados para prestação de assistência jurídica aos manifestantes em caso de detenção para interrogatório por parte das forças policiais.

Se atendermos também aos dados fornecidos pelas próprias

Nos EUA não acharam conveniente sair em defesa das liberdades democráticas, nem viram necessidade de ir dialogar com a "oposição moderada", como fizeram há pouco tempo atrás na cimeira Ibero-Americana realizada em Havana. Desta vez, a polícia era incompetente, entalada que estava entre a necessidade e as pressões para reprimir com "competência" e o interesse do regime norte-americano em dar uma imagem democrática de si próprio.

O embaraço do presidente da Câmara e do chefe da Polícia de Seattle era evidente durante as conferências de imprensa onde estiveram, dizendo compreender os manifestantes e que sabiam que a maioria se tinha manifestado pacificamente. O exército de forças repressivas em campo era justificado sempre com o argumento de uma "minoria de anarquistas fanáticos", e o presidente da Câmara chegou até ao ponto de



autoridades norte-americanas em diversas ocasiões, quando questionados pela comunicação social sobre os seus preparativos, verificamos que estavam mobilizados agentes dos serviços secretos, do FBI, do Bureau do Alcool, Tabaco e Armas de Fogo, da Agência Federal de Administração de Emergências, do Sheriff do condado e da polícia de Seattle. A própria Guarda Nacional foi chamada a intervir. É pois legítimo perguntar. Tudo isto por causa de um pequeno grupo de "anarquistas fanáticos"?

Os acontecimentos falam por si. Durante o fim da tarde e noite de 30 de Novembro para 1 de Dezembro, as avenidas e ruas do centro de Seattle estavam cheias de veículos blindados, fumo de gás lacrimogéneo e de spray de pimenta. De acordo com o próprio chefe da polícia foram ainda utilizadas balas de borracha com irritantes químicos e os telemóveis encontrados nas mãos de quem passava foram confiscados. 500 pessoas foram presas.

Um dirigente sindical dos operários metalúrgicos norte-americanos afirmou num comício com mais de 20 000 participantes: "Testemunhei coisas nos últimos quatro dias que eu não acreditava pudessem acontecer na América".

Senhores do mundo muito aborrecidos

Dada a grandiosidade das manifestações, após se terem visto impedidos, logo no primeiro dia, de chegar ao centro de congressos onde a conferência da OMC se realizou, alguns delegados e membros de governo, muito aborrecidos, de acordo com o que relatou alguma imprensa norte-americana, comentavam entre si: "...foi a acção policial mais incompetente que eu já vi...", e, "...esta gente não compreende os benefícios do comércio livre...".

pateticamente dizer: "...compreendo-os muito melhor que ninguém, nos anos 60 estive desse lado da barricada...". Não são precisos comentários.

Cimeira fracassou o perigo não passou!

As graves contradições existentes, não apenas entre os países mais pobres e os países mais ricos, mas também entre os mais ricos entre si, são iniludíveis. O protesto global da opinião pública mundial que saiu à rua de forma expressiva um pouco por todo o mundo, são, entre outros, factores que contribuíram para o fracasso da conferência da OMC.

No entanto, o anúncio de uma nova conferência, desta vez, ou melhor dizendo, outra vez em Genebra no ano 2000, mostra bem que o grande capital não irá desistir. Ao contrário, não só não alterará um milímetro as suas práticas actuais nas relações comerciais internacionais, a menos que seja obrigado a tal, como trabalhará tenazmente para tentar alcançar em Genebra o que não conseguiu em Seattle.

Os protestos de Seattle podem significar uma primeira tentativa de resposta global aos desígnios do grande capital por parte de todos aqueles que são, desta ou daquela forma, vítimas da sua política, e para contrapor à globalização do capitalismo a internacionalização de práticas e valores que respeitem o direito de cada povo ao progresso sem perda da sua independência, o direito ao trabalho com direitos e a uma remuneração justa, o direito ao saneamento básico, à saúde, à educação, à cultura e à habitação. O direito à paz, ao progresso social e a um ambiente saudável.

É a luta de classes, implacável e real que aí está.

Relatório da UNICEF sobre a Infância

■ Anabela Fino

Pobreza aumenta com a globalização

A Convenção sobre os Direitos da Criança, considerada um marco na legislação internacional de direitos humanos, foi aprovada por unanimidade a 20 de Novembro de 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Passada uma década, não só as boas intenções consagradas na Convenção continuam por cumprir como se agravaram as profundas desigualdades existentes no mundo. De acordo com o último relatório da UNICEF, nos últimos 20 anos, apesar da economia mundial ter crescido a um ritmo exponencial, o número de pessoas que vivem na pobreza absoluta aumentou para 1200 milhões, ou seja, uma em cada cinco pessoas, incluindo 600 milhões de crianças.

O relatório anual da UNICEF, recentemente divulgado, é um testemunho terrível do «incumprimento das promessas feitas às crianças e às mulheres, das promessas de paz internacional e das obrigações assumidas em prol dos direitos humanos universais», como um relato honesto não pode deixar de reconhecer. Um testemunho tanto mais terrível quanto se reporta a um período em que se registaram alguns dos mais notáveis avanços da humanidade e em que, em termos globais, se realizou a maior produção de riqueza de sempre.

Evidentemente, nem todos desfrutaram dos frutos do progresso; e esses frutos foram negados especialmente às crianças e às mulheres, reconhece a UNICEF, sublinhando o facto de nos últimos 20 anos a economia mundial ter crescido a um ritmo exponencial e, ao mesmo tempo, o número de pessoas que vivem na pobreza ter aumentado para 1200 milhões, ou seja, uma em cada cinco pessoas, incluindo 600 milhões de crianças.

As consequências desta realidade fazem-se sentir a todos os níveis, com efeitos devastadores. Por exemplo, «nos últimos 15 anos, a resistência a perceber a realidade e um incompreensível silêncio possibilitaram que a epidemia da VIH/SIDA ceifasse milhões de vidas e dizimasse sociedades inteiras, especialmente as da África ao sul do Saara. E nos últimos 10 anos, a violação de mulheres e meninas e a matança sistemática de civis, incluindo crianças, passaram a ser armas convencionais da guerra em todas as regiões do mundo onde se registam conflitos».

A UNICEF interroga-se: «Como é possível que uma era abarque realidades tão distintas e contraditórias entre si? Por que razão foi possível o progresso nalguns países e noutros não? Que distingue os países onde os direitos das mulheres e das crianças estão protegidos e são promovidos, de outros países onde as crianças e as mulheres se consomem na pobreza devido ao facto de o compromisso em prol dos seus direitos ter sido uma promessa vazia?»

As respostas a estas perguntas não são lineares, mas não se torna difícil concluir que «quando a luta em prol das crianças e das mulheres é justa, os seus direitos podem ser protegidos», e que «quando se renuncia à luta, registam-se abusos e espezinham-se os direitos humanos».

O preço do fracasso

Uma viagem pela história do século XX, onde tantos e tão importantes avanços se registaram em todos os domínios, é também uma viagem ao drama humano resultante das políticas de opressão e exploração, da incompetência, da falta de visão, da ausência de coragem, da negligência pura e simples.

O relatório é demolidor.

«O número de transgressões contra os direitos da criança que ocorrem diariamente em todo o mundo é assombroso. Vão desde actos de omissão - como não registar os nascimentos e não proporcionar acesso aos serviços de saúde nem à escola primária - até aos deliberados maus tratos em conflitos armados, o trabalho forçado e a exploração sexual. Frequentemente estas transgressões ficam ocultas na família, seja esta rica ou pobre; e vão-se sucedendo, uma após outra, numa progressão exponencial.

«Cada dia em que os países deixam de cumprir as suas obrigações morais e políticas para concretizar os direitos da criança, há mais 30 500 rapazes e raparigas menores de cinco anos que perdem a vida por motivos susceptíveis de prevenção e há um número ainda maior de crianças e jovens que sucumbem a doenças, descuidos, acidentes e ataques que podiam ser evitados.

«Em cada mês que se abreanda a energética campanha necessária para travar a pavorosa epidemia de VIH/SIDA, são contagiados com o vírus fatal 250 000 crianças e jovens.

«Anualmente, perdem a vida 585 000 mulheres devido a problemas de gravidez e parto que se poderiam ter prevenido.

«Só no último ano, aproximadamente 31 milhões de refugiados e pessoas deslocadas - maioritariamente crianças e mulheres - foram envolvidos em conflitos que dilaceraram o mundo, buscando em vão um refúgio seguro, fugindo de circunstâncias desumanas, de cruéis ataques armados, da violação e da mutilação.

«E em cada ano que os governos não disponibilizam os recursos necessários para apoiar os serviços sociais básicos e em que se reduz a

assistência ao desenvolvimento, milhões de crianças em todo o mundo em desenvolvimento são privados do acesso à água potável e instalações de saneamento, assim como de serviços escolares e de saúde que são vitalmente necessários para que possam sobreviver e desenvolver-se.»

A conclusão é inevitável: a persistência destas graves violações dos direitos das crianças e das mulheres e a manterem-se invariáveis as circunstâncias que as causam, o desenvolvimento humano está em perigo.

A pobreza global

A riqueza, cada vez maior, gerada pela globalização, aproveita a um número cada vez menor de indivíduos, enquanto alastra o mundo sombrio da pobreza onde é preciso lutar diariamente para sobreviver.

Os pobres constituem hoje a maioria da população de um em cada cinco países do mundo, e mesmo nos países ricos o seu número não pára de aumentar. Milhões de pessoas suportam vidas de fome, desnutrição e doença e é-lhes negado o direito à educação, a receber bons cuidados de saúde, a ter acesso à água própria para o consumo e ao saneamento, e a estar a salvo de perigos.

O fenómeno não é estranho ao processo de globalização da economia que tão insistentemente as potências mundiais procuram apresentar como a única alternativa possível e desejável para a humanidade.

O relatório da UNICEF não ilude a questão:

«O número de pessoas a viver na pobreza continua a aumentar à medida que a mundialização - um dos fenómenos económicos mais poderosos do século XX - prossegue o seu curso intrinsecamente assimétrico: vai aumentando os mercados através das fronteiras nacionais e desenvolvendo os lucros de quantidades relativamente pequenas de pessoas, ao mesmo tempo que vai estrangulando ainda mais as vidas dos que carecem de recursos para serem investidores ou da capacidade para beneficiar com a cultura mundial. A maioria são mulheres e crianças, que antes eram pobres, mas que agora o são muito mais, à medida que uma economia mundial de dois estratos agrava as distâncias que separam os países ricos dos países pobres e as pessoas ricas das pessoas pobres.»

As mulheres e as crianças são as principais vítimas deste processo: «Ser uma menina nascida na pobreza implica ter de suportar múltiplas variantes de discriminação, com modelos omnipresentes e insidiosos. Desde o momento em que a menina é concebida, os seus direitos estão em perigo. É possível que haja actualmente no mundo cerca de 60 milhões de "mulheres desaparecidas" as quais, se não existisse a discriminação sexual que começa antes do seu nascimento e continua ao longo de toda a sua vida, estariam vivas.»

A pobreza e a discriminação andam de mãos dadas, mas até na miséria mais absoluta há gradações entre as vítimas:

«Embora a discriminação contra as meninas e mulheres exista em todos os continentes do mundo, devido ao seu peso na população e às restrições culturais por motivos sexuais e de classe, são poucas as regiões do mundo que podem equiparar-se à Ásia meridional, onde nascem anualmente dezenas de milhões de meninas na pobreza, na escravatura da dívida e nas desumanas castas a que se pertence por nascimento.

(...)«Estas meninas, filhas da pobreza, começam com frequência as suas vidas preteridas em relação aos seus irmãos varões no que se refere à alimentação, cuidados médicos e escolaridade. À mercê dos homens das suas famílias e das suas comunidades, as meninas sofrem o isolamento devido à sua ignorância e analfabetismo, padecem a agonia dos maus tratos. Quando se trata de meninas e mulheres da casta mais baixa, sofrem humilhações públicas.

«A pobreza distribuída por castas persiste em toda esta vasta região, desafiando as leis que proíbem essa prática e privando dos seus direitos mais de 160 milhões de pessoas, apenas na Índia. Uma carga particularmente cruel recai sobre as crianças, quando os pais pedem emprestadas miseráveis somas de dinheiro, em troca de alugar ou vender uma criança ao dono de uma fábrica ou de uma plantação. Estima-se que na Ásia meridional cerca de 20 milhões de crianças, rapazes e raparigas, ou talvez 40 milhões, trabalham esforçadamente submetidos a essa escravatura da dívida, curvados sobre teares, fabricando ladrilhos ou enrolando cigarros à mão.

«Tal como os países agarrados pela dívida em que vivem, as crianças raramente conseguem pagar as dívidas contraídas pelos seus progenitores,

As possibilidades de sobrevivência ou de desenvolvimento de um rapaz ou de uma rapariga dependem do lugar de nascimento.

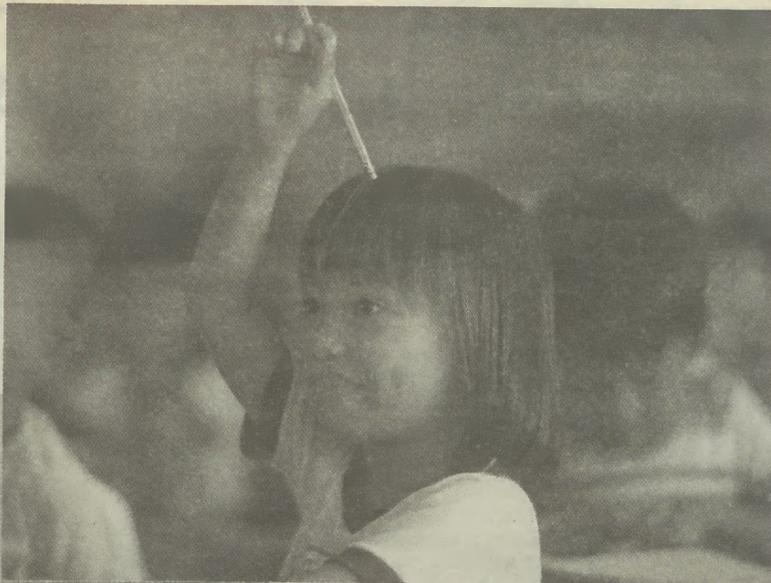
• A dívida externa de uma país afecta profundamente o bem estar da infância, uma vez que o dinheiro que se gasta para pagar os empréstimos deixa de estar disponível para a saúde, a educação e outros serviços sociais básicos.

• Quase 30 por cento da população dos países pobres vive com menos de um dólar por dia; a



maioria dos pobres são mulheres e crianças.

• A pobreza da infância não se limita aos países em vias de desenvolvimento. Ainda que a pobreza se meça com uma escala diferente no mundo industrializado, mais de uma em cada 10 crianças nalgumas das nações mais ricas do mundo crescem em famílias cujos rendimentos estão abaixo do limiar da pobreza.



As crianças têm direito a uma educação básica gratuita e de qualidade.

• Apesar das taxas de matrícula na escola primária terem aumentado a nível mundial desde 1980, mais de 130 milhões de crianças em idade escolar dos países em vias de desenvolvimento crescem sem ter acesso à educação básica.

• As raparigas representam cerca de 60 por cento dos menores que não vão à escola. Em muitos países, esta diferença aumenta ainda mais em relação ao ensino secundário.

mesmo depois de 10 ou 12 anos de trabalho, e perpetuam a escravatura das suas famílias transferindo-a para um irmão ou irmã mais jovem ou aos seus próprios filhos.»

A Convenção sobre os Direitos da Criança estipula que as crianças e os adolescentes vulneráveis têm direito a uma protecção especial.

• Nas regiões onde as taxas de incidência da VIH/SIDA são elevadas, as crianças correm o risco de perder a protecção e o apoio de um ou dos dois progenitores.

• Mais de 250 milhões de crianças nos países em vias de desenvolvimento trabalham, muitos deles em trabalhos perigosos ou exploradores. Os seus direitos mais básicos, a sua saúde e inclusivamente as suas vidas estão ameaçados.

• Muitas crianças continuam a morrer de doenças que podem evitar-se através de vacinas.

Apesar de uma queda geral na proporção de crianças menores de 18 anos, a actual geração de jovens é a maior na história do mundo.

• As crianças continuam a representar uma elevada

proporção do total da população nos países onde a esperança de vida é reduzida.

• Há mais de 1000 milhões de adolescentes com idades entre os 10 e os 19 anos, ou seja, representam mais de um quinto da população mundial.

• Cerca de 85 por cento desses jovens vivem nos países em vias de desenvolvimento.

O modelo capitalista compromete o futuro

Que sistema é este em que vivemos, onde tanto se fala de democracia e direitos humanos, em que nem os direitos das crianças - que todos afirmam reconhecer - são respeitados?

Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos países em vias de desenvolvimento trabalham cerca de 250 milhões de crianças entre os 5 e os 14 anos, e entre 50 a 60 milhões de crianças de 5 a 11 anos trabalham em condições perigosas.

A UNICEF não hesita em afirmar que «as dificuldades em prevenir e erradicar estas transgressões extremas contra os direitos da criança ilustram os níveis de indigência, discriminação e exploração que empurram as crianças mais pobres do planeta para mundos sombrios e pejados de perigos.»

E vai mais longe na sua denúncia:

«As crianças e as mulheres figuram entre os primeiros que sofrem quando as crises arrancam a fachada de países aparentemente prósperos para revelar a pobreza existente. Os efeitos da recente crise financeira no sudeste asiático, por exemplo, revelam que a ausência de medidas mínimas de segurança social tem consequências particularmente devastadoras para os direitos e o desenvolvimento humano das crianças. Do mesmo modo, a partir de 1990, as transformações económicas na antiga União Soviética e nos países da Europa de Leste mergulharam na pobreza cerca de 120 milhões de pessoas, quase 30 por cento dos habitantes da região. Também neste caso as crianças ocupam um lugar de destaque entre as vítimas: na Federação da Rússia, ficaram na pobreza 50 por cento das famílias com três ou mais filhos, e 72 por cento das que têm quatro ou mais filhos.

«Mesmo nos países cujo crescimento económico é pujante, a pobreza está a paralisar um número crescente de pessoas, como sucede na América latina, onde 20 por cento das pessoas mais pobres dispõem de menos de três por cento do rendimento nacional.»

Que a responsabilidade cabe ao sistema político e económico vigente não restam dúvidas, pois como o próprio relatório sublinha, outros países há onde a situação é bem diversa:

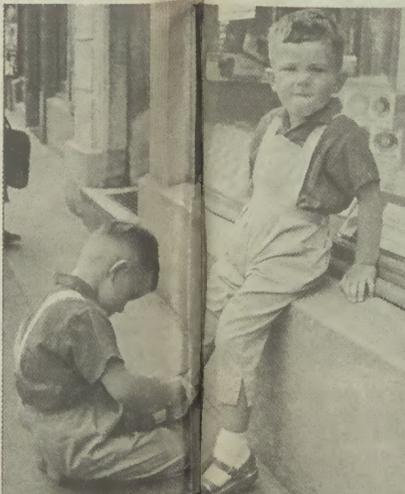
«Em contraste, em países como a Costa Rica, Cuba, Sri Lanka e Vietname, mesmo numa situação de desvantagem política internacional, as orientações coerentes destinadas a proporcionar uma sólida base de serviços sociais dão bons resultados pois produzem melhores condições de saúde e mais elevadas taxas de alfabetização do que as aplicadas em muitos outros países dotados de maiores recursos económicos.

«Noutros países, núcleos de pobreza cada vez mais profundos ficam ocultos nos dados das estatísticas nacionais. Só através da desmontagem dos índices médios nacionais será possível localizar os pobres que vivem numa situação de marginalização. Na cidade de Nova Iorque, por exemplo, a percentagem de crianças nascidas na pobreza entre 1990 e 1996 aumentou de 44 para 52 por cento, o que representa um aumento de 20 por cento, e o número de crianças sem casa aumentou 21 por cento durante o mesmo período.»

O relatório sobre o estado geral da infância divulgado pela UNICEF constitui um verdadeiro libelo acusatório contra o sistema que hoje domina o mundo. Embora sem o afirmar explicitamente, o estudo é taxativo:

«No mundo de hoje há um maior número de crianças que vivem na pobreza do que há 10 anos. O mundo é mais instável e mais violento do que em 1990, quando os dirigentes reunidos na Cimeira Mundial a favor da Infância prometeram alcançar 27 metas em prol das crianças e mulheres até ao ano 2000.»

O ano 2000 está aí, mas o futuro de grande parte das crianças do planeta já está comprometido.



Na Grã-Bretanha

Cem anos de lutas de classes

■ Manoel de Lencastre

A passagem dos anos 1900 para os anos 2000 está a ferir a imaginação de toda a Grã-Bretanha. Parece-nos impossível, portanto, escapar à tentação de observar junto dos leitores do «Avante!» os anos caóticos mas excitantes, também, que se viveram neste país a partir de 1900, quando o primeiro-ministro era o marquês de Salisbury (Robert Cecil), a rainha Vitória ocupava o trono e o Império dominava o mundo. Mas este começava a conhecer a turbulência que o faria desintegrar.

Muitos desejavam e ainda desejam que a vida fosse sempre assim, que o Império se eternizasse, que a rainha e os seus ou suas descendentes ocupassem para todo o sempre o trono que agora pertence aos Windsor e o povo, compreensivo e obediente estivesse disposto a sacrificar-se completamente aceitando que as coisas são assim mesmo. Durante a última década continuou a repisar-se o conceito de que o capitalismo está na nossa humana forma de ser, faz parte da vida eterna, é inerente à con-



O século XX é também o século do futebol, que leva grandes massas de trabalhadores ao espectáculo, na Grã-Bretanha como em muitos outros países. Aqui, um quadro do pintor L. S. Lowry

William Shakespeare

O maior

Obedecendo ao frenesim geral causado pelo fim do milénio que, aliás, apenas se verificará dentro de um ano, a Inglaterra mergulhou num debate profundo para escolher «a maior figura nacional dos últimos mil anos». Dizemos a Inglaterra e não a Grã-Bretanha, porque os organizadores se esqueceram de considerar personalidades de outras origens — Escócia, País de Gales, Irlanda. Preferiram deixar a questão em casa. No fim, a «British Personality of the Millennium» saiu de um lote reduzido a seis nomes apenas, cuja grandeza, evidentemente, não pode negar-se.

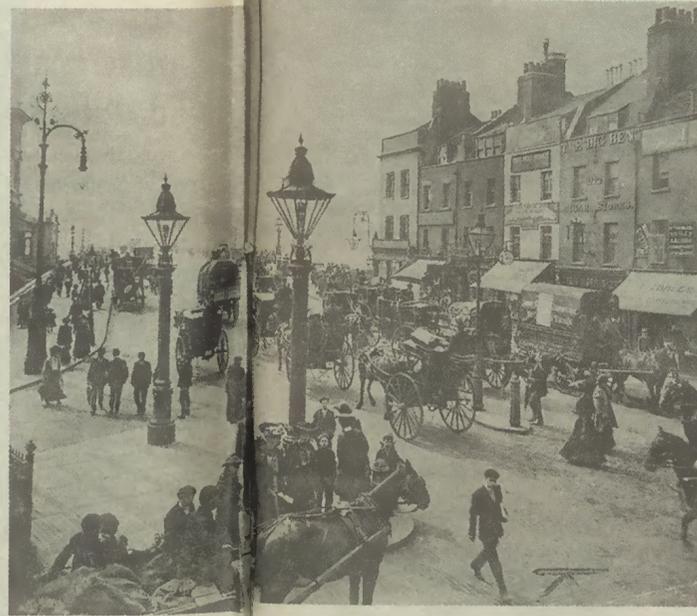


Esta seleção final compreendeu: William Shakespeare (1564-1616), William Caxton (1422-1491), Sir Winston Churchill (1874-1965), Oliver Cromwell (1599-1658), Charles Darwin (1809-1882), Isaac Newton (1642-1727), todos ingleses. Como seria de esperar, porém, surgiram inúmeras vezes discordantes que, por razões diversas, preferiam ver outras figuras incluídas no grupo sujeito à escolha final. Assim, não foram poucos os protestos da Escócia, lamentando terem sido esquecidos Alexander Graham Bell (inventor do telefone) e John Baird, criador da TV. Da mesma origem, salientaram a omissão de nomes como os de David Hume, filósofo da idade moderna oposto aos conceitos do anterior milénio, Adam Smith, econo-

mista e proponente do capitalismo, James Hutton um dos primeiros a compreender que o mundo, afinal, não podia ter sido «feito em apenas uma semana». Não foram poucas, igualmente, as objeções dos galês registando ser Oliver Cromwell de origem do seu país e não inglesa. Referiram, ainda, David Lloyd George, único primeiro-ministro galês até ao momento, e Nye Bevan que, com Jim Griffiths, criaram o sistema nacional de segurança social durante o governo Attlee, como dignos de ser postos à escolha pública, lado a lado com os ingleses.

A lista dos seis últimos nomes, como se vê, não inclui reis ou rainhas, nem mesmo James VI da Escócia (James I de Inglaterra), o primeiro monarca verdadeiramente britânico. Ignora, ainda, o duque de Marlborough (John Churchill, 1650-1722) cujo apoio a William III (Orange) e cujas vitórias militares em França ajudaram a construir a nova Grã-Bretanha que hoje conhecemos. Os construtores da indústria foram deixados de lado. Tal como as mulheres — um vastíssimo campo onde abundavam possibilidades. Elizabeth I (1533-1603) era a preferida.

A grande e final escolha, como seria de esperar, caiu na figura suprema de William Shakespeare. A personalidade e a obra desta enorme figura da literatura inglesa e mundial mantêm-se e serão transportadas sem problemas para o milénio seguinte.



Westminster, numa tarde de 1906

dição de todos nós. Para quê, portanto, lutar-se contra a exploração? Para quê opormo-nos ao imperialismo?

A verdade é que na Grã-Bretanha de 1900, o povo trabalhador andava agitado, lutava e sofria em terríveis, inaceitáveis, situações. A indústria, dirigida por capitalistas, produzia e acumulava incensuráveis riquezas. Mas nas grandes cidades, tal como Engels tinha verificado e descrito na sua obra magistral, «A Condição da Classe Operária Inglesa», existia-se numa vida de permanente humilhação. Aí, o Homem despiu-se de todas as suas

grandezas e caía nas profundezas da mais negra capacidade para negar-se a si próprio. Se Cristo tivesse existido na calamitosa Manchester desses dias, aliar-se-ia às conclusões de Engels. Teria avançado com Marx para transformar o mundo.

Compreende-se, enfim, sem dificuldade, que o governo Balfour (tory) em 1902, publicasse um projecto de lei sobre a Educação e, em 1908, o gabinete de Asquith (liberal) houvesse divulgado o seu plano para o estabelecimento de um sistema de pensões para os mais idosos. Logo, em 1909, é Winston Churchill quem preside à abertura dos célebres «Employment Exchanges» na esperança de poder regularizar um problema que se mantém — o do emprego e do desemprego que o capitalismo nunca saberá ou desejará resolver. Em 1911, Lloyd George, à frente do partido liberal que reassumira o poder «deu» ao país o «National Insurance Act» (Lei da Segurança Social) um passo hesitante, indefinido, exíguo, precário, para calar a boca aos sindicatos, às massas do mundo industrial... e não só...

Unidos, venceremos!

Naturalmente, estas medidas dos governos britânicos que Lênine considerava o «comité central do capitalismo» nasciam face ao ímpeto crescente da luta dos trabalhadores e dos sindicatos. Em 1911-12, ferroviários e ministros realizam poderosas greves que levam todo o país a descobrir a força real da classe trabalhadora quando unida. Em 1921, o apoio e a solidariedade dos mineiros para com os estivadores e os ferroviários paralisou uma Grã-Bretanha profundamente atingida pelas consequências da 1.ª Grande Guerra Mundial. Mas o operariado em greve desuniu-se e, na célebre «Sexta-Feira Negra», tanto os homens dos caminhos-de-ferro como os das actividades portuárias abandonaram os mineiros. Cinco anos mais tarde, a Greve Geral (3-12 de Maio de 1926) punha a nu, de tão gritante e espectacular maneira, a guerra de classes nas fábricas, nas minas, nos transportes, nos centros das cidades e na alma das pessoas.



J. B. Priestley, escritor



Stafford Crims, em 1946

greve se mantinha firme, tropas do exército fardadas de polícias em números que deixaram o país boquiaberto. A guerra secreta contra a direcção do sindicato dos mineiros, dirigido por Arthur Scargill (National Miners Union) foi digna de se ver apesar de, evidentemente, não se realizar à luz do dia. O Estado, nas mãos de uma mulher determinada a fazer triunfar os interesses dos patrões e do capitalismo, não recuou diante das claras simpatias do povo da Grã-Bretanha e utilizou contra os mineiros todos os meios que tinha ao seu dispor. A campanha contra Scargill, para desacreditá-lo, para deixá-lo na lama perante a classe que defendia, atingiu fronteiras até então desconhecidas. A derrota dos mineiros, o fim das suas lutas e o encerramento de quase toda a indústria de extracção de carvão, ficaram a marcar uma das mais gloriosas e tristes páginas das lutas de classes na Grã-Bretanha.

Entretanto, agora, em fins de 1999, o que surpreende é verificar-se não ter o capitalismo, apesar de os seus ilusórios momentos de vitória, conseguido triunfar. Os problemas de 1926, os de todas as épocas e, especialmente, os de 1984-85, apesar das aparências, não foram resolvidos. Jamais poderão sê-lo. Ainda que em condições diferentes, persistem. Eles ainda lá estão. Nós, ainda cá estamos. A luta continua!

Um século de mudança

1900 — Formação do Comité para a representação parlamentar do Partido Trabalhista;

1901 — Morte da rainha Vitória; subida ao trono de Edward VII;

1907 — Henry Royce e C. S. Rolls constroem o primeiro Rolls-Royce;

1910 — Morte de Edward VII; subida ao trono de George V;

1914 — O Império britânico entra na 1.ª Grande Guerra Mundial;

1915-1916 — Expedição militar aos Dardanelos; retirada de Gallipoli; batalha do Somme; batalha da Jutlândia; Revolta em Dublin onde os patriotas liderados por James Connolly foram derrotados;

1918 — Fim da 1.ª Guerra Mundial (11 de Novembro);

1918 — Assinatura do tratado de Versaillies que estabelece uma paz instável e falsa na Europa; concessão do direito de voto às mulheres com idade superior a 30 anos;

1921 — Lloyd George assina o tratado de Paz com os irlandeses dando lugar à criação do «Estado Livre da Irlanda» (futura República do Eire) mas deixando o Ulster separado e sob o controlo britânico em apoio aos protestantes;

1924 — Primeiro governo trabalhista liderado por MacDonald;

1925 — A crise económica conduz a que o governo decreta o regresso à paridade com o ouro; a circulação fiduciária deve ter cobertura pelas reservas naquele metal;

1926 — Greve geral; John Logie Baird realiza a primeira demonstração prática de uma emissão por TV;

1928 — A idade de voto para o sexo feminino é reduzida para os 21 anos; Alexander Fleming descobre a penicilina;

1929 — MacDonald chefia o segundo governo trabalhista após eleições gerais;

1931 — Crise financeira; corrida aos bancos; abandono da paridade com o ouro (gold standard); MacDonald demite-se mas volta ao poder na chefia de um governo de unidade nacional;

1935 — Os conservadores regressam e Stanley Baldwin substitui MacDonald em Downing Street; concessão à Índia de liberdade de governar-se a nível local;

1936 — Marchas da fome. Agitação entre milhões de desempregados. A famosa «Jarrow Crusade» realiza uma longa marcha

1944 — «Dia D» — invasão da Normandia; o ministro Rab Butler faz publicar a Lei da Educação antecipando um país diferente depois do fim da guerra;

1945 — Fim da 2.ª Grande Guerra Mundial; eleições gerais e grande vitória dos trabalhistas; Clement Attlee constitui o governo que mais esperanças deu ao país em todo o século;

1947 — Nacionalização das indústrias energéticas; crise da convertibilidade da libra esterlina; independência da Índia, do Paquistão e da Birmânia;

1948 — Criação do Serviço Nacional de Saúde para oferecer cuidados de saúde a toda a população desde o berço até ao túmulo;

1949 — Desvalorização da libra esterlina pelo chanceler da tesouraria Stafford Cripps;

1950 — Guerra da Coreia;

1951 — Os trabalhistas perdem o poder nas eleições gerais; Churchill regressa à chefia do governo;

1952 — Morte do rei George VI; a filha, Elizabeth, sobe ao trono com o título de Elizabeth II;

1953 — Os cientistas Francis Crick e James Watson (americano) descobrem a estrutura da DNA, uma longa molécula que se divide em 23 cromossomas e permite decifrar o código do sistema do corpo humano;

1954 — As tropas britânicas abandonam o Egipto;

1955 — Após as eleições gerais, Sir Anthony Eden chega ao poder e substitui Sir Winston Churchill no N.º 10, Downing Street;

1956 — Invasão da zona do Canal de Suez, em conjunto com a França;

1957 — Demissão de Eden que é substituído por Harold Macmillan;

1963 — A França vota a proposta de entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum; assinatura em Moscovo do tratado de Limitação das Experiências nucleares; Sir Alec Douglas-Hume sucede a Harold Macmillan na chefia do gabinete;

1964 — Grande vitória dos trabalhistas nas eleições gerais; Harold Wilson chega ao poder e oferece novas esperanças ao país;

1965 — Descoberta de jazigos de gás natural no mar do Norte;

1966 — Novo triunfo dos trabalhistas e de Harold Wilson em eleições gerais especialmente convocadas para fazer aumentar a maioria parlamentar e garantir a concretização das esperanças suscitadas;

1967 — Desvalorização da libra esterlina; começo do afundamento das ilusões do povo nas promessas dos trabalhistas;

1969 — Primeira decoberta de petróleo no Mar do Norte (off-shore);

1970 — Os conservadores regressam ao poder; Edward Heath assume a chefia do governo britânico;

1972 — Greve dos mineiros;

1973 — A Grã-Bretanha entra para a Comunidade Económica Europeia; o governo local de Stormont (Irlanda do Norte) é abolido enquanto a guerra naquele território do Reino Unido ganha proporções amplas;

1974 — Nova greve dos mineiros; em duas eleições gerais, os trabalhistas e Harold Wilson retomam o poder mas sempre com maiorias parlamentares reduzidas;

1975 — Num referendo, o povo britânico pronuncia-se a favor da permanência do país no Mercado Comum;

1979 — O governo britânico tem de pedir empréstado ao Fundo Monetário Internacional; independência do Zimbabwe (Rodésia); Margaret Thatcher, vencedora de James Callaghan em eleições gerais, atinge o poder;

1980 — A Grã-Bretanha considera-se auto-suficiente em petróleo;

1982 — Vitória sobre a Argentina na guerra das Falkland (Malvinas);

1983 — Chegam ao país, apesar de vigorosa oposição popular, os primeiros mísseis de cruzeiro que ficam apontados à URSS;

1984-85 — Greve dos mineiros, dirigida por Arthur Scargill; a derrota sofrida por este contingente heróico da classe trabalhadora britânica alterou as relações de poder na vida industrial e deu a Margaret Thatcher a sua tão desejada vingança;

1990 — Os conservadores forçam a demissão da maníaca Margaret Thatcher e John Major assume o poder em Downing Street;

1991 — Guerra contra o Iraque, no Golfo;

1994 — Abertura do túnel sob o Canal da Mancha;

1997 — Vitória dos trabalhistas e de Tony Blair nas eleições gerais, registando a mais elevada maioria parlamentar de sempre; o povo britânico põe de novo muitas esperanças nos trabalhistas, mas começará, rapidamente, a perdê-las;

1999 — Abertura dos parlamentos da Escócia e do País de Gales; confirmação do governo interno da Irlanda do Norte com ministros do Sinn Féin.



O livro do racionamento fez parte do quotidiano do povo britânico, durante a guerra

TELEVISÃO

Quinta, 30

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.15 Regiões
20.00 Telegjornal
21.30 A Lenda da Garça
22.10 Lições do Tonicas
22.40 Contagem Final para o Caos (de Dick Lowry, EUA/1999, com Ken Olin, Joe Morton, Ronny Cox, Kate Vernon. «Thriller». Telefilme)
00.20 24 Horas
00.50 Primeira Página
01.30 No Rasto do Mal
02.20 NBA

RTP 2

10.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Roma: Poder e Glória
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Mowgli
20.35 Amazônia Indómita
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.45 Testemunha

Sexta, 31

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.45 A Usurpadora
16.00 Dois Papás (Longa-metragem)
17.40 Infantil
18.30 Hugo
20.00 Telegjornal
21.15 A Lenda da Garça
22.00 Herman - A Última Noite
00.30 Lido de Paris
01.35 Pavarotti e Amigos
02.50 Três Amigos (de John Landis, EUA/1986, com Chevy Chase, Steve Martin, Martin Short, Joe Mantegna. Comédia)

RTP 2

09.00 Today 2000
15.00 Informação Gestual
15.30 Informação Religiosa
16.00 Today 2000
22.00 Jornal 2
23.00 Today 2000

SIC

08.00 Zip Zap
10.00 Millennium
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Millennium
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra

Sábado, 1

RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Circo das Estrelas
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Top +
15.15 Aldeia da Roupas Branca (de Chianca de Garcia, Port./1938, com Beatriz Costa, José Amaro, Oscar de Lemos, Elvira Velez. Comédia)
16.50 Concerto de Ano Novo em Miami
19.00 Jet 7
20.00 Telegjornal
21.00 Mensagem de Ano Novo do PR
21.25 Santa Casa
23.05 Esquadra de Polícia
00.05 Xutos e Pontapés
01.10 A Vida Não Pode Esperar (de John Hughes, EUA/1987, com Kevin Bacon, Elizabeth McGovern, Alec Baldwin. Comédia)
03.10 O Pai, o Filho e a Amante (de Jay Sandrich, EUA/1992, com Jack Lemmon, Talia Shire, Joanna Gleason. Telefilme / Comédia)

RTP 2

07.00 Today 2000
08.25 Missa de Ano Novo
11.00 Today 2000
14.00 Quem Sai aos Seus
14.30 Heróis em Acção
15.25 A Terra
15.55 Dinheiro Vivo
16.25 Expedição às Filipinas
17.20 Backstreet Boys
19.05 2001
19.35 Onda Curta (Horror Infernal / «The Horror from Hell», de Geg Lawson, Holanda/1997. A Classe Ociosa / «The Idle Classe», de Charles Chaplin, EUA/1921 - Curtas-metragens)
20.05 Neste Século Aconteceu
21.00 Novos Heróis
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História - «Niferiti, a Misteriosa»
23.55 Brit Com: «O Show do Milénio»
01.25 Soldados em Manobras (de Michael Blackmore, Gr.Br./1982, com John Cleese, Dennis Quilley, Michael Elphick. Comédia)

SIC

07.00 Infantil
09.00 Millennium
10.00 Zip Zap
13.00 Primeiro Jornal

Domingo, 2

RTP 1

07.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Made in Portugal
15.40 Loja do Cidadão
16.40 Heidi (2ª Parte) (de Michael Rhodes, EUA/Austria/Suíça/1993, com Jason Robards, Jane Seymour, Jane Hazlegrove. Telefilme)
18.15 The Beach Boys (2ª Parte)
19.15 Academia de Polícia
20.00 Telegjornal
21.35 Os Principais
23.05 Intraço ao Amanhecer (de Robert Towne, EUA/1988, com Mel Gibson, Kurt Russell, Michelle Pfeiffer, Raul Julia. Policial)
01.05 Frank Sinatra
02.00 24 Horas
02.25 Visitantes do Além (de John Ersgard, Suécia/1989, com Keith Berkeley, Lena Endre, John Forcé. Fantástico)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.20 O Nome da Nossa Gente
12.50 Memórias de Hotéis de Luxo
12.45 Quem Sai aos Seus
13.10 Fortunas Fabulosas
14.00 Jornal d'África
14.30 Desporto 2
18.10 Novos Heróis
19.00 Bombordo
19.30 A Minha Vida com os Animais
20.00 Artes e Letras - «Noel Coward»
21.00 A Máscara da Tortura
22.00 Jornal 2
22.50 Horizontes da Memória
23.20 Travessa do Cotovelo
00.20 Nós e o Nosso Corpo
01.20 Edição Especial (de James L. Brooks, EUA/1987, com William Hurt, Albert Brooks, Holly Hunter, Robert Prosky. Ver Destaque)

SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Aventuras de Pinóquio (de Steve Barron, EUA/1996, com Martin Landau, Jonathan Taylor Thomas. Geneviève Bujold. Aventuras)
16.00 VIP
17.00 Rex

Segunda, 3

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telegjornal
21.20 A Lenda da Garça
22.20 Crónica do Século (Progr. 8)
23.20 Jogo Falado
00.50 24 Horas
01.20 Primeira Página
01.55 Os Crimes do Costume (de J. S. Cardone, EUA/1995, com Gil Bellows, Michelle Forbes, Mia Sara, J. T. Walsh. «Thriller»)



Longamente preparado, aí está um programa dedicado aos melhores momentos da vida artística de Frank Sinatra (Domingo à noite, na RTP1)

RTP 2

10.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Roma: Poder e Glória
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Mowgli
20.35 Amazônia Indómita
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece
23.10 O Notável Séc. XX (1ª Ep.)

Terça, 4

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telegjornal
21.30 A Lenda da Garça
22.10 Não És Homem Não És Nada
22.40 Copland - Zona Exclusiva (de James Mangold, EUA/1997, com Sylvester Stallone, Harvey Keitel, Ray Liotta, Robert De Niro. Ver Destaque)
00.30 Jesse
01.00 24 Horas
01.30 Primeira Página
02.05 Seaquest, Brigada Submarina
03.05 Prenúncio de Morte (de Yurek Bogayevicz, EUA/1996, com Mickey Rourke, Carre Otis, Anabelle Schofield. «Thriller»)

RTP 2

10.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Roma: Poder e Glória
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Mowgli
20.35 Basquetebol (Jogo da Liga)
22.00 Jornal 2
22.45 Testemunha
22.55 Acontece
23.10 O Notável Séc. XX

Quarta, 5

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telegjornal
21.30 A Lenda da Garça
22.10 Nós, os Ricos
22.40 Contacto (de Robert Zemeckis, EUA/1997, com Jodie Foster, Matthew McConaughey, Tom Skerritt, James Woods, Angela Nasseti, John Hurt, Rob Lowe. Ver Destaque)
00.30 24 Horas
01.45 Primeira Página
02.20 Diário de Maria
03.20 Perseguidas (de Nancy Savoca e Cher, EUA/1996, com Demi Moore, Sissy Spacek, Cher, Anne Heche. Telefilme)

RTP 2

10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
17.00 Roma: Poder e Glória
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Mowgli
20.35 Amazônia Indómita
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece



Uma "última noite" de Herman José na RTP: sexta-feira

23.00 Acontece
23.15 Juízo Final
23.45 Mistérios de Ruth Rendell
00.45 Camila
01.20 Homem Morto (de Jim Jarmusch, EUA/1995, com Johnny Depp, Gary Farmer, Lance Henriksen, Michael Wincott, Gabriel Byrne, John Hurt. Ver Destaque)

SIC

08.00 Zip Zap
10.00 Millennium
11.50 Concerto dos Excessos (Repetição)
13.00 Primeiro Jornal
15.00 Um Porquinho Chamado Babe (de Chris Noonan, EUA/1995, com James Cromwell, Magda Subanski e as vozes de Hugo Weaving, Christine Cavanaugh, Miriam Margulies. Ver Destaque)
17.00 Millennium
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.45 Millennium
23.20 Gala Millennium
01.20 Millennium

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 Zona de Perigo
21.00 Directo XXI
21.10 Um por Todos
22.30 Jogos de Poder (de Kevin Connor, EUA, com John Shea, Patrick Bergin, Virginia Madsen. «Thriller»)
23.55 A Bola É Nossa
02.05 Os Rapazes da Companhia C (de Sidney J. Furie, Hong-Kong/1977, com Stan Shaw, Michael Lembeck, James Canning. Guerra)
04.05 Doido por Ti
04.35 Adultos à Força
05.35 O Mundo do Futebol
06.05 A Balada de Hill Street
07.05 Mulher Perigosa

22.00 Millennium
23.30 Gala Millennium
01.30 Millennium

TVI

09.00 Animação
13.00 Kid Cop (de Rob Malenfant, EUA, com Alexander Paul, Cindy Pickett, John Rubinstein)
15.00 Tal Cão, Tal Gato! (de Linda Shayne, EUA, com Bradley Pierce, Erick Avari, Melora Hardin)
17.00 Animação
19.00 Directo XXI
19.30 Viva 2000
01.00 TVI no Crazy Horse
02.30 Concerto dos «Metalica»
03.30 Hello Dolly (de Gene Kelly, EUA/1969, com Barbra Streisand, Walter Matthau, Michael Crawford, Louis Armstrong. Ver Destaque)
05.50 Doido por Ti
06.20 Adultos à Força
07.20 A Balada de Hill Street
08.20 Mulher Perigosa

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



14.00 Dennis, o Pimentinha (de Nick Castle, EUA/1993, com Walter Matthau, Christopher Lloyd, Joan Plowright. Comédia)
16.00 Big Show Sic Fim de Ano
20.00 Jornal da Noite
21.00 «Amo-te, Teresa» (Making Of)
21.50 Mundo VIP Fim de Ano
22.15 Negócio Fechado
23.45 Nunca Fales com Estranhos (de Peter Hall, EUA/1995, com Rebecca De Mornay, Antonio Banderas, Dennis Miller. «Thriller»)
01.50 Último Jornal
02.25 Noites Longas - 13 Jornadas na Vida de Picasso (Documentário de Pierre-André Boutang, Pierre Daix e Pierre Philippe. Ver Destaque)
05.25 Os Franceses Vistos Por...

TVI

09.00 Animação
11.00 Mensagem do Papa e Missa de Ano Novo
13.00 Yankee Zulu (de Gray Hofmeyer, EUA/1995, com Leon Schuster, John Washkizka, Wilson Dunster. Comédia)
14.30 A Viagem ao Centro da Terra (de George Miller, EUA/1992, com Treat Williams, Jeremy London, Bryan Brown. Comédia)
17.00 Encontro com a Filha do Presidente (de Alex Zamm, EUA/1997, com Dabney Coleman, Will Friedle, Elisabeth Harnois. Comédia Dramática)
19.30 Directo XXI
20.00 Querida, Encolhi dos Miúdos (de Joe Johnston, EUA/1989, com Rick Moranis, Marcia Stassman, Amy O'Neill. Comédia)
22.00 Todo o Tempo do Mundo
23.00 Paixões ao Luar (de David Anspaugh, EUA, com Elizabeth Perkins, Gwyneth Paltrow, Jon Bon Jovi, Kathleen Turner, Woopie Goldberg. Comédia)
01.00 Um Polícia da Pesada (de Ted Kotcheff, Can/1998, com Charles Bronson, Angela Featherstone, Daniel Baldwin, Lesley-Anne Down. «Thriller»)
03.00 Casos de Arquivo
04.00 A Balada de Hill Street
05.00 Serras Azuis

18.00 Matilda, a Espalha-brasas (de Danny De Vito, EUA/1996, com Danny De Vito, Rhea Perlman, Embeth Davitz. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.05 Um Sarilho Chamado Marina
21.30 Chuva de Estrelas
23.00 A Verdade da Mentira (de James Cameron, EUA/1994, com Arnold Schwarzenegger, Jamie Lee Curtis, Tom Arnold. Ver Destaque)
01.00 Último Jornal
01.30 Comando (de Mark Lester, EUA/1985, com Arnold Schwarzenegger, Rae Dawn Chong, Dan Hedaya. Acção)

TVI

09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.50 Missa
13.00 Dupla de Insucesso (de Glen Salzman e Rebecke Yates, EUA/1991, com Jim Carrey, Adah Glasburg. Comédia)
14.00 Caras Lindas
15.30 A Bela e o Monstro (de Jerry London, com Janine Turner, Jamey Sheridan, Hal Holbrook. Drama)
17.30 Segredo das Estrelas
19.00 Experiência em Filadélfia II (de Stephen Cornwell, EUA/1994, com Brad Johnson. Fantástico)
21.00 Directo XXI
21.15 Todo o Tempo do Mundo
22.15 Médicos
23.15 «Dangerous Affair» (de Alan Metzger, EUA/1994, com Connie Sellecca, Gregory Harrison, Christopher Meloni. «Thriller»)
01.00 Jornada Espacial (de Albert Magnoli, EUA/1997, com Mario Lopez, James Pressley, Richard Grieco. Ficção Científica)
02.30 A Balada de Hill Street
03.45 Serras Azuis

24.00 Segredos Reais
00.30 Perigo Iminente
01.20 Retratos: «José Rodrigues Miguéis»

SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Clube dos Campeões
21.25 Terra Nostra
22.30 Roda de Milhões
00.40 Amigas (de Annette Haywood-Carter, EUA/1996, com Angelina Jolie, Hedy Burress, Jenny Shimizu. Drama)
03.00 Último Jornal
03.35 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Polícias e Ladrões (Repetição)
19.20 Directo XXI
20.00 Zona de Perigo
21.00 Quero Justiça
22.35 Ligação Imperfeita (de Rod Hardy, EUA/1996, com Jennie Garth, Tim Matheson, Peter Facinelli. Drama)
00.30 O Vingador
01.35 Doido por Ti
02.15 Adultos à Força
03.15 A Balada de Hill Street
04.15 Serras Azuis

«Bombordo» (ao domingo na RTP2) fala do mar e do homem do mar em documentários por vezes deslumbrantes

24.00 Animais e Plantas da Europa
00.50 Fourbi (de Alain Tanner, Fr./Suíça/1995, com Karin Viard, Jean-Quentin Châtelain, Cécile Tanne, Antoine Bastier. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra
23.45 Salva pela Luz (de Lewis Teague, EUA/1998, com Eric Roberts, Lynette Wilden, K. Callan. Fantástico)
02.20 Último Jornal
02.55 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Polícias e Ladrões
19.20 Directo XXI
20.00 Zona de Perigo
21.00 Especial Brasil
21.45 Um Polícia da Pesada II (de David Green, Can/1998, com Charles Bronson, Angela Featherstone, Barbara Williams, Kim Weeks. «Thriller»)
00.50 Os Jurados (de Sturla Gunnarsson, EUA/1996, com Kelly McGillis, Christopher Plummer, Lauren Hutton. Drama)
02.50 Doido por Ti
04.00 Adultos à Força
05.00 A Balada de Hill Street
06.00 Serras Azuis

Xutos - 20 anos de carreira celebrados no Pavilhão Atlântico (sábado, RTP1)

23.10 O Notável Séc. XX
23.45 Sinais do Tempo ou Zoom
00.45 Artes de Palco - Bailado: «Enter Achilles»

SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.15 Terra Nostra
23.40 Os Olhos da Testemunha (de Peter Yates, EUA/1981, com William Hurt, Sigourney Weaver, Christopher Plummer, James Woods. «Thriller»)
01.40 Rali Dakar
02.05 Último Jornal
02.40 Toda a Verdade
03.40 Portugal Radical

TVI

09.05 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Polícias e Ladrões
19.20 Directo XXI
20.00 Zona de Perigo
21.00 Directo XXI
21.10 Ri-te Ri-te
22.40 Assalto em L.A. (de F. Gary Gray, EUA/1996, com Blair Underwood, Jada Pinkett, Kimberly Elise. «Thriller»)
00.40 Doido por Ti
01.15 PSI Factor
02.15 Adultos à Força
03.15 A Balada de Hill Street
04.15 Serras Azuis



TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Homem Morto

(Quinta, 01.20, RTP2)

A visão de Jim Jarmusch de um género cinematográfico de culto - o «western» - através da história de um homem que, chegando a uma localidade do Oeste como contabilista chega à conclusão de que o seu posto já está ocupado e, a partir daí, se envolve numa história completamente bizarra que o leva a uma fantástica viagem para a morte... Excelente elenco, com Johnny Depp, John Hurt e Robert Mitchum nos principais papéis.



Um fotograma de «Um Porquinho chamado Babe», uma fantasia de Chris Noonan



Arnold Schwarzenegger e Jamie Lee Curtis é o par de «A Verdade da Mentira», uma comédia de acção de James Cameron

Um Porquinho Chamado Babe

(Sexta, 15.00, SIC)

Combinação entre imagem real e a sonorização de vozes dobradas, este filme-fantasia de Chris Noonan foi destacado com várias nomeações para os Óscares (1995) e conta-nos a história de um porquinho muito inteligente que quer ser um cão... É uma estreia na televisão portuguesa.

Hello, Dolly!

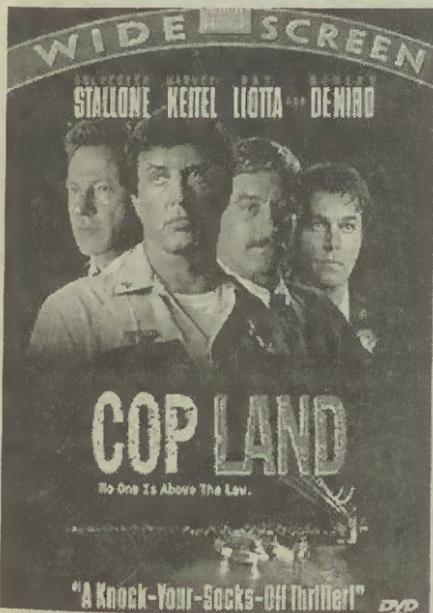
(Sexta, 03.30, TVI)

Não será este o filme que, seguramente, trouxe a fama a Gene Kelly ou sequer a acrescentou. Aqui, o coreógrafo, bailarino e actor está atrás das câmaras a dirigir Barbra Streisand e outras «figuras», como Walter Matthau, na adaptação de uma peça musical de grande êxito na Broadway, mas cuja versão para o cinema deixou muito a desejar. Dá para ir entreterendo a noite da passagem do ano e, naturalmente, para ouvir alguma da boa música da partitura de Jerry Herman - mas convenhamos que não chega.

As Noites Longas da SIC: 13 Jornadas na Vida de Picasso

(Sábado, 02.25, SIC)

A preencher mais uma das suas «noites longas», a SIC apresenta hoje até cerca das 5 da manhã um documentário em três partes realizado por um trio de cineastas franceses que nos dão a ver outras tantas fases da carreira criativa do grande pintor catalão Pablo Picasso. É uma outra estreia, esta absoluta, em Portugal.



Cartazes de duas estreias na televisão: «Copland - Zona Exclusiva», de James Mangold, e «Contacto», de Robert Zemeckis

A Verdade da Mentira

(Domingo, 23.00, SIC)

Com o protagonismo de um par à primeira vista pouco verosímil (Arnold Schwarzenegger e Jamie Lee Curtis) - tal como pouco credível parece ser o seu enredo - parece ser de dar uma espreitadela a este divertido filme de acção de James Cameron no qual um agente dos serviços de espionagem consegue exercer a sua missão passando, aos olhos da sua mulher, por um simples e pacato vendedor de computadores!

Edição Especial

(Domingo, 01.20, RTP2)

Retrato em certos aspectos implacável do controverso mundo da «informação televisiva», este filme de James L. Brooks destaca-se pelo aparente tom de comédia com que o realizador analisa esse mundo especialmente oculto em que se movimentam as «vedetas» que todos os dias nos contam as histórias em que é suposto termos de acreditar. Tom Grunick (William Hurt) é o famoso pivot da informação de uma estação de televisão, bem

parecido quanto baste mas um pouco a atirar para o burrinho... Aaron Altman (Albert Brooks) é, ao contrário, um brilhante jornalista e repórter mas com péssima postura perante as câmaras. E Jane Craig (Holly Hunter) é uma jovem e dinâmica editora de noticiários, atraída pelo encanto irresistível do primeiro mas consciente de que é a inteligência do segundo que mais terá a ver consigo. Apenas um dos aspectos de um filme que nos fala da batalha das audiências, da informação-espectáculo e da manipulação dos sentimentos.

Copland - Zona Exclusiva

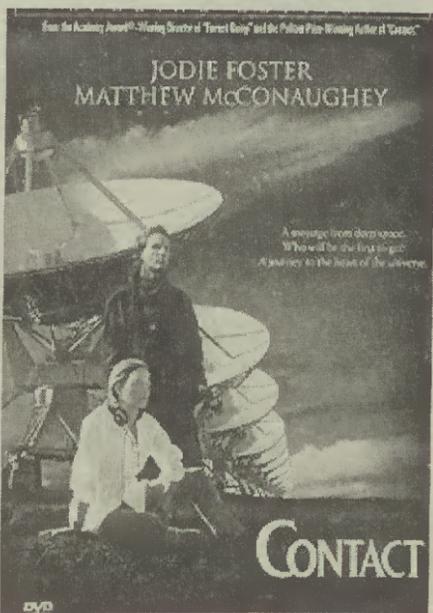
(Terça, 22.40, RTP2)

Éis um «thriller» que se diz ser evocativo de um célebre «western» - «O Comboio Apitou Três Vezes» - e extremamente violento, no qual somos confrontados com uma história sinistra que revela o quotidiano de um bairro dormitório nos arredores de Nova Iorque habitado, na sua maioria, por polícias corruptos e criminosos supostos de combater, na grande metrópole, o próprio crime e corrupção. Como intérpretes principais, uma mistura explosiva: Sylvester Stallone, Harvey Keitel, Ray Liotta e, num papel quase secundário, Robert De Niro. A confirmar.

Fourbi

(Terça, 00.50, RTP2)

Uma estação de televisão, especializada em reality shows, procura comprar a uma jovem mulher uma história de que ela fora protagonista há anos: o assassinio que cometera na pessoa de um homem que tentou violá-



CABO & SATÉLITE

Fim do ano e balanços

São muitas e variadas as escolhas possíveis das emissões especiais a fazer através do satélite ou do cabo, embora, em boa verdade, pouco rigorosas em termos de horário, já que, em relação às televisões europeias, por exemplo, o fim do ano ocorre uma hora mais cedo, em função da diferença horária entre Portugal e esses países. De qualquer modo, aqui ficam algumas sugestões que não têm necessariamente que ver com a passagem do ano (entendida «ao segundo») mas com temáticas ou programas que lhe estão ligados.

Por exemplo, o canal M6, para além de uma emissão especial Walt Disney, com os principais heróis de banda desenhada daqueles estúdios (entre as 19.50 e as 22.55), transmite entre as 22.55 e as 23.05 (a passagem da meia-noite para eles) uma vertiginosa selecção de imagens que passam em revista os momentos mais fortes dos cem anos passados, sublinhando, entre outros, descobertas e invenções que

contribuíram para o bem da Humanidade. Já a partir das 23.05, o inefável Jean-Michel Jarre, com a colaboração de Laurie Anderson, Sharron Corr, Natacha Atlas e outros, participa numa superprodução musical - «Les Douze Rêves du Soleil» - transmitida a partir das pirâmides do Egipto, para celebrar a alegada chegada do novo milénio. Até às nossas 02.10!

Quanto ao Arte, se, entre as 18 e as 18.45, em directo de 40 cidades, transmite um desfile de depoimentos e músicas variadas também comemorativas da data, aponta para uma hora mais tarde (19.45) o início da transmissão de três episódios filmados do ciclo «2000 visto por...», em que o chamado «fim do século» é visto por três filmes: canadiano («A Última Noite», de Don McKellar), brasileiro («Meia-Noite», de Walter Salles e Daniela Thomas) e alemão («Em Casa de Walter», de Romuald Karmkar). Divirta-se!

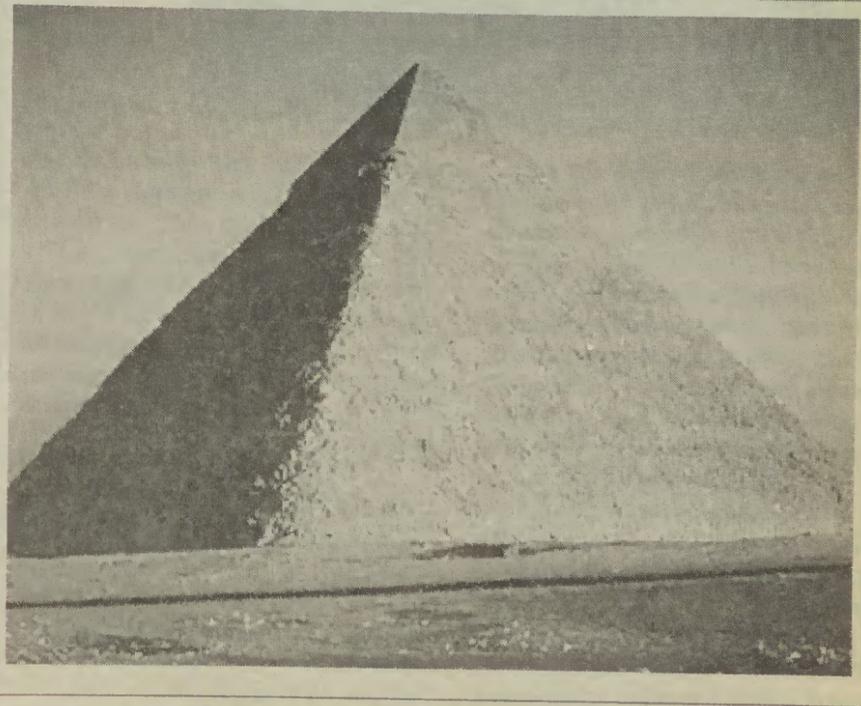


-Ja. O cineasta suíço Alain Tanner, com o seu estilo peculiar, ao mesmo tempo que denuncia a falta de ética da televisão dos nossos dias, constrói uma seqüela do seu primeiro filme, Salamandra, realizado no início dos anos 70.

Contacto

(Quarta, 22.40, RTP1)

Uma jovem astrónoma (Jodie Foster), desde muito jovem obcecada pelas manifestações de inteligência extraterrestre, consegue captar com os seus potentes rádio-telescópios financiados pelo consórcio de um milionário estranhos sinais vindos de Vega que vem depois a descobrir constituírem uma mensagem com os planos de construção de um veículo espacial capaz de transportar um ser humano até àquela constelação. Eis, em resumo, o início da história fantástica deste belíssimo filme de Robert Zemeckis - agora estreado na RTP - uma fascinante adaptação do romance homónimo do famoso astrofísico norte-americano Carl Sagan.



Com o pé direito...

Transmitido aos domingos à tarde na RTP 1 e com audiências potencialmente mais alargadas em comparação com o nicho de fiéis espectadores mantido ao longo dos meses nesse «cantinho dos artistas» que é o segundo canal, a nova experiência televisiva do grupo de jovens jornalistas dinamizados por Luís Osório - que já nos haviam dado a ver «Portugalmente» ou «Juízo Final», este ainda em exibição na RTP 2 - parece ter começado da melhor maneira.

«Loja do Cidadão» - assim se chama o novo programa - é, do ponto de vista formal e de conteúdo, um produto audiovisual diverso dos anteriores mas igualmente estimulante e mantendo, como princípio, alguns dos mesmos pressupostos: descobrir pessoas e casos capazes de agarrarem as nossas atenções; procurar não interferir na exposição dos temas pela recusa de um indevido e desajustado protagonismo jornalístico; e, em geral, encontrar numa originalidade que não surja rebuscada a capacidade de espicaçar a atenção de um leque muito variado de espectadores.

O primeiro programa - que se supõe tenha sido uma espécie de «número zero» cuja estrutura porventura se manterá - apresentava um conjunto de seis peças, cada uma delas a cargo de um jornalista diferente, embora dois deles coincidindo em quatro dos casos.

«Dias Felizes», a primeira peça, aparecia-nos como que em ligação sentimental a uma das mais notáveis emissões de «Portugalmente», dedicada à obra do Grupo de Teatro da Crinabel e a dois dos seus actores mais talentosos - embora pessoalmente a considere como o momento menos feliz no conjunto do programa. Por duas razões, diferentes embora, mas ambas de carácter ético: por um lado, não se me afigurou particularmente feliz a exposi-

estes jovens jornalistas. No primeiro caso, focava-se o caso singular da coabitação pacífica, numa aldeia de Valdosedo, no Gerês, entre as suas comunidades católica e evangélica (esta em surpreendente maioria), a ponto de comprovarmos que os conflitos religiosos já lá vão, ouvindo os testemunhos do reverendo evangélico local e dos dois cônjuges (católico e metodista) de um casal verdadeiramente ecuménico.

No segundo caso, vimos e ouvimos como um bancário, reformado há sete anos e hoje figura requisitada pelas «grandes superfícies», acabou por se transformar num Pai Natal «a tempo inteiro», isto para utilizar a curiosa expressão através da qual Fernando Montenegro (entrevistado nas suas duas «qualidades») nos explicava as incidências, no seu quotidiano, das novas obrigações relativas aos castings, aos recibos verdes, aos impostos...

Obrigando o espaço disponível a que deixe, contrafeito, entre parêntesis, uma outra curiosa reportagem - «Cartas Perdidas» - sobre a inimaginável profusão de cartas sem dono (cerca de 50 000) que todos os meses vão parar à secção de Refugos Postais, resta-me debruçar sobre os dois últimos e notáveis momentos do programa.

O primeiro - «Salário Mínimo» - não tanto pelo que, à superfície, ele representava enquanto matéria televisiva mas pela completa subversão dos procedimentos jornalísticos adoptados. Na realidade, em plena época de Natal, de abundantes consoadas e de tanto inútil consumismo, foi um verdadeiro achado o tipo de abordagem à problemática do «salário mínimo» - não a partir da auscultação (que seria mais do que óbvia) da experiência concreta daqueles que tão poucos recursos auferem mas a partir da avaliação dessa situação «imaginária» feita por meia dúzia de entrevistados, claramente alheios na sua experiência pessoal a estas dramáticas carências mas, com elas, inteira e surpreendentemente identificados e solidários.

O segundo - com o sugestivo título «Amor de Madalena» - pelo inexcusável pudor e calor humano com que foram abordados quatro casos de jovens mulheres levadas para «a vida»

em consequência dos desgostos provocados pelo «primeiro amor». Um momento raro de identificação com a loucura da paixão; um fabuloso descobrir de uma nova poética para explicar e definir o Amor, que faria inveja ao Vate; um admirável compromisso entre os dispositivos do «cinema verdade», expresso na captação dos depoimentos individuais, e a mais comovente «fabulação», traduzida na recatada encenação envolvente da alcova.

Enfim, conduzido pela excelente voz de Maria Flor Pedrosa e ilustrado por uma banda sonora de cuidado gosto (espera-se que o responsável pela sonoplastia seja mencionado em futuras fichas técnicas), «Loja do Cidadão» constitui uma nova experiência positiva que promete continuar a ser uma lufada de ar fresco na linguagem televisiva nacional.

TVISTO

■ Francisco Costa



O desafio da participação

Acontecimentos positivos e negativos colocaram, ao longo do ano que está prestes a terminar, a questão da participação popular na vida política e social como um dos mais sérios desafios nestes tempos de mudança.

As grandiosas manifestações de Seattle, nos Estados Unidos, e as que as acompanharam em vários países, por ocasião da Conferência da OMC (Organização Mundial do Comércio), surpreenderam confiadamente, pelo excepcional número de participantes e pela rara combatividade, não só as autoridades americanas (que até recorreram ao estado de emergência), mas também os meios de comunicação internacionais e até os especialistas políticos em todo o mundo.

Mas eu acho que surpreenderam ainda mais, e neste caso a toda a gente sem excepção, incluindo aos próprios organizadores e participantes, pelas palavras de ordem que colheram maior audiência, no meio de muitas contraditórias, e onde sobressaíram as que assumem a rejeição da globalização capitalista, em especial a que a sintetiza numa admirável expressão, como que saída das páginas de Marx: «o mundo não é uma mercadoria!».

Em dois dias, caíram por terra laboriosas teorias sobre o «invencível individualismo» e «o alheamento das massas» em relação aos problemas globais e à luta contra a exploração capitalista. Foram também refutadas as que explicam tudo pelos efeitos mágicos da manipulação comunicacional na paralisação da indignação popular. A indignação popular é que paralisou a nova escalada globalizadora que se pretendia com a Conferência e abre, a partir de agora, novas perspectivas para uma luta global contra as desigualdades, as agressões e as injustiças de que OMC é grande responsável.

Afinal a luta dos trabalhadores em cada país e às vezes à escala de vários países, a luta dos agricultores no terceiro, no segundo e até no primeiro mundo, a luta dos ambientalistas na defesa dos equilíbrios ecológicos, as tomadas de posição de intelectuais de todo o mundo contra a mercantilização da cultura, a reflexão dos movimentos éticos em relação aos perigos da engenharia genética, entre outras, foram, pelos vistos, acumulando uma aguda consciência das ameaças que a globalização capitalista representa para os povos, e mais do que isso, acumularam também a energia e a vontade de participar na luta para fazer frente a essas ameaças e travar uma tremenda evolução negativa da civilização humana.

A vontade de participar, embora com conteúdo diferente, já se tinha revelado, no nosso país, de uma maneira impressionante nas grandes manifestações de solidariedade com o povo

de Timor, em especial, quando, depois de escolher a independência no referendo, se abateu sobre ele a fúria sanguinária da tropas indonésias de ocupação. Mostrou-se que não está nada embotada a capacidade de indignação da nossa gente, que também já tinha sido teorizada. Mostrou-se como perante uma grande causa e um grande crime o nosso povo reagiu da maneira mais enérgica, desceu à rua e mobilizou-se, em grande medida espontaneamente, e até demonstrou saber para onde devia dirigir os seus protestos e exigências, ao concentrar-se junto da embaixada dos Estados Unidos, reconhecidos como grandes protectores dos carrascos do povo timorense.

O decantado «comodismo» e o apregoadado «desinteresse congénito» podem então dar lugar à participação mais empenhada, quando as coisas se apresen-

tam de forma clara, as razões são fortes para agir e se torna credível que vale a pena fazê-lo.

Tudo isto acrescenta mais motivos de preocupação quando se pensa nas grandes taxas de abstenção verificadas nos dois actos eleitorais nacionais (europeias e legislativas) que tiveram lugar este ano. É impossível não concluir que a abstenção eleitoral crescente está relacionada com a continuada decepção que a política seguida pelos sucessivos governos (PS e PSD) representa para um número cada vez maior de portugueses. Não é impunemente que se defraudam expectativas de mudança e se prossegue a política de direita no mais estruturante da actuação económica e social e, ainda mais, se não se apresenta pronta a vestir uma alternativa de esquerda com visível possibilidade de ganhar.

Mas nada disto se resolveria, antes se agravaria, com a chamada «reforma do Estado» em que o PS e os partidos da direita voltam a insistir. Esta «reforma», visando essencialmente reduzir o princípio da proporcionalidade na lei eleitoral para a Assembleia da República para facilitar ao partido ganhador a obtenção da maioria absoluta, deixaria sem efectiva representação parlamentar um número ainda maior de portugueses e seria um novo incentivo à abstenção.

No plano do Estado, a «reforma» que se exige para incentivar a participação popular é, como bem sustentava Luís Sá, a aplicação, a afinação, o aprofundamento e a ampliação das formas da democracia participativa já previstas na Constituição da República.

No plano partidário, o investimento na resposta ao desafio da participação popular não pode deixar de ser uma frente prioritária pelas possibilidades e promissoras perspectivas que comporta e porque será decisiva para o futuro do nosso país e do mundo.

VARIANTES

■ Carlos Brito



ção pública (menos consentânea com o tipo de distanciação que, na equipa, costuma presidir em relação a estas matérias) de sentimentos pertencentes ao foro íntimo e privado dos alvos da reportagem; por outro lado, considerando terem sido nela incluídas imagens do ensaio da representação de uma peça teatral na Crinabel e referida que foi a particularidade de António Coutinho ser hoje um dos actores da série «Médico de Família», a não inclusão de qualquer cena gravada desta série transmitida pela SIC, como ilustração natural e mais do que justificada, arrisca-se a ser confundida com uma inexplicável alergia à vizinhança concorrente.

Pelo contrário, as duas peças seguintes - «Um só Deus» e «Contrato de Natal» - estiveram ao nível do que de melhor nos habituaram

ESCAPARATE

1999-2000

«Noite Mágica» em Lisboa

É assim que se chama a noite de passagem de ano em Lisboa, desta vez especialmente espectacular pela circunstância da chegada de 2000.

São seis os momentos que ficarão a marcar esta grande festa lisboeta, a saber: «Fogo Purificador», na **Praça do Comércio**, a partir das 22 horas, com o acender de uma pira gigantesca; «Concerto do Fim de Ano», junto à **Torre de Belém**, onde, a partir das 22.30, se realizará um grande espectáculo com a participação de **Sérgio Godinho** e os grupos **Santos e Pecadores**, **Sitiados**, **Blind Zero** e de **Tito Paris** que culminará com a «Chegada do Ano 2000».

Praticamente à mesma hora, realiza-se no **Parque das Nações (Praça Sony)**, um outro espectáculo que contará com a colaboração do grupo cabo-verdiano **Rabentas** e dos **Despe e Siga**, para além de outras bandas portuguesas - com projecção, no **Jumbotron**, de reportagens televisivas da passagem do ano em vários pontos do globo.

Finalmente, a partir das três da manhã, em dois espaços criados nas **Docas do Passeio Marítimo de Alcântara**, dançar-se-á até de manhã, em homenagem à «**Aurora do Novo Ano**».

Entretanto, a assinalar momentos precisos, «**A Esfera e a Torre**» será um espectáculo de multimédia, a partir das 23.50, com uma projecção realizada sobre a **Torre de Belém**; e o «**Fogo Criador**» acompanhará a contagem que antecede a entrada no ano 2000 e consistirá num fogo de artifício monumental que, lançado ao longo do **Rio Tejo**, ligará os vários recintos e espaços públicos envolvidos nesta passagem do ano.

A participação dos espectadores em todos estes recintos será inteiramente livre.

Lisboa é um exemplo apenas do que vai suceder por todo o País. De Norte a Sul não faltam festejos para saudar a chegada de 2000, num qualquer lugar perto de si.



PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Menino 2000

I

À criança
que faz um desenho
nunca perguntes
o que é.

Poupa-lhe o espectáculo
da tua ignorância

II

Enigmáticos
os gestos
as palavras.

Poesia
à procura do dono.

III

Se pensas
que a criança
está a brincar
é só porque não
percebes nada
do ofício.

Afinal
o que estão fazendo os astros?

IV

Adriana diz
batendo os braços
que está voando.

Foi quando tu
percebeste
a tragédia
das tuas asas
perdidas.

V

Neste retrato
eras tu
quando criança.

Ah, mas não penses
que!

Esta criança
és tu.

VI

Elas não pedem nada
além
de pão
e de um brinquedo.

Guardámos
para nós
os restos.

O supérfluo.

VII

Reparem
no sorriso
da Esfinge.

É o aviso
de um Deus
ou de um menino?

VIII

Uma criança é
a esperança
de quê?

Não a esperança
de nós.
Não, não valia a pena.

«Sobe para os meus
ombros»
diz-me.

(A brincar
está claro).

IX

Teremos de dar conta
de cada um
dos meninos.
Deus informatizou
toda a contabilidade
da sua especial mercadoria
e havemos de dar conta dela
mais dia, menos dia.
Ele espera, ele espera.
Ele é eterno.

Mas já averigui que o capitalismo
vai para o inferno.

A TALHE DE FOICE

A celebração

A euforia que hoje ocorre à volta da passagem de ano vem, mais uma vez, confirmar que as coisas têm a importância que os humanos lhes dão. A parte da humanidade a que pertencemos – por acaso, mais ou menos uma modesta quarta parte da população mundial – anda tão excitada com o acontecimento, que nem repara que as «restantes» três quartas partes dos nossos camaradas de planeta continuam sossegadamente a medir o tempo de outra maneira. Nesta perspectiva, as angústias milenaristas que acometeram a nossa ocidental cultura nem a quatro conseguem galgar a efeméride: saltam-na ao pé coxinho usando a única pata que têm, e é um pau.

O que não impede que nos divirtamos imenso. Afinal de contas, as outras culturas – em mais uma evidência de que a humanidade é um todo, igualzinho de raiz – também fazem as suas passagens de ano, de século e de milénio devidamente comidas, bebidas e estralejadas. A única diferença é que o fazem em calendários diferentes, o que não nos deve suscitar reservas ou presunções: nisto de calendários ninguém é dono, veja-se a confusão que para aí vai no interior do nosso, onde – para não falar daqueles que nos garantem que o terceiro milénio cristão já tem quatro anos no papo! – uns põem o novo milénio a chegar já amanhã e outros o colocam no ano que vem.

(Cá por mim, disponho-me a festejar ambos. Não vou desperdiçar a oportunidade de entrar duas vezes no mesmo milénio, era o que faltava.) Mas a importância do acontecimento e da sua própria existência aí está, nítida, na exacta importância que lhe é, ou não, conferida pela humanidade: a parte que o festeja, dá-lhe realidade e transcendência, a que o ignora, anula-o sumariamente.

Se há lugar para alguma angústia é aqui, nesta constatação de que a humanidade até no tempo continua de costas voltadas, 10 mil anos depois de erguer a civilização com a primeira cidade. Não que tenha importância ou gravidade que cada cultura, presente nos dias de hoje, celebre ritos de passagem próprios ou lhes dê mais importância que aos dos vizinhos. A esfera da intimidade não é exclusiva do indivíduo, expande-se igualmente em direito colectivo a respeitar como foro privado. A cada um a sua festa e o direito a ela, seja em família, em grupo, na região, no país ou na cultura. Acabrunhante é o desprezo manifesto e radical pelo outro com que cada cultura celebra os seus ritos maiores – e no da invenção do tempo radica a matriz da própria construção humana.

Por isso, «angústia milenar» é ver cada cultura contar o tempo sem contar com os outros, numa celebração etnocentrista que ultrapassa o acto de ignorar os vizinhos, porque vai mais longe: na afirmação onipotente da sua matriz, impõe-lhes a não existência ou, na melhor das hipóteses, a existência num mundo paralelo e segregado. Ora, o mundo que temos e conhecemos é só um e é de todos, tal como o tempo que inventámos é o mesmo e é de ninguém. Contá-lo de maneira diferente não altera o resultado, e cá está o ciclo da vida para o garantir. Porquê fingir o contrário? Por isso, vamos lá festejar o novo ano (e o novo século e o novo milénio, se quiserem!) dando-lhe a importância que merece.

E a sua importância maior é a de que todos os anos há mais – para todos e no calendário mais perto de si...

■ Henrique Custódio

Siemens de Évora PCP quer interpelar Pina Moura

O PCP vai propor a presença do ministro das Finanças e da Economia no Parlamento para o confrontar com a situação laboral na antiga fábrica da Siemens em Évora, onde os operários estão preocupados com ameaças de desemprego.

A iniciativa foi divulgada esta terça-feira pelo deputado comunista Lino de Carvalho, no final de uma reunião com a comissão intersindical da empresa que, recentemente, afirmou existir um «clima de instabilidade na fábrica».

A preocupação dos operários resulta da intenção da administração de «afastar 120

trabalhadores efectivos de imediato, através de rescisão por mútuo acordo», metade dos quais já se concretizou, conforme adiantou a sindicalista Helena Costa.

No final da visita à fábrica, vendida pela Siemens à multinacional americana Tyco Internacional, Lino de Carvalho adiantou a intenção de interpe-

lar o ministro da tutela na próxima sessão de perguntas ao Governo na Assembleia da República, a 7 de Janeiro.

O deputado quer que o Governo «não ignore mais este grave problema e que intervenha, com urgência, para evitar que mais umas centenas de trabalhadores vão para o desemprego». E que, sublinhou, «mais uma multinacional se fique a rir embolsando milhões de contos do Estado Português em apoios financeiros e benefícios fiscais para projectos que depois não concretiza, amputa ou altera substancialmente».

Ao reunir com a comissão de trabalhadores, Lino de Carvalho disse terem ficado «mais sublinhadas as suas preocupações relativas às pressões da empresa para a rescisão de contratos», com substituição desses operários por «jovens que aceitem trabalhar em condições precárias».

Embora a Siemens tenha esclarecido que o processo de venda da sua antiga fábrica de relés, que emprega cerca de 1100 trabalhadores, esteja concluído desde 1 de Outubro deste ano, a comissão de trabalhadores realça o «clima de instabilidade que se vive na fábrica».

Manifestantes exigem segurança no aterro da Meia Serra

Uma centena de manifestantes, acompanhados pelo deputado da CDU/Madeira Edgar Silva, tentou impedir, esta segunda-feira, a entrada de carros de lixo na Estação de Resíduos Urbanos da Meia Serra, onde este mês houve uma enxurrada.

Os populares, que deverão voltar a manifestar-se no próximo domingo, vieram de vários sítios da freguesia da Camacha, e querem ver com os próprios olhos quais as condições de segurança da estação, receando a repetição da enxurrada de lama que se registou no princípio do mês, soterrando casas e estábulos. «As pessoas têm o direito de saber as condições de segurança do aterro provisório», salientou o vereador comunista.

Os manifestantes foram impedidos de barrar a entrada dos camiões por um contingente da PSP. Uma pequena reunião entre populares, o deputado Edgar Silva e o comandante da PSP, destinada a conseguir autorização para uma delegação de manifestantes se deslocar ao local onde está a ser feito o depósito de lixo, não resultou devido à recusa dos responsáveis da Estação de Tratamento, que invocaram a necessidade de autorização superior.

No princípio deste mês, um dos muros de suporte de um dos aterros da estação desabou e provocou uma enxurrada de lamas e águas lixiviantes que destruiu casas, estábulos e campos agrícolas do Ribeiro Serrão, sítio que fica precisamente abaixo da estação.

Corredores verdes

O Grupo Parlamentar da CDU/Madeira apresentou na Assembleia Legislativa Regional um projecto de criação da Reserva Parcial do Vale da Ribeira de João Gomes e do Vale da Fundoa.

Trata-se da proposta de criação de dois corredores verdes na cidade do Funchal, com ligação ao Parque Ecológico, com diversos percursos pedonais, numa das maiores áreas verdes existentes e a preservar.

A CDU considera ser cada vez mais pertinente retomar esta iniciativa de efectivação de medidas para que o pulmão do Funchal seja salvaguardado e valorizado como património de futuro para todos os cidadãos.

Esta área de protecção proposta constitui uma área paisagística, de densa vegetação, fundamental para a cidade.

Nos projectos agora apresentados a CDU/Madeira lembra que é incumbência constitucional, como forma de promover e defender o ambiente e a qualidade de vida, «criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios».

As reservas propostas constituem paisagens que reúnem, quer «condições para que aumente o bem-estar da população», quer a complexidade biológica, «indispensável à realização dos fenómenos e relações ecológicas que garantam a presença da Natureza».

Carlos Carvalhas nos Inválidos do Comércio

Carlos Carvalhas, acompanhado de uma delegação do PCP, desloca-se na próxima terça-feira a um centro dos Inválidos do Comércio, onde terá um encontro com a Direcção e efectuará uma visita às instalações.

Vítor Costa renuncia a mandato

Após 14 anos como vereador da Câmara Municipal de Lisboa, em representação do PCP, Vítor Costa renunciou ao seu mandato, com efeitos a partir do próximo dia 3 de Janeiro.

Esta renúncia, por sua iniciativa, tem a ver com o longo tempo de permanência no cargo e com as crescentes exigências do Sector do Turismo, em que tem importantes responsabilidades, designadamente a nível da Associação Turismo de Lisboa e da Confederação do Turismo Português.

O PCP considera que esta renúncia se enquadra na natural renovação dos seus quadros, no

âmbito da Coligação em Lisboa, iniciada nas últimas eleições autárquicas e sublinha o trabalho desempenhado por Vítor Costa como vereador da CML e a experiência única de parceria de sucesso que é a Associação Turismo de Lisboa, em que este vai continuar a representar a Câmara.

Em termos partidários, Vítor Costa irá desenvolver trabalho político no sector económico e no Grupo de Trabalho do Turismo, integrando a actividade política nacional do PCP.

Alexandra Gonçalves, militante do PCP, assumirá o lugar de vereadora na CML.

PCP contesta Marina de Portimão

A Comissão Concelhia do PCP de Portimão exige a imediata demolição dos edifícios que estão a ser construídos dentro de água, na foz do rio Arade, junto à Fortaleza de Santa Catarina, classificado monumento nacional.

«Trata-se de mais um crime urbanístico inqualificável que está a ser cometido em Portimão com o aval das autoridades a quem compete defender a qualidade da paisagem e do ambiente em que vivemos», sublinha a estrutura local do PCP.

Os edifícios em construção alvo do protesto fazem parte do projecto da Marina de Portimão, empreendimento que representa um investimento de 11 milhões de contos, implantado em 25 hectares junto à foz do rio Arade, para criar 620 postos de amarração e 166 camas em regime de *timeshare*.

«Após tantos atentados urbanísticos cometidos pela maioria socialista na Câmara de Portimão ao longo dos anos, dos quais a Praia da Rocha é o mais triste exemplo, a construção destes edifícios no estuário do rio Arade é o cúmulo da pouca vergonha», afirma o PCP.

Para os comunistas algarvios este é mais um exemplo de que para os socialistas os «interesses

desmedidos» dos grupos económicos «que não olham a meios para atingir o lucro fácil», se sobrepõem a tudo o resto, liquidando a «bela paisagem e o ambiente» do rio Arade.

Também Margarida Tengarrinha, escritora e artista plástica, manifestou a sua preocupação pelas construções na foz do rio Arade, afirmando que foi a maravilhosa paisagem descrita por Teixeira Gomes que «sofreu o maior atentado paisagístico destes três quartos de século».

Segundo Margarida Tengarrinha, mesmo junto à Fortaleza de Santa Catarina, estrangulando a foz do rio que era ampla, foi construída uma língua de areia artificial sobre a qual acabam de ser implantados «vários edifícios que entram pelo rio adentro». Margarida Tengarrinha sublinhou que essas questões «aparentemente não preocupam minimamente» os Ministérios do Ambiente e da Economia.

